

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

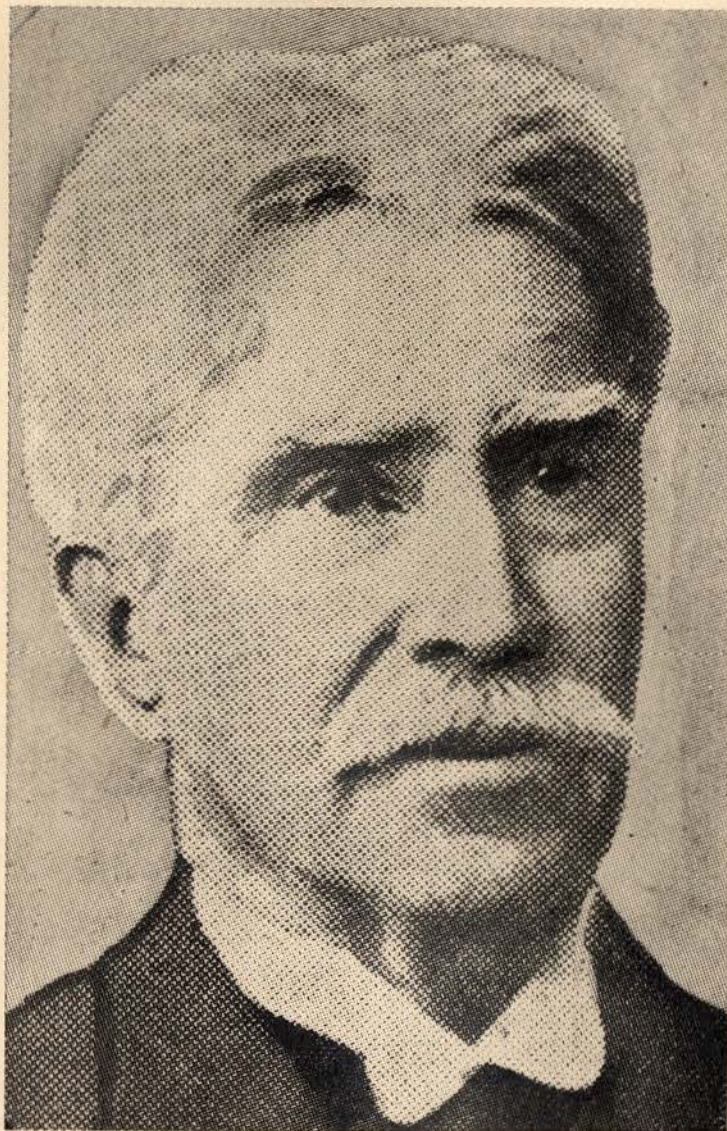


ANO V

N.º 19

JULHO - 1942

Ofertr



CONSELHEIRO JOSÉ FERNANDO DE SOUSA

*Sócio fundador do Grupo e dedicadíssimo «Amigo de Lisboa», falecido
em 12 de Março último*



O L I S I P O

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMP. E IMP. NA «EDITOIAL IMPERIO, LIMITADA» - R. DO SALITRE, 153 - TELEF. 4 8276 - LISBOA

SUMARIO

- PARA A HISTÓRIA DO PALÁCIO DE S. BENTO
por *Joaquim Leitão.*
- PALAVRAS DITAS, NA BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA NACIONAL, AOS «AMIGOS DE LISBOA», DURANTE A VISITA AO PALÁCIO DE S. BENTO
por *Costa Brochado*
- LISBOA DOS LÍRICOS PREGÕES...
por *Guilherme Felgueiras*
- FRANCISCO LATOUCHE EM LISBOA
por *Henrique Marques Júnior*
- UMA VISTA POUCO CONHECIDA DO ROSSIO
pelo Dr. *Durval Pires de Lima*
- ALGUNS ASPECTOS DE LISBOA MANUELINA
pelo Prof. *Francisco Câncio*
- ARQUIVO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
por *D. Fernando Paes de Almeida e Silva*
- VELHAS CASAS DE LISBOA
pelo Dr. *Frederico Gavazzo Perry Vidal*

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores
ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS

Para a História do Palácio de S. Bento

Discurso do Sr. JOAQUIM LEITÃO

Os «Amigos de Lisboa» visitaram o Palácio de S. Bento, numa das suas jornadas dominicais. Das mais concorridas, mais de 1.200 pessoas, que encheram completamente a «Sala dos Passos Perdidos», foi também das visitas mais memoráveis. Ao recebê-los, o sr. Joaquim Leitão proferiu o seguinte discurso:

Minhas Senhoras
Meus Senhores

A êste recinto aqui chama a tradição a «Sala dos Passos Perdidos». Para não perderem inteiramente as suas passadas têm VV. Ex.^{as} ao alcance da vista as telas de Mestre Columbano, e eu ao alcance da mão o termo de breve e descolorido prólogo desta visita.

Antes de instalado em S. Bento, o parlamento correu Lisboa, hoje aqui, amanhã acolá, qual inquilino aflito para pagar a renda da casa e que punha escritos, em vésperas de semestre.

Com pressa de recém-chegados, em cata de pousada, os revolucionários vintistas albergaram o seu Soberano Congresso no Convento de Nossa Senhora das Necessidades, que D. João V fizera construir, por promessa, e doara aos Padres da Congregação do Oratório de S. Filipe Nery. E de 24 de Janeiro de 1821 a 2 de Junho de 1823 a recolhida Livraria do Convento das Necessidades, nascida para silêncio e meditação de proveitosa leitura, foi atroada pelas apóstrofes parlamentaristas.

A 5 de Junho, a «Vilafrancada» libertou o Rei. O monumento do Rossio, a que D. João VI, dois anos antes, nem tanto, fôra lançar a primeira pedra, acabou derribado. As cadeiras dos deputados foram despedaçadas. A Casa da Livraria das Necessidades retomou automaticamente o recato originário.

Três anos e três meses sem retórica.

Mas em Março de 1826 o Rei morre, e em Outubro, a 30, as Côrtes Gerais têm a sua primeira sessão no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda. Mero cerimonial! Os trabalhos não podem prosseguir na residência da Regente. Nas Necessidades já não cabem. A família parlamentar crescera com o Pariato, criado pelo artigo 14.º da Carta Constitucional, de 29 de Abril de 1826. A portaria de 17 de

Agosto, publicada na «Gazeta» de 18, para resolver essa crise de inquilinato, designou a Câmara dos Dignos Pares o Palácio da Regência, ao Rossio, e a Câmara dos Senhores Deputados a Casa da Suplicação, no Terreiro do Paço.

Pelas duas praças se repartiu o falatório parlamentar até que chegou o Senhor D. Miguel e no mesmo Palácio da Ajuda, onde ano e meio atrás decorrerá a soleníssima sessão inaugural das Côrtes, a Infanta D. Isabel Maria entregou-lhe a Regência.

A partir dêsse Fevereiro de 1828, os acontecimentos mudam de rumo. Reúnem-se os três estados: o braço do Povo em S. Francisco da Cidade, o do Clero na Sé, o da Nobreza em S. Roque. D. Miguel é proclamado Rei absoluto. E de Março de 1828 a Agosto de 1834, ouvem-se aclamações, fanfarras, hinos, tiros de canhão, gemidos, entrecocar de baionetas à carga, fuzilaria, rugidos de assaltos que terminaram em Évora-Monte pelo ditar das condições ao Real Proscrito. Não se ouvem nem os Dignos Pares nem os Senhores Deputados pedir a palavra.

Mas, detentores das posições, os Constitucionais pensam imediatamente na oficina legislativa.

Onde? O Palácio das Necessidades, a que a extinção das ordens religiosas acrescentara o convento, fôra destinado a Paço Real, residência da Rainha D. Maria II. Talvez no Real Mosteiro de S. Vicente de Fora. E assim o chegou a destinar a portaria de 27 de Agosto de 1833. Mas João Vicente Pimentel Maldonado, antigo deputado, encarregado do arranjo das salas, de tal modo, na sua representação, impugnou a idéia que em 4 de Setembro outra portaria alojou as côrtes no Convento de S. Bento da Saúde.

Pertencia o Convento à Ordem de Beneditinos, cuja cabeça era o Convento de Tibães, que contou entre os monges alguns mártires, Arcebispos de Braga, e como D. Abades, além do Cardeal de Alpedrinha, os cronistas-mores do Reino Fernão Lopes e Rui de Pina. Ordem coeva da fundação da Monarquia, natural era que tivesse casa em Lisboa, e apenas de estranhar o construí-la só no século de quinhentos. O abade geral e reformador da Ordem Fr. Pedro de Chaves propôs ao Cardeal e Regente D. Henrique a criação de um convento de monges beneditinos na capital. O Cardeal acedeu e até concorreu para a obra. Entre a cêrca das franciscanas da Esperança e os olivais que marinhavam a encosta da Cotovia medrava no século XVI uma quinta pertencente a Luís Henrique. Adquiriram-na os Beneditinos e dali fizeram o primeiro mosteiro de S. Bento. Ao cabo de dois anos, trinta religiosos assistiam no Colégio de S. Bento e celebravam a primeira missa na noite de Natal.

Para maior desafôgo, arredondaram o primitivo chão com a quinta de baixo, de Antão Martines, povoada de laranjais cheirosos, olivedo e vinha, conhecida por Casa de Saúde desde que, pela epidemia de 1569, o Senado ali recolhera pestíferos.

Um quarto de século depois, em capítulo geral, resolveu-se construir a clausura na quinta de baixo, mais perto da cidade e menos exposta aos ventos. Assim, em 1615, se cumpriu e levantou o novo Convento de S. Bento, que, tomando do terreno o nome, se chamou da Saúde, com numerosas celas, boa livraria, vasta cêrca e declivoso terreiro.

Aí morou a Patriarcal, desalojada pelo grande incêndio de 1759, que reduziu a cinzas o edifício construído, após o terremoto, no largo da Cotovia, aí se doutrinaram extraviados como Bocage. Ao outro, o Conventinho, foi lhe entaipada a pedra e cal a porta da entrada, após a mudança da clausura para S. Bento da Saúde. Ao depois, desencarcerado pelo geral da Ordem, Frei Leão de S. Tomás, que o consagrou a Nossa Senhora da Estrêla, veio a ser ocupado pelo Hospital Militar. Transferira-se para a Ajuda a Patriarcal havia bem meio século, quando o decreto da extinção das ordens religiosas expropriou o convento. Até que a já citada portaria, de 1833, o reservou para Palácio das Côrtes.

Antes dessa aplicação oficial, que topara com «a frequência de aguadeiros

e lavadeiras» fregueses do chafariz que ficava ao lado do Arco e do tanque sito no baixo do convento, conta o consagrado ulissipógrafo sr. Matos Sequeira que já os almocreves e alquilés haviam dado em acomodar as béstas na cêrca dos frades.

Confiscar é fácil. Adaptar a arena de discussões terreno bento e afeito a espiritual labor de beneditinos já dá mais que fazer. Meditação e eloquência cada qual quere sua arquitectura. Por isso, à portaria que mudou o nome àquelas paredes tiveram de seguir-se obras e arranjos. Agora a impaciência não morava sòmente no povo. O próprio D. Pedro IV estava empenhado em que «impreterivelmente» o teatro da representação nacional levantasse o pano em Agôsto de 34.

E em 53 dias a clausura estava desfigurada. Nem ao favor do lampeão de cegonha, que alumia o portal alpendrado da cêrca, se lograria reconhecer aquelas pedras.

A sala dos deputados foi feita totalmente de novo, com o propósito de a tornar alegre e majestosa. As paredes foram, a meia altura, rasgadas em tribunas, deixando corrido o vão onde encostava o trôno, quere dizer, foi-se desnaturando a saborosa traça do convento.

Com a Câmara Alta houve menos preocupações, mas mais respeito pelos adaptadores.

Atribuíram-lhe a casa do Capítulo. Depois de acrescentadas as paredes, acharam que ficava ali muito bem a sala das sessões da Câmara dos Dignos Pares.

Quanto a recheio e adornos, iam buscar-se onde os houvesse. Tirava-se do monte, fôsse êle o Depósito das Livrarias, fôsse o Depósito das Alfaias. Pela lista de utensílios requisitados ao Ministério do Reino se depreende como vieram ter ao Palácio os quatro formosíssimos tinteiros de prata que ainda hoje servem. A marca — «In Hoc signo Vincas», em volta do oval que emoldura a cruz — gravada na bandeja, nos copos para tinta e nos areeiros, atesta terem pertencido ao Santo Offício. A cabeça dessa relação se lê: «uma escrevaninha de prata grande». Os requisitantes naturalmente não davam grande aprêço à procedência histórica. Carecidos de se abastecer de material de expediente, requisitavam-no com a pressa de instalar os serviços e talvez açodados pelo receio de que o levassem outras repartições mais madrugadoras. Partiam officios assanhados e cruzavam-se os fogos-fátuos das categorias ciosas.

Mas as desassossegadas pedras não davam parança aos novos proprietários. As profanadas obras não tinham fim. Anos e anos depois, ainda o fadário não se apaziguara!

AS OBRAS DO PALÁCIO DE S. BENTO

Contudo, através do barulho das picaretas e dos martelos, os augustos hemicíclios da Soberania popular lá iam funcionando.

Nem a fogo deram mostras de se calar. Quem folhear os registos do Corpo de Sapadores Bombeiros saberá que à uma hora e dez minutos da tarde de 17 de Junho de 1895 a Estação Central dos Bombeiros Municipais recebeu comunicação de que estava a arder a Câmara dos Deputados. Não era rebate falso. As chamas alterosas faziam frente ao inflamado verbo dos tribunos. O sinistro devorou a sala das sessões dos Senhores Deputados e as dependências contíguas. A oratória parlamentar não se aplacou.

O Conselho de Ministros não esteve com demoras. Logo, no dia 18, encarou a forma de remediar a destruição da sala das sessões. A não ser no Tribunal do Comércio, em nenhum outro organismo oficial se via sala que servisse. Ou porque ainda assim a reputassem pequena, ou porque fôsse demasiado severa, não se falou mais na nave augusta daquêle Tribunal. Voltaram-se, então, para Jesus.

No vézo de atroar indefesas livrarias, o parlamentarismo transformou tem-

poràriamente o salão nobre da Academia Real das Ciências, acostumado à comediada voz dos Senhores Académicos, em fragorosa trincheira política. Pela letra dos Estatutos de 1851, referendados pela Rainha, quem presidia à douta fundação de Lafões era um Príncipe da Família Real Portuguesa, nomeado pela Pessoa Reinante. O Rei era, pois, o Presidente nato, cujas funções se reduziam a presidir às soleníssimas sessões inaugurais do ano académico.

O Palácio continuava a sua sina de andar em obras, orçadas, constava então, em 250 contos.

Entretanto, os Senhores Deputados tornavam ao Palácio das Côrtes, desta feita hóspedes da Câmara dos Pares, não rezam as crónicas se gratos ou não à Academia, que, mesmo assim, os albergou, à força, dois largos anos. Primeiro, as duas Câmaras funcionavam em dias alternados. A breve trecho se reconheceu que assim não davam vasão à cheia legislativa. A sala dos Dignos Pares do Reino entrou, então, no regime de duas sessões. Os Senhores Deputados sujeitaram-se a representar a Nação ou em sessões matutinas ou nocturnas para não alterarem os hábitos dos Dignos Pares. Até que, uns oito anos depois de terem ficado sem teto, viram enfim concluída a sua sala das sessões.

Ora, por entre tanto sobressalto, tanta vicissitude que deitava proporções de esconjuro, os fundamentos de uma sã iniciativa se lançaram, logo nos primeiros anos após a expulsão dos Beneditinos senhores da casa.

Porque compreendessem a falta de tal instrumento de trabalho, porque sentissem certo vazio ou porque fôsem levados na corrente multiplicadora das bibliotecas que o século dezóito desencadeou, o liberalismo criou a Livraria das Côrtes, por decreto ditatorial de Passos Manuel, referendado pela Rainha, em 22 de Outubro de 1836.

A comissão deu, conforme pôde e soube, andamento ao mandato, no que se reportava à requisição do recheio bibliográfico e escolha do local. As estantes dos frades de S. Bento estavam despovoadas. Os livros haviam ido na leva do confisco para o Depósito Geral das Livrarias dos extintos conventos.

VICISSITUDES DA BIBLIOTECA DAS CÔRTEES

Colhidos os livros, a comissão destinou para instalação da Livraria das Côrtes — o côro da Igreja do Convento.

Mas, nem do local, nem do recheio, nem da catalogação, nem de regulamento se cuidava a sério. O sonho de Passos Manuel reduzira-se a umas tantas carroçadas de livros, empilhados para ali, à espera de instalação e arrumação definitivas.

Certo e sabido que nada há mais definitivo neste mundo, e sobretudo neste País, do que o provisório, havia de supor-se que a já bastante inquietada Livraria alcançaria sossêgo. Longe disso! Nem por estar no retirado côro da Igreja de S. Bento da Saúde a Biblioteca logrou paz. Em Março de 1863, a «Revolução de Setembro» lançava brado do malefício e destruição a que estavam expostos 5.600 volumes do fundo antigo. Fôra o caso que, para a aclamação de D. Pedro V, se entendera que uma sala ornada de livros não oferecia cenário convinável a aclamadores. Vá de mais uma vez varrerem os livros, os encafuar em dependências por onde nem sombra de cortejo passasse, irem-se às estantes, entaipá-las a papelão, que cobriram de vistoso papel pintado. Embora no brado da «Revolução de Setembro» se sinta o calor das apóstrofes oposicionistas, que, tão do agrado de portugueses, caracterizaram os costumes políticos do regime, verdade é que êsse clamor documentou sobejamente o desleixo.

Em 1866 (onz anos depois), continuava esquecida nos esconsos, para onde a haviam atirado à data (1855) da aclamação de D. Pedro V, a Livraria das Côrtes.

REALIZAÇÃO DE SALAZAR

A essa contumaz instabilidade da Biblioteca só se pôs termo nos nossos dias. Foi Sua Excelência o Presidente do Conselho Senhor Doutor Oliveira Salazar quem, subordinando à Presidência a Secretaria da Assembléa Nacional, deu moradia à Biblioteca e a dotou para ela viver com decência. Na remodelação e importantes obras que têm dignificado o Palácio de S. Bento, foram-lhe reservadas definitivas instalações.

É deveras curioso e muito de assinalar que só quando soavam as últimas horas de um século a Livraria das Côrtes, que, em 1866, as próprias Côrtes alto e bom som declaravam «sòmente chegara a ter princípio de realização», encontrasse o estadista, que plenamente transformasse o sonho em realidade. Um século viveu aquela Biblioteca desabrigada, sem eira nem beira, sem morada certa, hoje aqui, amanhã acolá, sem verba para encadernações, como qualquer pária que dorme pelos bancos das praças públicas e pelos portais, sem uma camisa para vestir.

O liberalismo, que, em boa verdade, tinha a gratidão fácil, sobretudo para os mortos, votou, em sessão de 20 de Janeiro de 1862, a proposta, do Deputado Mendes Leal, assinada por mais quinze parlamentares, de se colocar na Biblioteca das Côrtes o busto de Passos Manuel. Lá está numa sala da Biblioteca da Assembléa Nacional o mármore, levantado por Calmeis (Anatole-Célestin). Nascido em Paris em 1822 e fixado em Lisboa, onde morreu em 1906, foi professor de escultura da Duquesa de Palmela, e a êle deve a Praça Nova do Pôrto a estátua equestre de D. Pedro IV.

O mármore de Calmeis não nos dá o Passos Manuel com o capote do «homem de Bouças». É o tribuno popular e temido, como o supuseram talvez os estrangeiros quando na Belenzada viram o «rei de Lisboa» beijar a mão à rainha, e não o faziam capaz da firmeza com que repelira a atrevida intervenção de Van Der Weyer e a grosseira presença do inglês Howard, a quem anunciou que se os seus marinheiros desembarcassem seriam batidos pelo povo português, que não recebia lições de estranhos. Com os defeitos denunciadores da época, amaneirado e romântico, o busto comemora a criação da Livraria das Côrtes.

O Conselho Administrativo, da Assembléa Nacional deliberou comemorar êsse centenário com uma exposição bibliográfica de espécies dos séculos XV e XVI, com a publicação do respectivo catálogo descritivo e com o descerramento do Busto de Sua Excelência o Presidente do Conselho, o Senhor Prof. Doutor António de Oliveira Salazar. A Biblioteca da Assembléa Nacional ficou assim com o Busto do estadista que a criou e com o do estadista que lhe deu realização plena.

Êsses dois bustos são os dois marcos do primeiro século da nossa Biblioteca, como os dois estadistas que êles representam são as extremas de um século da vida política portuguesa.

Aquêlê mármore tem a fragilidade e a retórica da sua época; êste bronze a serena firmeza da estatuária grega.

A essa firmeza de Salazar devemos nós a ordem financeira, a ressurreição da pátria, o esplendor nacional, o respeito dos estranhos, a paz que ainda logramos num mundo esbrazeado pela mais sangrenta e mais vasta das guerras!

Terminado êste discurso do Sr. Joaquim Leitão calorosamente aplaudido e com vivas entusiásticos a Salazar realizou-se a visita às magestosas instalações do Palácio de S. Bento, que a todos tanto e tão bem impressionou. Ao entrarmos na Biblioteca, o redactor da Assembléa Nacional e chefe dos Serviços da Biblioteca, Sr. Costa Brochado, proferiu um curto mas primoroso discurso.

Palavras ditas, na Biblioteca da Assembleia Nacional, aos «Amigos de Lisboa», durante a visita ao Palácio de S. Bento

POR COSTA BROCHADO

ENCONTRAM-SE VV. Ex.^{as} na Biblioteca e Arquivo da Assembléa Nacional. O ilustre Académico e Director Geral desta Casa, Ex.^{mo} Sr. Joaquim Leitão, já lhes explicou, na sua notável exposição há pouco realizada nos Passos Perdidos, a história dèste Palácio e as evoluções dos órgãos de Soberania que nêle têm funcionado. E aquêles que mais detalhadamente quiserem familiarizar-se com essa história, não têm mais do que recorrer à interessantíssima monografia *Os Livros de S. Bento*, da autoria do mesmo Ex.^{mo} Académico.

Limitar-me-ei, portanto, a dizer a VV. Ex.^{as} que nesta secção se guardam alguns livros preciosos, datados dos séculos XVI, XVII e XVIII, que à Biblioteca das Côrtes vieram parar em consequência dos arrolamentos feitos nos Conventos do Reino, no século XIX. Esses livros, assim como o precioso Arquivo da nossa vida parlamentar, começaram, há alguns anos, a ser, sob a direcção do Ex.^{mo} Sr. Joaquim Leitão, devidamente arrumados e catalogados, depois de terem atravessado longos anos de abandono.

De resto a maior parte do espaço desta bela Biblioteca era, ainda há oito anos, uma sucessão de celas monásticas. As obras de restauração dèste Palácio, que participam do plano de engrandecimento nacional concebido por Sua Exce^llência o Presidente do Conselho e realizado pelo Ministério das Obras Públicas, transformaram, em meia dúzia de anos, o velho casarão de S. Bento num verdadeiro protótipo de Palácios Nacionais.

VV. Ex.^{as} vão observar essas transformações. Mas é justo que os *Amigos de Lisboa* saibam que a alma que vive aqui dentro, e anima as próprias coisas, é obra do ilustre Director Sr. Joaquim Leitão, cujas altas e delicadas faculdades artísticas conseguiram harmonizar, em beleza e elegância, estas salas majestosas que os técnicos da construção haviam deixado, como sempre sucede, vazias e frias, à espera do carácter que tanto as distingue.

Direi ainda que, sendo esta Biblioteca fundada e provida exclusivamente em atenção às necessidades da vida parlamentar, deve considerar-se sobretudo uma *livraria especializada*. O seu valor — e de uma maneira especial o valor do seu arquivo — reside nos largos subsídios que nos ministra para o estudo do Constitucionalismo em Portugal. Do Arquivo se poderá dizer que, a terem-no conhecido alguns escritores de épocas passadas, maior seria a luz feita sôbre a nossa tão mal estudada *época constitucional*.

Tive muito prazer em haver podido ser útil, de alguma forma, aos *Amigos de Lisboa*, e desejo-lhes que desta Casa levem boas recordações.

(Muitos aplausos)

Lisboa dos líricos pregões...

POR GUILHERME FELGUEIRAS

O VENDEDOR ambulante constitui, nos grandes meios, um bem vincado pormenor de actividade e de pitoresco. Entrega-se aos mais diversos ramos de comércio: desde a «*caça brava*» às «*quentinhas de erva doce*»; do «*pitolino*» ao «*alecrim*»; das «*ostras, ostras*» à «*laranja do ramo*».

Se alguns mourejam em atitude resignada e em local circunscrito, muitos deslocam-se pelas artérias da cidade, calcurriando azinhagas, galgando ruelas, errando à-toa por travessas e boqueirões, anunciando alegremente os produtos em venda. Para se fazerem ouvir e aliciar o freguês à compra da mercadoria, servem-se do pregão, que é uma forma um tanto primitiva de publicidade.

O vendilhão pregoeiro, com seus anúncios cantados, é uma prova iniludível de que o povo não se limita a ser o poeta da redondilha anódina, tem mais ampla sensibilidade artística, traduzida no modo como improvisa inconscientemente singelos refrãos e estribilhos cadenciados, como exterioriza os impulsos espontâneos do seu discorrer.

Há pregões que são inspirados trechos musicais, notas moduladas de alegria, animando a alma das ruas, dando-lhes ambiente festivo. Se o cancionero popular é uma «*bíblia em música*», como o classificou o autor dos *Simplex*, a venda ambulante, apregoada, é uma «*rapsódia enfeitada de ritmos*», uma «*orquestra bárbara e sem comando*», em que há sons caóticos, aturreantes e agressivos, uma verdadeira algazarra gutural enervando os sentidos, e sonoridades macias, volatilizadas em saúde e misticismo, podendo ouvir-se de olhos cerrados no remanso sombrio das catedrais.

A venda na cidade, no fervilhar estrídulo dos aglomerados locais, mantém-se num simpático rotineirismo, por tradição nacional e comodidade económica. Na trajectória do comércio ambulante notam-se curiosíssimos e graciosos pregões, muitos sem poder ser reproduzidos gráficamente, como o do «*ferro-velho*», que se resume num rangido áspero, estridente, destemperado, quási desconcertante.

Prestes a diluir-se no esquecimento, ouve-se ainda, apurando o ouvido, o pregão-fóssil do aguadeiro, em arrastados e sintéticos *au!*... *au!*... *au!*... escutados com complacência pelos moradores das sombrias casas de Alfama, privadas de água canalizada.

E, por associação de idéias, acodem-nos à lembrança as deduções espertalhas dos asselvajados galegos aguadeiros de outrora: «*isto é que sum lôrpas, a auga é deles, e nós bêndemos-lha!*...»

Alguns pregões vão decaindo, desfigurando-se, sofrendo modificações profundas, dentro da ductilidade veloz da hora que passa, renovadora e febril. Estão neste caso as vendas do leite, da doçaria, do peixe e ainda a grita infernal do rapazio dos jornais e das cautelas, que afronta o ouvido mais deseducado:

«É o três mil trazentos e nove
É pró rico e é pró pobre!»

Revive na nossa recordação, afagada pela saúde, a esbatida silhueta do vaqueiro lapuz de há quarenta anos, percorrendo as ruas a tanger as dóceis turinas leiteiras que olhavam com ternura para os bezerros mamões, que as seguiam. Nos focinhos orvalhados dos vitelos—à maneira de confinhos ou de açamos—canos enormes de botas de montar, impediam a sucção nas fartas apojaduras das mães.

O leite branco e espumoso, ordenhado e vendido pelas ruas, teve a sua época, a sua auréola. Ressoa ainda em nossos ouvidos a toada do vaqueiro, apregoando o produto:

«é... chega lá vaquinha... chega!...»

Calaram-se há muito as cantilenas dos cegos dos folhetos-de-cordel anunciando a «*História da Donzella Theodora*», a «*Vida de Cosme Manhosos*», o «*Auto de Santo Aleixo*» e outras fôlhas volantes; a voz clara das saloias, com seus carapuzos de veludo escuro, montadas em burricos e apregoando o pão de Meleças, a manteiga crua, o queijinho fresco de ovelha, o leite, as natas, os requeijões, as queijadas... e ainda os gritos dos pregões cheios de vibração e de alegria dessa fértil galeria de tipos, massa amorfa, mas diligente, que negociava em «*branquinha alféola, gergelim e amêndoa doce*», hóstias, caramelo, mechas, fósforos de enxôfre, briche, melaço, palitos e rocas, sapatos de ourelo, rosários e tâmaras, fígados de vaca, «*amora da horta... amora fria*», «*broínhas de milho... quentinhas de erva doce*», melancias à faca e pinhão novo. E ¡quantos mais reveladores da humildade e rudeza do viver antigo têm desaparecido, dissolvidos na bruma do tempo!

Com êles se tem perdido um mundo de recordações curiosas para a etnologia.



O humanista Rafael Bluteau, referindo-se aos «pregões de cousas, que se vendiam nas cidades, no século XVIII», soube sublinhar êsse bárbaro pitoresco, escrevendo:

— *Há sem sal de posta!*: He o pregão das Regateiras, que vendem sardinhas, querem dizer que são frescas, e tão grandes, que se podem fazer postas delas.

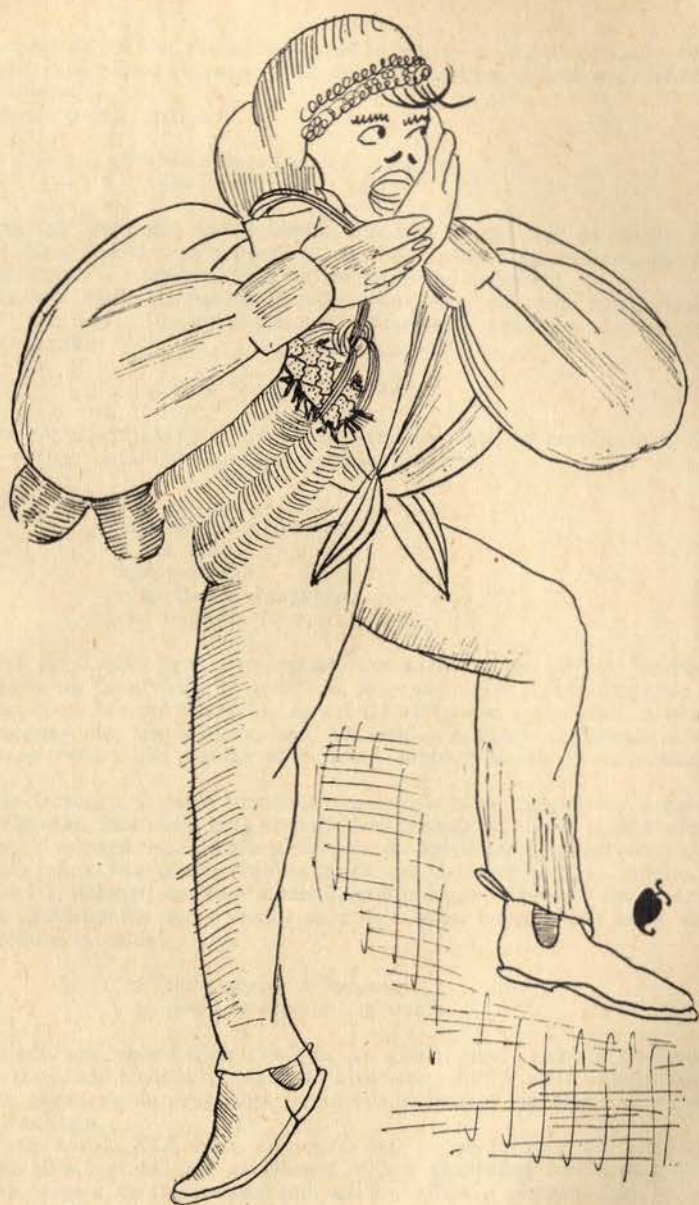
— *Há sem sal como cavala!*: Querem dizer, que são tão grandes como o peixe, a que chamam *cavala*; ou querem compara-las com o dito peixe, por terem semelhança no feitio; mas nunca nomeam sardinhas.»

No terceiro quartel do século XIX tinha variado em Lisboa o pregão das varinas. Ao venderem sardinhas, apregoavam, em notas vibrantes: — *É salgadinha da costa!* ou — *É canudos de prata!* — *Viva sem sal!*

Mais tarde, conforme esclarece Júlio César Machado, modifica-se novamente o gracioso pregão das peixeiras ao venderem sardinha:

— *Biba! Bibinha! Quem a quere bibinha!*

Presentemente, as desenvoltas e apressadas varinas, trescalando a maresia, percorrem as ruas durante o dia inteiro, de braços erguidos ao jeito de ânforas,



«Mér... có... cabaz... de... morangos!»

(Desenho de Azinhal Abelho)

chapelinhos redondos de feltro, tão airosos que a moda os imitou já. Apregoam ainda, mas é outro o «estilo», outra a moda de trajar, outra a forma de enfeitigar e atrair o comprador.

Ao anunciar o peixe, gritam:

*«Salpicadinho... da co... ósta!»
«Pescada... do... alto!»*

Os homens, embora mais restritamente, também se ocupam da venda ambulante do peixe. Transportam-no ao ombro, em dois cabazes simétricos, de cana entretecida — «chouras» — suspensos nos extremos de paus roliços.

De Setembro a Abril ouve-se, à boquinha da noite, na meia tintã crepuscular lilaz e oiro, em que a luz gradualmente esmorece, a voz forte do vendedor de mexilhão, apregoando:

«I... érre, érre... mexilhão!»

Em Lisboa popularizou-se um vendilhão peregrino que se entregava a este mesmo comércio e cujo enfadonho pregão, rematava assim:

*«.....
com mólho à fragateira
e seu alho
zaraquitinho
e azeite de Santarém...
êle é pouco, mas sabe bem!»*

Há pregões em Lisboa que apresentam um carácter de solidez imutável, que têm transposto as fronteiras do tempo e do espaço não se corrompendo ao passar de boca em boca, tão nutridamente se acham aferrados à tradição. A venda das «azeitonas novas», da «fava rica», dos «marmelos assados no forno» e dos «figuinhos de capa rôta», são dessas obstinadas sobrevivências já encanecidas pelos anos.

Em fins de Outubro, é certo principiarem surgindo de boqueirões e ruelas mulheres e rapariguitas famintas, mal andrajadas, transportando à cabeça alguidares vidrados onde reluzem em cogulo pirâmides de azeitonas, negras como asas de estorninho, empenachadas com raminhos cheirosos de nêveda e de orégão. E o pregão faz-se ouvir, dolente, suave e musical, muito longo, vibrando no ar como toada a escoar-se subtilmente para fundir-se com a vida intensa das ruas, causando-nos deleitação e saúde:

*«Vint'e cinc'o selamim...
Ó quere azeitonas... novas?».*

Subsiste ainda em nossos dias a venda da «fava rica», como é designada popularmente. À claridade branda e fresca do alvorecer, escuta meia Lisboa ainda ensonada, a fluida cantilena da pregoeira, numa voz de bruma repassada de doçura elegíaca e vaga nostalgia.

No começo do século XIX eram as negras que de preferência se ocupavam na venda de fava seca, cozida, que as classes menos abastadas utilizavam como recurso alimentar, depois de temperada com azeite, alhos e pimenta. As vendedoras de outrora conduziam à cabeça, sobre rodoças de trapo torcido, amplas teigas de esparto e aí recolhiam as vasilhas, aconchegadas entre baetas grosseiras.

A toadilha dos pregões invadiu também em tempos já distantes, o campo

político. Quando o marechal Duque de Saldanha, em 1827, seguiu a causa de D. Pedro IV, foi ridicularizado pelas multidões que aclamavam D. Miguel rei absoluto. E o povo trauteava a copia chocarreira, em remoques de zombaria dum sarcasmo irreverente:

*Encontrei ontem o Saldanha
pela Calçada da Ajuda
com cangalhas no costado:
— Merc'alface repolhuda!*

Em Maio, garotitos descalços e de cara esperta, afeitos à rebeldia e vadiagem pelas ruas, conduzem lanzudos jericos, amodorrados, taciturnos, sonolentos, que, de lombo carregado, cumprem com resignação seu crudelíssimo fadário.

E os ganapos turbulentos e maltrapilhos, revolvem como cães famélicos os recipientes do lixo ou sobem aos mais elevados andares dos prédios, cobiçando de olho guicho as cascas de favas e de ervilhas, que os vaqueiros das quintarolas suburbanas lhes pagam, embora mesquinamente. E, azougados e felizes, como pardais numa eira, fazem ouvir o pregão endiabrado e infantil:

«...e o burrinho... lev'ás... cascas!»

Aproximando-se o Natal, começam a surgir, vindos de Mafra e da Malveira, os saloios exuberantes conduzindo bandos movediços de perus, onde há notas gritantes e moncos escorridos como coalhos de sangue, ressaltando das plumagens de reflexos metálicos. Juntam-nos aos grupos na Rua da Palma, Praça José Fontana e Largo da Anunciada. E, a vincar a boa procedência dos grugrulsejantes galináceos, gritam, possessos e persuasivos, com impetuosidade fogosa, num entusiasmo rubro:

«É saloio!... É saloio!...»

Ao surgir freguês, fustigam com as longas canas embandeiradas com lenços, algum que se apresente emurhecido, sonolento, de «monco caído». Espavoridas as aves recobram ânimo, aparentando viveza e saúde, que lhes vão escasseando com a fadiga da jornada.

Revendo-se na «fazenda», comenta então um dos labregos vendilhões, architectando aciganados planos calculistas:

«Nam se me dava vender o primeiro casal de piruns a um escudo e todos os demais, a dobrar!»



Certos pregões, para se escutarem, precisam de ambiente, como a pureza de linhas e estrutura de massas de certas obras plásticas que, só em condições favoráveis de luz e de local, podem ser apreciadas.

A venda dos «figuinhos de capa rôta» pelo mês de Julho, é uma melopeia enfeitada e nostálgica. Observem as vendedeiras, açodadas ao pêso das gigas e ouçam-lhes os pregões cadenciados, onde paira uma misteriosa saúde, que quási enternece:

«Quem quere figos... quem quere almoçar?...»

Durante a época estival morangos de S. Martinho e de Colares, aparecem à venda, túrgidos, álares, cheios de frescura, inundando ruas e mercados. Lembam mamilos de virgens, afogados em coxins rendilhados de fetos agrestes e



Venda de galinhas
(Desenho de Azinhal Abelho)

pondo risos festivos ao espreitarem rubicundos, como focinhos de corsas ariscas, às bôcas dos afunilados cabazes de vime.

E, cingidos aos grupos, transportam-nos às costas suspensos por delgados cordões, broncos saloios, calcinados e denegridos pelo sol.



Venda ambulante de rocas e colheres de pau (Séc. XIX)

(Desenho de R. Bordalo Pinheiro)

No ar ressoa a voz espessa do vendilhão terreno, sòlidamente apoiado nos sapatorros, barrete espipado e calça aperreada, que ufano anuncia os jucundos e saborosos frutos:

«São de Sintra, são de Sintra!...
Oito mal reis é o quilol!»

Reproduziu com sugestiva doçura êsse impressivo e audacioso pregão, o poeta Afonso Lopes Vieira, nestas inspiradas quintilhas:

*Pelas tardinhas serenas
pelas tardinhas amenas
O pregão passa a cantar
e cresce e floresce no ar:
— Merc'ó cabaz de morangos?...*

*Os morangos encarnados!
Os morangos perfumados!
Pelas tardinhas de verão
passa na rua o pregão:
— Merc'ó cabaz de morangos?...*

*E nas ruas da cidade
êle desperta a sauidade
da terra verde dos montes
e dos vales e das fontes...
— Merc'ó cabaz de morangos?...*

Através dos pregões, ritmados pela fantasia popular, passa, numa vibração sádia ou numa confrangedora tragédia, a rir ou a chorar, tôda a actividade simplista e mercantil das ruas.

Há pregões graciosos e espontâneos, livres e expressivos, cheios de graça rude, que dispoem bem ao penetrar no tímpano do ouvido; pregões lamurientos, que esmolam, e nos rasam os olhos de água. A uns e outros, o povolêu português soube imprimir a centelha musical que os individualiza, a marca indelével da sua maneira de sentir.

Por isso têm sôbre o nosso espírito — possivelmente retrógrado — sôbre a nossa sensibilidade — talvez ultra-romântica — um vago poder preponderante e sugestivo. Por isso nós, que não somos negativistas, encontramos ainda encanto, arte e tradição, em muitos dos típicos e agrestes pregões desta sultânica Lisboa! De aí o nosso brado de entusiasmo pela consoladora certeza dum Portugal gloriosamente belo e grande, graças à originalidade do seu Povo intuitivamente artista em suas galas e opulências.

PIANOS ALUGAM-SE

DE CAUDA E VERTICAIS



VALENTIM
DE CARVALHO
97, R. N. do Almada, 66

Francisco Latouche em Lisboa

POR HENRIQUE MARQUES JÚNIOR

A LUÍS PASTOR DE MACEDO

O ALMANACH BERTRAND — no seu décimo-sexto ano, ou seja em 1915, e que era dirigido e compilado por Fernandes Costa, pai da Sr.^a D. Maria Fernandes Costa, que exerce agora as mesmas funções — inseriu uma notícia a respeito de Francisco Latouche, referindo-se a um soneto por êsse poeta dedicado a Lisboa.

Como os AMIGOS DE LISBOA devem ficar lisonjeados com semelhante amabilidade, lembrei-me de o transcrever no *OLISIPO*, fazendo-o acompanhar das ligeiras notas que seguem, decalcadas sôbre a citada notícia, que saú anónima.

Francisco Latouche visitou Portugal e, conseqüentemente, Lisboa, por duas vezes: a primeira em 1908, após o assassinio de D. Carlos e de seu filho D. Luís Filipe, e a segunda em 1910, em seguida ao advento da República.

Embora fôsse assíduo colaborador do *MERCURE DE FRANCE* e da *REVUE BLEUE*, e as suas visitas coincidissem com tão memoráveis datas, essas visitas não foram, porém, para fazer a reportagem de tais acontecimentos.

Grande viajante e muito moço ainda, visitou a Alemanha, a Espanha e Portugal, que o encantara pela amenidade do clima e pelas suas naturais belezas.

Compôs um livro de versos intitulado *SONNETS PAIENS*, tido em alto apêço.

Aos 28 anos — em 1912 — foi vítima de um desastre de automóvel numa rua de Paris, de que lhe resultou fractura do crânio, morrendo quási instantaneamente.

Segue o decantado soneto, escrito por ocasião da sua segunda e derradeira visita ao nosso país.

LISBONNE

*Lisbonne, langoureuse au sommet des collines,
Sous l'implacable azur d'un ciel incandescent,
Vers le fleuve pâmé, par étages descend,
Majestueuse et blanche en sa grâce latine.*

*Helás! le temps n'est plus des cortèges puissants
Qui s'en allaient jadis par les routes marines;
Et les Eldorados des cartes enfantines
Ont trahi tour à tour les rêves incessants!*

*Cependant, nonchalante en la douceur des palmes,
Lisbonne entend le flot mourir aux grèves calmes;
Et songeant à sa gloire aux siècles éblouis,*

*Scrute indéfiniment l'embouchure du Tage,
Comme si grandissaient, prestigieux mirage!
Des caravelles d'or à l'horizon bleu.*

Como curiosidade dou uma fraca interpretação dêsse soneto, certo de que me será perdoada a ousadia de tal cometimento.

Lisboa, lânguida, majestosa e branca na sua latina graça, sob o implacável azul incandescente, desce do tópo das colinas.

Ai! já passou o tempo do potente desfile que outrora se fazia pelos caminhos marítimos e em que os Eldorados dos mapas infantis traíam alternadamente os contínuos sonhos.

No entanto, indolente na suavidade das palmeiras, Lisboa sente as ondas marulhar nas calmas praias e, lembrando-se das glórias passadas, prescruta indefinidamente a baía do Tejo, como se esperasse, em prestigiosa miragem, as caravelas de ouro no azulado horizonte.

Por me parecer interessante, aqui deixo arquivada a produção poética de Francisco Latouche que — suponho — não deve ser muito conhecida.

Vivenda Maria Thereza — Algés de Cima — 22-2-1942.

Uma vista pouco conhecida do Rossio

PELO DR. DURVAL PIRES DE LIMA

NA secção de História e Geografia da Biblioteca Nacional de Lisboa guarda-se a seguinte obra, publicada em Amsterdão em 1724: *Histoire abrégée du Portugal*, de J. R. Ilustram-na algumas estampas, sem grande mérito artístico, representando os reis de Portugal, a sala das côrtes do Reino, um auto da fé e uma panorâmica do Rossio. Apresentamos esta última, pelo seu interesse iconográfico e documental. É a única, supômo-lo, que nos dá uma vista do largo no sentido S.-N., abstraindo, naturalmente, as perspectivas de Lisboa (Cfr. Grav. 1.^a). Fazemos acompanhar a sua reprodução de algumas observações oportunas.

Quem conhece a água-tinta de Zuzarte (Vid. Castilho, *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Vol. X, p. 80) logo verifica ter sido mediocre o autor da gravura da *Histoire abrégée*; o aspecto é ingénuo e infantil, faltando-lhe o ajustamento visual à disposição da praça, dos edificios que a rodeavam e das serventias afluentes. Há desequilíbrio nas proporções das pessoas e das casas e ausência quasi absoluta das leis da perspectiva. É, porém, e aqui reside o seu valor, um documento de certo interesse para a história ilustrada do Rossio de antes do terremoto de 55, e supômo-lo pouco conhecido.

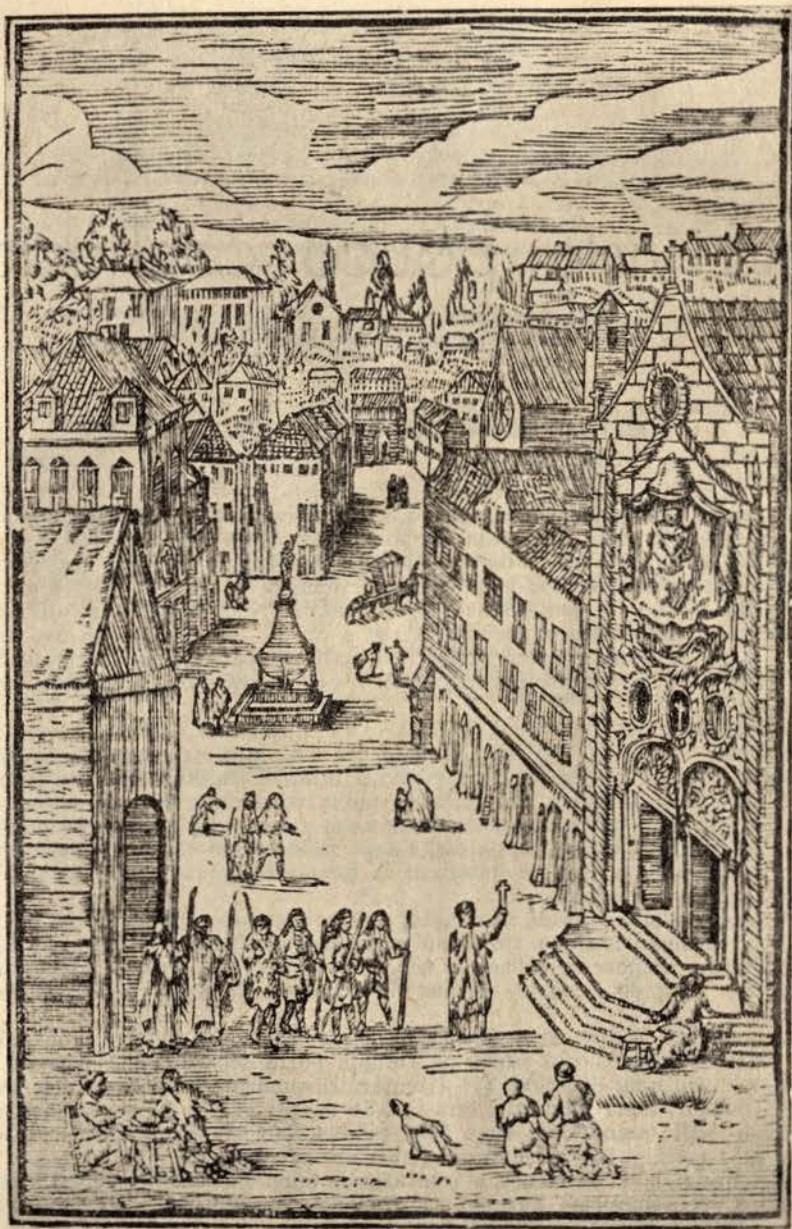
Começemos a *leitura* da ilustração, e principiemo-la pelo lado oriental.

Logo se nos depara a frontaria majestosa da Igreja do Hospital Real de Todos-os-Santos, imponente sôbre um adro rectangular, de cantos cortados. Assim, também, na vista de Zuzarte, apenas diferenciada no número dos degraus do escadório.

A portaria, conforme a água-tinta, é formada por quatro arquivoltas de ponta, sôbre colunas. O vão supõe uma dupla porta separada por mainel, sobrepondo-se ao todo uma abertura (?) circular. Enquadram a fachada dois grandes botaréis, melhor, duas pilastras, semelhando cabos; outros elementos decorativos do chamado estilo manuelino, como duas esferas, etc. No tópo da fachada distinguem-se três mesaninos sobrepujados pelas armas reais.

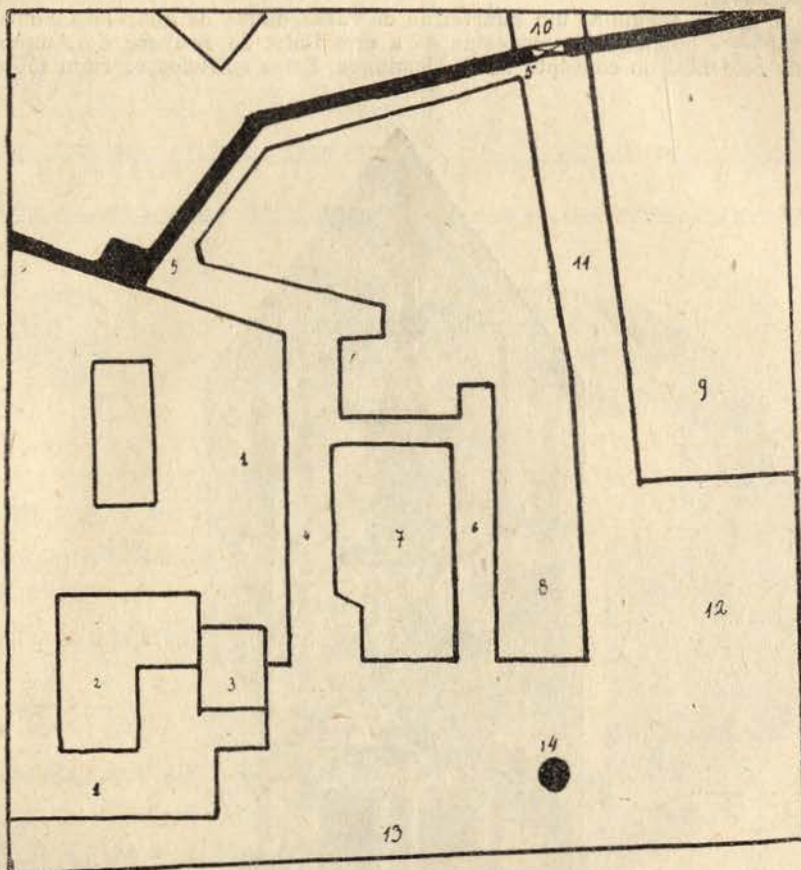
Era assim, mais ou menos, a frontaria do templo do Hospital Real no comêço do século XVIII, conforme Zuzarte. ¿E o que se tira do exame da gravura anónima da *Histoire*, também setecentista?

O portal difere, no traçado, da panorâmica anterior. Não parece ser formado por um único vão, com mainel, mas por dois, bem distintos, com sobreportas



Grav. 1.ª

ornamentadas, tal qual o desenho publicado no *Panorama* (Cfr. Grav. 3.^a). Por cima enxergam-se três aberturas circulares, com uma cruz na do meio. Mais alto



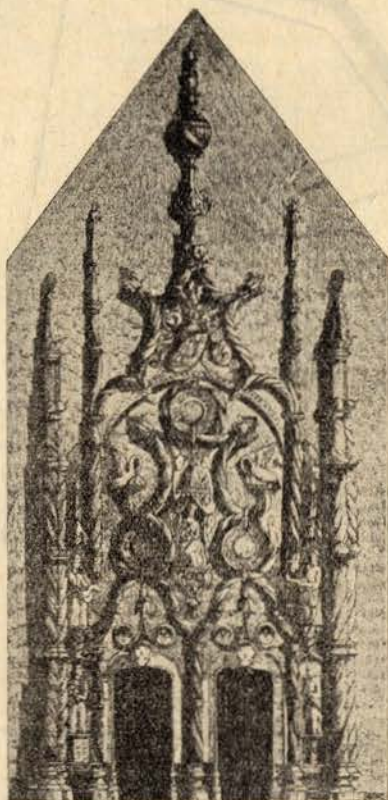
- | | |
|---------------------------|------------------------------------|
| 1 — Palácio da Inquisição | 8 — Casa dos Herdeiros de D. Braz |
| 2 — Pátio da Inquisição | 9 — Casa dos Almadas |
| 3 — Saguão | 10 — Portas de Santo Antão |
| 4 — Rua da Inquisição | 11 — Rua das Portas de Santo Antão |
| 5 — Beco do Fôrno | 12 — Feira das Bestas |
| 6 — Vuela | 13 — Rossio |
| 7 — Casas do Senado | 14 — Chafariz de Neptuno |

Grav. 2.^a

desenha-se um largo painel de cantaria, ilustrado por uma figura sob baldaquino: N. S.^a, Mãe de misericórdia (Cfr., também, Grav. 3.^a). Estes pormenores não aparecem na composição de Zuzarte.

A fachada termina por uma empena de bico, triangular, ornamentada por cruces amiculadas; apresenta mais um mesanino central e pilastras em forma de cabo de navio.

A igreja seguia-se um quarteirão de casas, umas de aparência nobre — o Hospital — e outras mais modestas — a ermideinha da Senhora do Amparo e a fachada ocidental do convento de S. Domingos. Estes edifícios corriam sôbre uma



Grav. 3.^a

arcada de dezassete vãos separados por gigantes, que chegavam ao primeiro piso. O documento, que supomos muito pouco conhecido, e que reproduzimos, dá um número muito mais pequeno de vãos, uns seis, o que se explica pelo pouco espaço de que dispunha o artista, mais preocupado com os traços gerais do quadro do que com o pormenor. Na composição de Zuzarte há três renques de janelas e nesta só dois, apresentando também uma fachada uniforme, interrompida ao centro por uma empena de duas janelas. ¿Esta desigualdade resulta de obras posteriores, acusadas pela água-tinta setecentista?

TERMAS DE CASTELO DE VIDE

Águas rigorosamente eficientes nos tratamentos da **Diabetes e doenças do Fígado, Pele Estômago e Intestinos.**
HOTEL DAS ÁGUAS
Telefone 41

Dep. em Lisboa: R. dos Fanqueiros, 118 / Tel. 24922

SRAIF

AGENCIA FUNERARIA

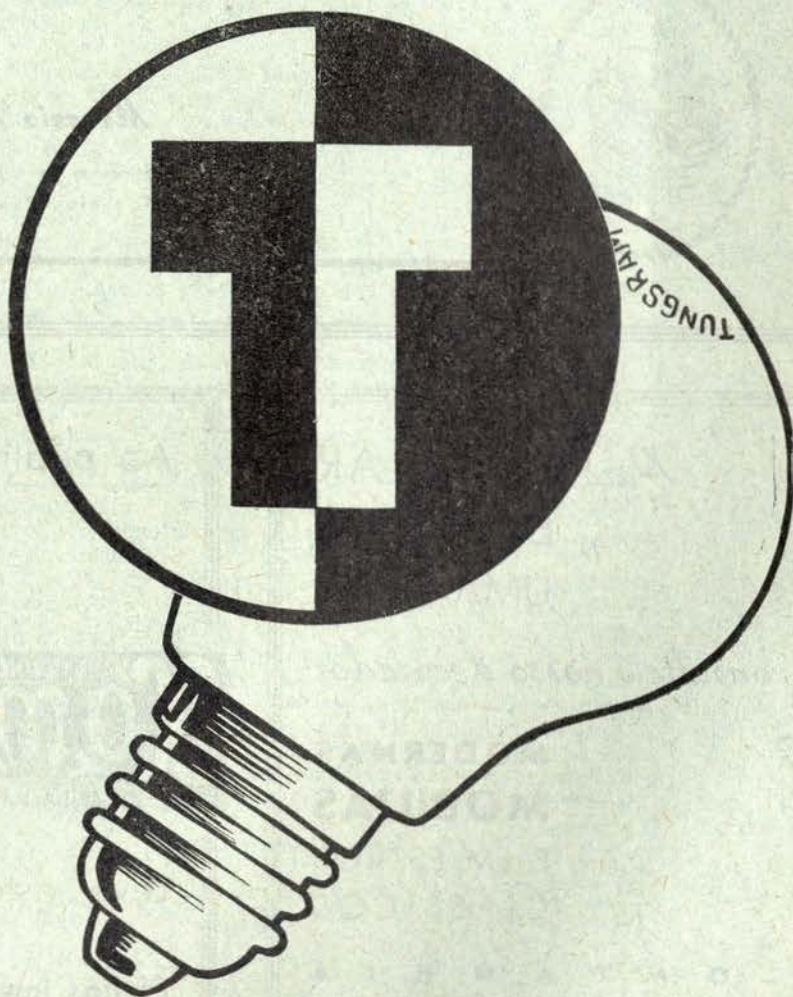
COMPRA E VENDA DE JAZIGOS

Rua das Pedras Negras, 5, s/l
TELEFONE 27288 / LISBOA

As lâmpadas que se aconselham para **redução de consumo**

Sempre **BOA LUZ** com a **MAIOR ECONOMIA**

Peça em toda a parte



TUNGSRAM

É APRECIADOR DE BOM CAFÉ?

NÃO HESITE:
COMPRE NO

MACARIO

QUE É UMA CASA ESPECIALIZADA E DAS MAIS ANTIGAS



Macario M. Ferreira, L^{da}

Estabelecimento: 272, Rua Augusta, 274

Torrefacção: 50, Rua Maria — LISBOA

Para MOBILAR
E DECORAR
UMA CASA

consulte o nosso decorador

**MODERNAS
MOBÍLIAS**
E EM ESTILOS
CLÁSSICOS

**COMPANHIA
ALCOBIA**

Rua Ivens, 14 — Rua Capêlo, 1 a 9

FACILIDADES DE PAGAMENTO

Ao pedir água mineral

peça



Leve, estomacal, límpida

Efeitos imediatos na digestão



À VENDA EM TODA A PARTE

Continuando a descrição da Grav. 1.^a, notaremos sôbre os telhados do convento de S. Domingos a parte superior da frontaria da igreja, com uma rósacea de grande diâmetro e uma torre acoruchada. No desenho de Zuzarte esta aparece com duas sinueiras, nas duas empenas visíveis, as voltadas ao norte e ao poente; neste, as faces desenhadas (sul e poente) têm apenas uma sineira por lado.

A banda norte do Rossio era limitada por três edificios, que se apercebem na Grav. 1.^a: Por detrás do chafariz a casa com três pisos deve ser a dos herdeiros de D. Brás Baltasar da Silveira; à esquerda parece enxergar-se uma viela, correspondência possível da que se abria ao nascente das Casas do Senado, a edificação que se vê a par. Segue-se-lhe uma morada, representada por duas frentes, ostentando na empena leste, sôbre umas portas, uma cruz, e por cima duas janelas de varanda. Na frente sul distinguem-se quatro janelas, e sôbre o beiral duas trapeiras.

Estas casas são, decerto, as da Inquisição — lá está o emblema do Santo-Offício para tirar as dúvidas: a cruz dentro de uma moldura oval. Os alçados não correspondem exactamente aos fornecidos por Mateus do Couto, em 1634, nem à sucinta descrição feita por Castilho (V. *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, Vol. X).

No enfiamento da praça há um largo e uma rua: a Feira das Bêstas e a rua das Portas de Santo Antão, fechada ao norte por aquela saída da cêrca, sôbre a qual parece existir uma edificação ou passadiço. A oriente da serventia levantam-se umas casas, possivelmente as dos Almadas. No último plano avistam-se, à direita, uns altos e, enchendo o fundo, moradias e arvoredos: as hortas, a encosta de Santana, e, com um pouco de boa vontade, as casas do recolhimento da Encarnação e de Santo Antão o Novo.

Defronte da portada de S. Domingos, que se não vê, mas se adivinha, levanta-se o célebre chafariz de Neptuno, com quatro bicas, e o deus marinho empunhando o tridente, tal como o descreve Frei Nicolau de Oliveira. Era magnífica obra de cantaria e imaginação, que Castilho supõe vir do segundo quartel do século XVI.

Várias figurinhas animam pitorescamente o terreiro: vendilhões com as suas bancas, mulheres embiocadas, um cão a ladrar, garotos, fidalgos e padres em acompanhamento piedoso, com círios nas mãos, e, a atravessar dos Estaos para S. Domingos, uma liteira de mulas; enfim, o *tutelimundi* da Lisboa do começo de setecentos ou do findar da centúria antecedente. É um quadrinho ingénuo, sim, mas pitoresco e completo.

Para terminar esta nótula há duas observações a fazer: o Paço da Inquisição prolongava-se para o N., paralelo com as Casas do Senado e separado delas por uma serventia, a Rua da Inquisição (Cfr. Grav. 2.^a).

Este pormenor não nos é dado pela Grav. 1.^a, que marca uma serventia entre uma hipotética fachada N. dos Estaos e S. do Senado. ¿Imperfeição do artista, que assim, e mal, pretendeu mostrar-nos o cotovêlo que a Rua da Inquisição fazia ao penetrar no bêco do Fôrno? ¿Apontamento da entrada do Saguão ou Pátio da Inquisição, indicada na 1.^a Planta de Mateus do Couto? (Cfr. Grav. 2.^a).

A segunda observação nasce do edificio abarracado defronte da Igreja do Hospital. ¿Que está ali a fazer aquela casa? ¿É o *Passo* do Rossio? ¿Será o tópo N.-W. da Rua do Lagar do Sêbo, ou de algumas das outras serventias que escoavam a *Baixa* pre-pombalina? ¿Uma das casas dos quarteirões ocidentais? Pelo impressionismo e simbolismo do autor, qualquer destas hipóteses é plausível.

Alguns aspectos da Lisboa Manuelina

Conferência feita pelo Prof. Francisco Câncio na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», na noite de 3 de Abril de 1941

Minhas Senhoras
Meus Senhores

QUIS a amável deferência do nosso Ilustre Secretário Geral, sr. Luís Pastor de Macedo, erudito investigador lisiponense e verdadeiramente o Grande Amigo de Lisboa, incluir o meu nome modesto na lista dos conferentes que tão brilhantemente têm ocupado este lugar.

Ao sr. Pastor de Macedo eu quero desde já agradecer a honra com que me distinguiu.

A VV. Ex.^{as}, desde já também, rogar antecipado perdão se não tiver conseguido atingir o fim que me propus: apresentar alguns quadros da Lisboa Manuelina, isto é, da Lisboa do primeiro quartel do século XVI.

Minhas Senhoras
Meus Senhores

A 7 de Julho de 1497 baloiçavam-se em frente do Restelo os três navios e a pequena barca de mantimentos que comandava o criado dos Gamas, Gonçalo Nunes.

Na Ribeira tudo se preparara com tempo para que as naus que fôsem em demanda da Índia tivessem as condições de resistência e de velocidades que a já notável ciência da construção naval requeria.

Nada esquecera: a tonelagem, o artilhamento, os materiais a empregar, tudo fôra meticulosamente estudado.

O pinho viera de Alcácer, por ser mais resistente; fôra cortado em Janeiro e estivera enterrado quasi um ano.

De boas árvores se arrancara o carvalho para o cavername, o sôbro para o convés e boa forja teve o ferro da fecharia.

Do linho da Maia tecera-se o velame, e quando tudo estava em vias de conclusão, aliciou-se a gente que o bravo Vasco da Gama havia de guiar por êsses Mares onde o nosso heroísmo desfizera já a bruma cerrada e tenebrosa.

Quando o trabalho dos mestrais era mais intenso, ouviam-se gritos vitorioso, trompas e charamelas, tropear de cavalos. Era D. Manuel, o rei recente, que descia à *Ribeira das Naus*, dos seus paços acastelados da Alcáçova, vigiando a construção, namorando as águas, que lhe trariam a riqueza, a glória, a opulência.

Vasco da Gama e os outros capitães foram fazer vigília ao pequenino Templo, sob a invocação de Nossa Senhora de Belém, que aí fundara o ínclito infante D. Henrique e o entregara aos freires de Cristo para que nêle se ministrassem os sacramentos aos marinheiros.

O dia seguinte, um sábado, foi o destinado para a partida, para o início dessa viagem de maravilha que traria a glória opulenta ao venturoso herdeiro de D. João II.

A praia de Belém encheu-se duma multidão que de Lisboa correu a despedir-se dos que partiam na armada.

Os tripulantes, em número de 160, saíram da pequenina ermida, acompanhados por sacerdotes, depois de ouvirem missa, a caminho dos batéis, em procissão, entre rezas, lágrimas e saudades.

A manhã, duma admirável luminosidade, mostrava aos olhos da cidade a margem sul do Tejo, a entrada da *barra* por onde, dentro em pouco, as quilhas das naus começariam a cortar o oceano.

Na praia faziam-se as despedidas.

Palavras de esperança e de fé; de amor e de carinho, como tão belamente nos descreve Camões:

*Em tão longo caminho e duvidoso
Por perdidos as gentes nos julgavam,
As mulheres c'um choro piedoso,
Os homens com suspiros que arrancavam:
Mães, espósas, irmãs, que o temeroso
Amor mais desconfia, acrescentavam
A desesperação, e frio medo
De já nos não tornar a ver tão cedo.*

Os que partiam, de círios nas mãos, com os corações oprimidos, mas com as almas serenas, marchavam ao longo da praia, escutando os soluços da despedida, as ladaínhas dos padres, invocando Deus, clamando aos santos, ao que a multidão respondia, num côro formidável de Fé e de Esperança.

Junto aos batéis ajoelharam.

O vigário da casa fez-lhes a confissão geral e absolveu os.

Lágrimas corriam em todos os olhos.

— Dos que ali estavam, quantos voltariam?!...

Deram as velas ao vento, que soprava de feição e, como diz João de Barros: «uns olhando para a terra e outros para o mar, e juntamente todos ocupados em lágrimas e pensamentos daquela incerta viagem: tanto estiveram postos nisso, até que os navios se alongaram do pôrto.»

E nas almas de todos, dos que partiam e dos que ficavam, escutava cada um uma voz íntima, que dizia: — Adeus!... Adeus!...

Meses volvidos chegavam à Índia, que a D. João II mostrara o sábio judeu Abraão Ben Samuel Zacuto.

Dos trabalhos, dos perigos, das canseiras da viagem, compensara-os bem estas palavras do Monçaide, ao desembarcarem:

— Boa ventura! Muitos rubis, muitas esmeraldas. Estais na terra da especiaria, da pedraria e da maior riqueza que há no mundo.

E diz Castanheda: «Quando isto ouviram falar estavam todos pasmados.» Lágrimas corriam, mas de emoção e de orgulho e na alma, tôda em festa, vibrava então o nome de Portugal.

Voltou o Gama, trazendo a bordo da sua nau cansada um mundo de maravilhas — A Índia.

Desembarcou em Belém e dirigiu-se logo à ermida de Nossa Senhora do Restêlo, onde fêz uma piedosa novena.

Aqui foi visitado por tôda a Côrte, até que realizou a sua entrada solene na cidade, num cortejo de opulências, ante o pasmo da multidão, enquanto os sinos tangiam alegremente, num repicar festivo desde manhã à noite.

Houve toiros, canas e momos, contentamentos, alegrias.

Sòmente nalguns lares, daqueles que o mar tragara ou dormiam eternamente em terras afastadas — o preço caro da glória — se chorava a perda dos que não voltaram.

Chegou o Gama com a feliz nova...

Outras armadas saíram, outras armadas chegaram, trazendo novos florões para a coroa do *Venturoso*.

Lisboa transformara-se em estaleiro colossal.

Os esqueletos das naus erguiam-se alto, elegantes e fortes, o martelar constante dos calafates, os gritos das gentes acumuladas, o chiar monótono dos carros de bois arrastando os pesados madeiros; o babujar das águas nas areias da margem, as pilhas de madeira erguidas aqui e além, já cortada e preparada para os cavernames; o apito dos mestres da manobra, o relinchar dos cavalos, montados por senhores e escudeiros, os grupos de pescadores consertando as rêdes ou de marinheiros em descanso, falando de aventuras, emprestavam a esta parte de Lisboa um cenário de actividade e de vida difícil de descrever.

No rio baloiçavam-se as naus com as velas colhidas, elegantes e soberbas.

Junto ao cais viam-se as caravelas e as galés, aguardando a carga.

Algumas carregavam mantimentos. Passavam rio acima, rio abaixo, de velas enfunadas à aragem branda, as carracas e os barineis, as caravelas e as navetas, as fustas e as urcas, numa grande graciosidade, como aves enormes, deslizando majestosas.

Lisboa começava sendo o grande empório, onde se juntavam *muitas e desvairadas gentes*.

O rei D. Manuel compreendeu bem a missão de Lisboa, do seu pôrto, do seu império.

E todavia Lisboa era bem mais pequena do que o é na actualidade.

Vejamos como Damião de Góis no-la limita:

«A cidade de Lisboa, pelo lado sul, começa no Paço Velho de Santos... Deixando o Paço Velho, por um caminho tortuoso, empedrado, e descendo pouco a pouco, vai dar-se ao convento das freiras de Nossa Senhora da Esperança (quási ao fundo da actual Avenida Wilson) indo pelo mesmo caminho, sobe-se ao monte fronteiro, em cuja ilharga, do outro lado, está a capela dedicada a S. Roque; depois, seguindo a mesma direcção, baixa-se para um vale muito ameno, junto aos muros da cidade, com jardins e pomares, o qual antigamente recebeu o nome de uma capela de eremitas, dedicada a Santo Antão; mas agora, depois dos frades terem de lá saído, chama-se da Anunciação (actual Largo da Anunciada)... Dali nasce uma colina com um olival tão denso que a vista mal pode penetrar lá dentro. Aberto na parte superior tem uma capela, que há pouco foi dedicada a Sant'Ana (ainda hoje restam vestígios desta nomenclatura na Calçada de Sant'Ana e no Campo de Sant'Ana).

Daqui (continua Góis) através de um campo de pastio, passando a lepro-saria e a feira do gado, chega-se a outro vale, não menos fértil e aprazível, a que chamam a Mouraria... A parte esquerda, para o norte, onde começam os campos de Santa Bárbara, vê-se a capela dos Anjos. Acima dêste vale, para o oriente, ergue-se um monte alto, de íngreme ladeira, que deu o nome ao templo de Nossa Senhora do Monte que no alto se encontra.

«Descendo dêste sítio, com pequeno desvio, quási em linha recta, entra-se outra vez no recinto da cidade, e depara-se-nos logo o templo dos frades agostinhos, consagrado a Nossa Senhora da Graça, encostado, do lado de dentro, às muralhas. Daqui, passando o riquíssimo mosteiro, dedicado ao mártir S. Vicente, onde vivem os cônegos regrantes de Santo Agostinho, e deixando as Escolas Gerais, vai dar-se à margem do Tejo, onde começa a ponta norte da cidade.»

Eram êstes os limites da Lisboa Manuelina.

D. Manuel transformou-a, todavia.

Provoca a construção de casas no bairro da Alfôfa, na encosta do Castelo, estende-as até ao postigo de Santa Maria da Graça, concedendo grandes privilégios aos edificadores.

Ordena que se derrubem todos os olivais dentro da cidade, quer sejam particulares, quer pertença da Igreja e que em volta das muralhas se abra um rossio com a largura de dois tiros de besta, para os animais de carga, impedindo-os, assim, de desfearem a cidade.

Começou-se logo, também, na construção de um cais, grande e espaçoso, para o trato das mercadorias, no aterramento do Terreiro onde se erguera o paço da Ribeira, enquanto se cavavam os alicerces para os Jerónimos, para a Casa da Índia, para o Almazem, para as Terceiras de Cataquefarás.

O rei sentia necessidade de vir para mais perto das naus, da preparação das armadas, assistir àquela azáfama diária, de a todo o instante ver o marulhar do Tejo nos paredões do seu palácio, namorar de perto as caravelas, as naus, os galeões. E era tal a sua impaciência que, enquanto se construía o Paço da Ribeira, veio habitar para o de Santos-o-Velho.

A Alcáçova, lá no alto, serena, majestosa e fria, era já do Passado.

Junto ao Paço da Ribeira ficava a Casa da Índia e da Mina, com tôdas as suas preciosidades.

Nela aguardavam os escravos moiros, etíopes, negros, do Malabar, de Sumatra, da Guiné, e mais, o seu doloroso destino.

Montões de canela, cravinho, pimenta, das mil especiarias que nos vinham do aurífero levante, esperavam os mercadores.

Com os negociantes portugueses cruzavam-se os da Flandres, de Génova, de Castela, da Alemanha e da França.

Falavam-se tôdas as línguas; corria oiro de tôdas as nações.

Junto ao Paço criou ainda D. Manuel o célebre *Armazém das Armas* «de corpos de armas e peões e dois mil e quinhentos de homens d'armas, e muitas peças de artilharia grossa e miuda, e arcabuzes e espingardas, piques, lanças e bestas, tudo em muita quantidade», como escrevia com admiração e quási respeito, Damião de Góis, que correra pelo mundo, que fôra amigo de Lutero e Melanchton, do Cardial Bembo, de Olau Magno, de Erasmo, e tantas outras figuras célebres do seu tempo.

Quem lá entrava ficava admirado.

Era bem o arsenal dum poderoso senhor que governava os mares, que se adornava com os pomposos títulos de Senhor da Conquista, Navegação e Comércio, da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia — esquecendo ainda o império imenso e então desconhecido em sua riqueza — o Brasil.

Dêste arsenal saíam as armas para as naus e para as fortalezas que se erguiam, onde tremulava a bandeira portuguesa.

Não havia na Europa nada de semelhante.

Venturino, que o visitou, relatava:

«Os cossoletes que para aí há são para cinqüenta mil homens. Noutra sala, que fica por cima, estão lanças para outros, e noutras morriões e arcabuzes para igual número de soldados; os portugueses dizem que para cima de oitenta mil, além de trinta mil armaduras inteiras para cavalaria. Em baixo estão cem peças de artilharia grossa e cento e cinqüenta de artilharia miúda, bem que muitas destas se podiam contar entre as de grande calibre. As munições são abundantíssimas assim como os materiais para a fabricação.»

Era neste cenário de heróica grandeza — o Tejo, o Paço, a Casa da Índia e os Armazéns das Armas — que vivia, no comêço do século de Quinhentos, o rei de Portugal e dos Algarves, senhor de terras sem fim e de riquezas sem conta, D. Manuel, pela graça de Deus, o mais feliz dos mortais.

Num domingo de Julho de 1502 começou a Rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, a sentir que em breve ia ser mãe.

Estava no Paço da Alcáçova, erguido no alto da cidade, deitada em magnífico leito de pau-santo, lavrado à maravilha e emoldurado pelas grandes alcatifas e panos de Arras.

As velas de um rico oratório, onde as imagens de Cristo e dos Santos, pareciam recolhidamente rezar, tremulavam em crispações leves.

O ar estava pesado.

Uma calma pairava sôbre a cidade e o Tejo semelhava uma placa de prata com as caravelas, urcas e naus, imóveis, como fixadas.

Sombras desciam pelos montes de além e os sinos das inúmeras igrejas de Lisboa badalavam, badalavam, chamando o povo à oração pelo bom sucesso da Rainha.

Imediatamente se organizou uma grande procissão de preces que ao anoitecer saiu da Sé para S. Domingos.

Era enorme o préstito e as tochas em tal quantidade que, segundo um cronista, iluminavam as ruas como se fôsse dia.

O recolhimento era profundo e sincero.

Ouvia-se sômente o latim da numerosa clerezia, o arrastar dos pés da multidão e o bater dos sinos, lento e grave, ecoando por colinas e vales.

Às 2 horas da madrugada, segunda-feira, 6 de Julho, nasceu um príncipe nessa câmara da Alcáçova.

Mas grossas nuvens acastelavam-se no horizonte.

O ar tornara-se irrespirável e as estrêlas fugiam ante as montanhas escuras que lentamente se acumulavam no céu.

A notícia do nascimento do herdeiro do trono encheu Lisboa de alegria.

Quiseram fazer manifestações de regozijo, mas não se puderam realizar porque «no mesmo dia se armou no ar uma tormenta de águas, trovões, raios e coriscos tão extraordinária, e continuada o dia todo com tamanha fúria e teima», que todos diziam «que não havia memória de homens que se lembrassem de outra semelhante.»

O vento zunia pelas tôrres e arcarias da Alcáçova e as bâtegas vergastavam as vidraças das câmaras e salões.

No seu bercinho, o futuro D. João III dormia docemente na alvorada da vida.

O Tejo tinha a côr plumbagina e os galeões e as naus, dançavam no alto das cristas das vagas, franjadas de branco.

Trovões ribombavam continuamente e os relâmpagos riscavam o céu em mil sentidos.

Mas após a tempestade vem sempre a bonança.

Dias depois do príncipe D. João nascer, nascia também, na mesma câmara luxuosa do paço da Alcáçova, com o monólogo do *Vaqueiro*, o Teatro Português.

E em breve descia à cidade, onde, por tardes amenas, nos adros ensombrados, se representavam comédias.

Realizavam-se as representações no alto, em palcos assentes sobre vigas, onde se acumulavam tôdas as personagens, sem cenários, nem artifícios. A imaginação dos espectadores, assentados em bancos, emprestados da igreja mais próxima, tudo supria.

Algumas vezes os actores eram mancebos nobres, que faziam rir às escancaras aquela platéia ao ar livre, com os seus dichotes pouco decentes, com as suas chocarrices e arremedos.

E ali em redor do palco improvisado, pasmava o frade sorrindo à moça, esquecido do côro, o mouro, o soldado tismado dos areais da África ou do sol da Índia, o marinheiro que navegara no Atlântico e no Índico, o calafate da Ribeira, o nobre de solar, a vendadeira das maçãs das hortas de Colares com a canastra, ou encostada ao burrinho paciente, as negras de olhos admirados e a rapariga que fôra à fonte e ali se ficara esquecida do pote que trazia à cabeça...

Os senhores fidalgos entretinham-se na caça, nas pescarias, nos exercícios eqüestres, que tanto proveito davam aos futuros cavaleiros, ou mesmo àquêles que já o eram, realizados na *Carreira dos Cavalos*, no Terreiro do Paço, na praia de Belém, nos Campos de Alvalade ou no Rossio, onde o próprio D. Manuel por vezes aparecia e nêles não desdenhava tomar parte.

O Rossio já era então, como hoje, o centro de reunião dos ociosos que enxameavam Lisboa.

Diz o gordo Rezende:

*Vimos muitos ociosos
sem querer nada fazer,
deixar o tempo perder
e dos bons e virtuosos
não lhes minguar que dizer.*

Como vêmos, a *má língua* é uma verdadeira instituição lisboeta, de larga tradição, entre os que não trabalham...

Mas nem só no Rossio apareciam os peralvilhos mandriando, mas também

*Pelas praças, pelas ruas
sem verem as vidas suas
andam vagabundeando
o tempo mui mal gastando
e as mãos e as línguas cruas.*

Ao norte do Rossio ficava o Paço dos Estáus, com as suas duas tôrres, muito grandes e maciças, e a *sua fachada alta e fria*, como diz o mestre das velharias de Lisboa, Júlio de Castilho.

Ao lado, estavam as casas do Conde de Barcelos; a nascente o dormitório do Convento de S. Domingos, a ermida de Nossa Senhora do Amparo e o Hospital de Todos-os-Santos, magnífica fundação de el-rei D. João II, erguida nas antigas hortas de S. Domingos.

Ao sul muita casaria nobre.

Não tinha a praça a regularidade pombalina dos nossos dias, mas desalinhada e coberta de calhaus, estado em que por muitos anos se conservou, visto que para se correrem lá toiros em 1755, antes do grande terremoto, se teve de limpar completamente e apear *as ignóbeis barracas de comércio de todo o género*. Grande parte do comércio de Lisboa exercia-se nesta praça de tantas tradições.

A sua história formaria uma obra de tómo.

Se Lisboa é o coração de Portugal pode-se com à-vontade afirmar que o Rossio é o coração de Lisboa.

Por baixo do Hospital corriam 35 arcos de forte cantaria, formando com a parede interior um pórtico de 30 pés de largura, onde os passeantes se abrigavam do tempo e se encontravam os físicos, os médicos mais afamados.

Tôdas as semanas havia aqui feira, onde se reuniam os casquilhos da Côte para as picarias de pôtros e às tardes se reuniam os ociosos.

Era ainda no Rossio que se exercitavam os *Têrços*, que os fidalgos passeavam nos seus murzelos, que se corriam toiros e se quebravam canas em tardes luminosas de festa.

Era lá ainda que se jogava a *pela* e o *tintinini*.

E assim se faziam fortes os cavaleiros para servirem a Pátria combatendo na África, na Índia e no Brasil.

As ruas de Lisboa eram estreitas e sujas.

Fazia excepção a Rua Nova dos Mercadores, que era «empedrada, direita, ladeada de casas de três e quatro sobrados, com telhados flamengos, rótulas, chaminés mudéjares que denunciavam a colaboração de alvanéos árabes, ausências de arcadas e varandas, em harmonia com o alvará manuelino, que as proíbera e um tam grande ar de nobreza, de opulência e de confôrto que se diria uma rua moderna de Bruges».

Era esta a célebre Rua Nova d'El-Rei ou Rua Nova dos Ferros, como também era conhecida.

Nela, por vezes, se realizavam as festas públicas, torneios, momos, procissões, e os *prantos* pelas mortes dos reis.

As festas particulares faziam-se nos palácios e quintas dos arredores.

Damião Góis, na sua *Lisboa Quinhentista*, diz:

«O território da cidade, para qualquer ponto para onde se volte a vista, está povoado de casas de recreio e quintas, com edificios magníficos, por causa da abundância da terra.

«E há até muitas pessoas que desejam viver no campo em lugar de habitar na cidade, porque, além de tudo correr, como corre, pròsperamente, vivemos, desde longa data, em paz duradoira com os vizinhos.

«Os campos, por tôda a parte, também estão matizados de casas de campo e aldeias e igrejas e conventos, tão belos e em tão grande número que as quintas e casas de campo, nas redondezas, vão além de seiscentas.»

Nestas quintas construíam-se palanques onde as damas assistiam ao *jôgo da pela*, às lutas, às corridas, às justas da argolinha, às apostas eqüestres.

Por vezes apareciam turcos fingidos, com longas lancas e cimitarras, embuçados, pelejando com os senhores. E todos, num falso pânico, ante o ruído das armas que se chocavam, gritavam:

— Moiros, moiros!...

Pelos canteiros dos jardins rescendia o alecrim, a alfazema, a doce-lima; desfolhavam-se rosas pendentes de latadas e junto às fontes onde a água mur-

Um

invulgar acontecimento

literário

MARIA DO MAR, poetisa de impenetrável mistério, responde, quadra a quadra, às «**Cantigas de mal-dizer**», de Silva Tavares, com o espirituoso livro

«**MAL-DIZER DE CANTIGAS**»

Fis, ao acaso, uma quadra de Silva Tavares e a resposta de Maria do Mar:

SILVA TAVARES

Segunda e terça, falámos;
Quarta, quinta e sexta amei;
No sábado, enfim, casámos;
No domingo desconsei!

Resposta de MARIA DO MAR

Foi tudo feito a correr.
Segundo dizem, até...
Na segunda — está a ver! —
Tinham vocês um bebé...

Preço de «**Cantigas de mal-dizer**»
ou de «**Mal-dizer de cantigas**», o\$00.
Os dois em conjunto, 10\$00. Edições da
Parceria António Maria Pereira-Lisboa

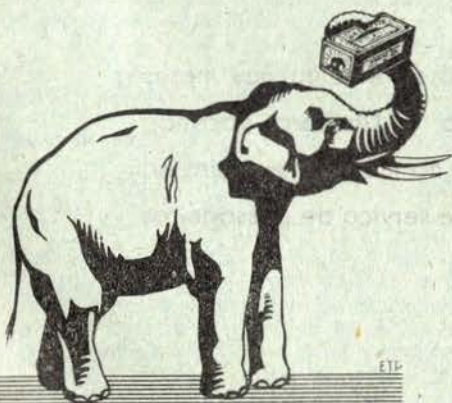
Fatos feitos por medida, e para
a província sem prova, pelos
métodos da ACADEMIA
MINISTER, de Lon-
dres, restituin-
do-se a im-
portância
ao cliente que não ficar satisfeito

OLD ENGLAND

SARMENTO & C.^A

R. Augusta — Esquina S. Nicolau

ENVIAM-SE AMOSTRAS
E CATALOGOS GRÁTIS



CHA CELESTE

Por ser o melhor e mais aromático é
sempre o preferido

DEPOSITÁRIOS:

VILARINHO & RICARDO
RUA DA PRATA, 230 — LISBOA
SOCIEDADE DE CIMENTOS, L.^{DA}
R. TRINDADE COELHO, 42-1.º-PORTO

Selos

A. MOLDER
CASA DA FILATELIA

Compra e venda
de selos para colecções

R. da Madalena, 75-3.º D.

Telefone 21514

LISBOA

Emprêsa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE
LISBOA, MADEIRA E AÇORES

Escalas datas das saídas dos vapores :

Em 8 de cada mês para : Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa
(Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Lages do Pico e Faial

Em 23 de cada mês para : Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge
(Velas), Cais do Pico, Faial. Côrvo e Faial (Lages e Santa Cruz)

A escala da Ilha do Côrvo só se efectua nos meses
de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando
também o vapor naquele pôrto no mês de Fevereiro só
para troca de correspondência e serviço de passageiros

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º D.

LISBOA

Telefone 2 0214

NA MADEIRA

BLANDY BROTHERS & C.º

EM PONTA DELGADA

BENSAUDE & C.ª

murava o seu eterno cantar, com frequência se escutava o sussurro dos beijos, ou as trovas de poetas namorados...

O movimento nas ruas era imenso.

Passavam as pretas *calhandreiras* com os altos potes à cabeça, transportando o *guano-humano*, que a trôco de magra esmola iam buscar às casas onde estava por largo tempo.

Seguravam os potes com uma corrente ou corda prêsa a uma das asas e andavam por onde transitavam os peralvilhos que se voltavam enojados.

Descalças, com os peitos escorridos, abandonados, sob o largo vestido às riscas de variadas côres, emprestavam às ruas particular pitoresco.

Logo de manhã vagueavam pelas ruas inúmeras vendedeiras — brancas e negras, forras e cativas — que traziam à cabeça grandes panelas com arroz, chicharos e ameixas, apregoando a sua mercadoria, oferecendo-a para o almoço.

Os grumetes das Berlengas vendiam perrexil de conserva; vendedores ofereciam em grandes tabuleiros as pastilhas de perfumar, as obreias, a aletria.

Outros vendiam aguardente, vinhos, açafraão, guloseimas.

No Rossio, às têrças-feiras, nos dias de feira, vendia-se tudo.

Ao longo do Hospital de Todos-os-Santos viam-se as cabanas ou barracas portáteis, os enormes guarda-sóis, ao abrigo dos quais os mercadores faziam o seu negócio — pêros do Ribatejo e de Sintra, pêsegos das várzeas de Colares e de Odivelas; espadas de Toledo e da Itália, novas e usadas, quantas vezes heróicas, gibões saídos do alfaiate ou já coçados pelo uso, pimenta, especiarias...

Nos estabelecimentos fixos, sob a arcaria do Hospital, ao qual pagavam renda os mercadores abastados, vendia-se o linho espadelado nas terras do Minho, as rendas feitas na orla do Mar, onde as ondas brancas toucadas de espuma, emprestavam modelos, a olanda finamente tecida, as cêssas, as sêdas e as estôpas.

Cambiava-se moeda sôbre grandes tabuleiros de cobre e de ferro, que os olhitos espertos do cambista vigiavam continuamente.

Mais além, nas escadas da igreja de S. Domingos, cegos em lamúrias, vendiam papéis com trovas e novidades.

Passavam pela vasta praça fidalgos com chapéus de feltro ou de sêda, com a aba revirada, uns recortados na frente, outros em golpes angulares ou em forma de ameias, de variadas côres.

Sob os gibões viam-se camisas arrendadas, ou com fôlhos, de cambraias finíssimas; os gibões todos entretalhados de setins, veludos e tafetás, tinham as mangas golpeadas, deixando ver os forros de tecidos preciosos.

Alguns traziam pelotes de brocado, sem mangas ou com estas abertas, forradas de setim ou peles, que desciam gravemente até aos joelhos.

Outros traziam tabardos, frisados em pregas, graves e solenes.

As calças tinham tufos com entretalhos de veludo e setim, em tela de oiro ou prata, com espiguilhos.

Calçavam sapatos de coiro cordovês ou pantufas de sêda, arredondados, à nova moda e a meia subia-lhes justa, de côres, até acima do joelho.

As armas que traziam eram um primor: espadas da côrte com punhos de oiro e de prata, com pedrarias altifíciosa e caprichosamente colocadas, as guardas lavradas com arte, onde os esmaltes brilhavam, metidas em bainhas de veludo, com ponteiras adornadas e da mesma côr dos calções.

Afastava-se a plebe ao vê-los passar, saúdando os que trotavam nos seus murzelos, mostrando a perícia no cavalgar.

Todavia, nesta aparência, havia muito de falsidade.

«Nas côrtes de 1525 ou nas de 1535 queixavam-se os povos de que os fidalgos em seus paços alardeavam tratamento luxuoso, incompatível com os meios de que dispunham; e o número dos seus criados era tal, que roubavam à agricultura e às artes os braços indispensáveis.»

Clenardo — ilustre humanista que esteve entre nós, numa das suas *Cartas* ao seu amigo Látomo, descreve assim o quadro, embora com tintas que nos parecem um tanto caricaturais:

«Se quisesse condescender com os costumes desta terra, começaria por sustentar uma mula e quatro lacaios: Mas ¿como seria possível? — jejuando em casa, enquanto que brilhava fora como um triunfador, e teria que tragar êste amargo remédio de dever mais do que poderia pagar. Eis aí o que faz um cortesão acabado!

«Isto faz-me lembrar um indivíduo, pelo qual imaginareis os outros. Êste, cujo retrato vos vou descrever, andava de rixa com um estrangeiro, creio que francês. O português levava-lhe a palma no fausto exterior, mas o francês tinha melhor mesa. Conhecendo êste, como quer que fôsse, os hábitos locais e levado pela curiosidade, conseguiu, habilidosamente, obter o livro onde eram lançadas as despesas diárias do outro. Acertou de dar logo com os olhos num passo bastante cómico, mas genuinamente português. Encontrara apontada a seguinte diária: água, 4 ceitis; pão, 2 reais; rabanetes, real e meio.

E como durante tôda a semana continuassem estas prodigalidades, imaginou que o domingo, êsse pelo menos, seria lautamente banqueteadado; mas para êsse dia (que viu êle?) achou simplesmente isto escrito:

«Hoje nada, por não haver rabanetes na praça.

«Há aqui, meu caro Látomo, uma chusma dêsses faustosos *rabanófagos*, que trazem todavia pela rua atrás de si maior número de criados do que de reais gastam em casa. E até creio que chega a havê-los, com menos rendimento do que eu, e que, não obstante, trazem uma comitiva de oito criados, que sustentam sabe Deus como, senão à custa de uma abundante alimentação, certamente à força de fome e por outros, que eu sou muito estúpido para apreender nunca em dias da minha vida. E não é muito difícil recrutar uma turba inútil de servidores, porque esta gente prefere tudo suportar a aprender qualquer profissão.

«Mas ¿para que serve, perguntar-me-eis vós, um tal séquito?

«Não falta que fazer a cada um, embora todos levem uma vida regalada: dois caminham adiante; o terceiro, leva o chapéu; o quarto, o capote não adregue de chover; o quinto, pega na rédea da cavalgada; o sexto, é para segurar nos sapatos de sêda; o sétimo, traz uma escôva para limpar os pêlos do fato; o oitavo, um pano para enxugar o suor da bêsta, enquanto que o amo ouve missa ou conversa com algum amigo; o nono, apresenta-lhe o pente, se tem de ir cumprimentar alguém de importância, não vá êle aparecer com a cabeleira por pentear.»

Dos poucos cabedais dos fidalgos fala-nos ainda Gil Vicente, em várias passagens da sua vasta obra.

Respiguemos da *Farsa dos Almoçreves*:

Anuncia o *Pagem*:

— Senhor o ourives see ali

Diz o *Fidalgo*:

— Entre. Quererá dinheiro.
Vinhais embora, cavaleiro;
cobri a cabeça, cobri,
.....
nunca vi tal vantagem,
nem tal modo de agradar.

O *Ourives*:

— Nossa conta é tão pequena,

e há tanto que é devida,
que morre de prometida,
e peço-a já com tanta pena,
que depeno a minha vida.

O *Fidalgo*:

— Ora olhai êsse falar
como vai bem martelado.
Folgo não vos ter pagado,
por vos ouvir martelar
marteladas de avisado.

.....
E vós, tornai outro dia cá!
Se não achardes a mi,
falai c'o meu camareiro
porque êle tem o dinheiro,
que cada ano vem aqui
da renda do meu celeiro;
e dêle recebereis
o mais certo pagamento...»

O próprio capelão dêste fidalgo se lamentava, dizendo:

«— Sou capelão dum fidalgo
Que não tem renda nem nada,
Quer ter muitos aparatos
e a casa anda esfaimada.
Toma ratinhos por pagens,
Anda já a coisa danada
Quero-lhe pedir licença;
Pague-me a minha soldada.»

Ainda na farsa *Quem tem farelos*, diz o criado do Fidalgo:

«Não comemos quási nada
Eu e o cavalo, nem êle.
Vem alta noite de andar
De dia sempre encerrado:
Porque anda mal enroupado,
Nem ousa de se mostrar.
Vem tão lêdo — sem cear!
Como se tivesse quê;
E eu não tenho que lhe dar,
Nem êle tem que lh'eu dê.
Toma um pedaço de pão,
E um rábão engelhado,
E chânta nêle bocado,
Como cão.
Não sei como se mantém,
Que não está debilitado.»

Esta vida de luxo e de ociosidade contribuiu muito para o aumento dos escravos em Lisboa.

Voltemos ao aspecto das ruas, donde nos afastámos um pouco.

O que se não encontrava no Rossio havia com abundância na Rua Nova dos Mercadores ou dos Ferros: — os panos de Ruão, as sêdas indianas, os brocados da Itália ou da Flandres.

O ruído era ensurdecedor nesta parte da cidade.

Os mercadores em altas vozes encareciam as qualidades das suas mercadorias; os cavalos trotavam batendo as ferraduras no lagedo e os vendilhões lançavam os seus pregões cantados e harmoniosos.

Passavam frades, petintais, caiafates, magarefes, marinheiros, mouros e escravos, flamengos e castelhanos, acotovelando-se tudo, uma alegria, numa nota de vida extraordinária.

Dê todo o Portugal vinha gente sôbre Lisboa, em busca da riqueza, do luxo e do prazer.

Os fidalgos abandonavam os solares, os servos, a gleba, os mesteirais, o officio.

Lisboa!... Lisboa!... — o cais da Índia, a metrópole do oiro, dos diamantes, da pimenta, do cravinho e da canela, que valia tanto como esmeraldas, pérolas ou rubis.

O dinheiro ainda não faltava.

Armadas iam, armadas vinham.

Muitas se perdiam nos naufrágios, nos baixios, nos assaltos dos piratas. Que importa!

Outras chegavam abarrotadas de pimentas, de preciosidades, de tributos.

E na Ribeira das Naus os calafates e os carpinteiros martelavam, martelavam, continuamente, sem descanso, para que não afrouxasse o poder de Portugal nos mares.

Mais naus, mais galés, mais armadas.

O mar era insaciável e os turcos, os moiros e os índios, atrevidos inimigos.

Naus ao mar, velas ao vento, canhões e columbrinas, cruces vermelhas de Cristo, marcando pelos oceanos o poder, o domínio de Portugal.

No Paço da Ribeira o rei vive contente, olhando de perto a construção das armadas, ouvindo o martelar, o serrar das madeiras arrancadas dos pinhais que a providência profética de D. Dinis semeara.

Na paço o rei, entre músicas, sêdas e veludos, é feliz vendo partir as armadas: — Adeus... Adeus... Não há lágrimas nos que partem nem nos que ficam: — há ambição, há sede de riquezas, há poemas de glória, de bravura, de heroicidade.

E tocam trombetas, sacabuxas e atabales, martelam nos estaleiros, tecem-se as velas com o linho da Maia, passam sêdas, olandas, brocados, oiro, pedrarias, opulências...

Outro quadro interessante se observava na vida da Lisboa manuelina. Era o que se mostrava entre o Natal e os Reis, nesta quadra que sempre foi em Portugal, de festa, de ternura e de saúde.

No Terreiro do Paço da Ribeira, no Largo do Pelourinho, nas tardes frias de inverno, quando o sol melhor aquece e empresta tonalidades inéditas às casas, às pessoas, e às árvores, mais de trinta mulheres estendiam, sôbre mesas compridas de madeira, toalhas muito brancas, onde vendiam gergelim, pinhoada, fartos e outras guloseimas que nobres e plebeus compravam.

A véspera do Natal, desde o paço à choupana, era festejada com solenidade.

A mesma poesia que através dos séculos se tem mantido, a mesma afectuosa ternura.

Se entrássemos numa casa nobre do séc. XVI ¡que lindas coisas não veríamos, desde os azulejos das paredes, com cenas de caça, de guerra e de gineta, até ao mobiliário de linhas tão portuguesas! As mobílias de talha e a carpintaria de

alforge, que hoje são o encanto dos antiquários, enchiam as salas! Os pesados armários com as portas emolduradas em medalhões rectangulares, encostavam-se às paredes, entre cadeirões, almofadados de brocado e lhama, e marchetados preciosos.

No interior das arcas, fortes e chapeadas, e sobre as mesas torneadas, viam-se cristais facetados e doirados, gómis de prata trabalhados a cinzel, pratos e galhetas, com artificios finamente lavrados, pesados e maciços.

A ourivesaria portuguesa no séc. XVI era das mais notáveis da Europa. Veríamos nessas casas faianças de Talavera e da Itália, ao lado das nacionais.

O luxo imperava sempre.

É ainda Resende que o diz:

*Vimos cadeias, colares,
ricos tecidos, espadas,
cristos e cristas lavradas,
punhais, borlas, alamares,
muitas coisas esmaltadas,
arreiios quanto lustravam,
duravam muito e usavam
só com vestidos frisados
com tais peças arreiados
os galantes muito andavam.*

As damas viviam entregues aos trabalhos caseiros, só saindo às visitas aos conventos onde tinham amigas e parentes recolhidas, ou à Missa, com grande recato e onde se ouvia música excelente.

Em dias de festa magna iam aos templos da cidade, acompanhadas por escudeiros, com os seus mantos derrubados para os olhos — os lindos olhos das portuguesas, que através dos séculos não perderam a beleza — caminhando gravemente, enquanto os sinos das igrejas vibravam no ar.

Não faltavam igualmente a matinas e a lausperenes.

E suspirinhos de amor!...

E olhares lançados a mêdo, enquanto o incenso subia em espirais na atmosfera semi-devota, semi-profana, do templo!

Aos serões, as damas do séc. XVI, sentavam-se em almofadas de sêda ou no chão, sobre esteiras.

Tinham, na maioria, os cabelos negros e a tez moreninha, mas, eternas insatisfeitas, como os poetas cantavam os cabelos loiros, pintavam-nos desta côr e as suas cabecinhas ficavam emolduradas em oiro.

Junto às amas seroavam as servas, as escravas negras, ao redor do candieiro de latão, cuja luz serena e igual iluminava o recinto.

No argola escabeçeava o macaco bugio e o papagaio tinha a cabecita esparta e velhaca metida debaixo da asa.

Rezavam, liam crónicas, falavam de milagres e de bruxedos, enquanto as crispções da luz punham borrões de sombras nas paredes.

Os homens jogavam as cartas que, como o vinho, estavam defesas às mulheres.

De longe a longe havia bailes, com muitas cortesias e luzimentos.

No meio desta alegria, destas horas felizes, em que nasciam e viviam amores, em que se alcançava a suprema felicidade num toque na ponta dos dedos de dois namorados, ou — quem sabe? — dum... beijo dado a mêdo na sombra de um corredor, as horas voavam sem que as sentissem passar.

Nadava-se na abundância e na opulência comercial.

Conta-nos Damião de Góis: «Vi muitas vezes na Casa da Contrastação da

Índia, mercadores com sacos cheios de dinheiro de ouro e prata para fazerem pagamento do que deviam; o qual dinheiro lhe diziam os oficiais que tornassem o outro dia, por não haver tempo de o contar.»

D. Manuel era um rei oriental, amigo de aparecer rodeado do seu fausto, mostrando aos vassallos o poder imenso de que dispunha.

A música acompanhava-o sempre.

Chegava a ser mania: ao despacho, à sesta, ao deitar...

Música de câmara e de capela, com estremados cantores — como diz Góis — que vinham de tôdas as partes da Europa.

Resende também afirma:

— *Música vimos chegar
à mais alta perfeição.*

Todos os dias-santos e domingos o rei jantava com música, ceava com música. Pelas salas do paço ecoavam os sons fortes dos instrumentos que se tocavam, enquanto el-rei comia com grande estado e cerimónia, sentado na sua alta cadeira de espaldar, sob dossel, com os pantufos de veludo negro, poisados em almofadas de damasco.

Nas tardes calmas, no Terreiro do Paço, juntavam-se os fidalgos, caracolando nos corcéis, namorando as damas.

Gil Vicente, na *Farsa dos Almoçeves*, faz referência a êste facto, quando o Fidalgo diz ao pagem:

— Vai-me ver que faz el-rei
se aparecem damas lá...

Gil Vicente brilhava com o seu talento e Lisboa era a cidade encantada que prendia as atenções do mundo.

Ao seu pôrto vinham navios de tôda a terra buscando as preciosidades que os galeões da Índia traziam no seu arcaboço, enquanto o rei, no baluarte do Paço, por noites estreladas, lia o destino das suas naus nas constelações do Firmamento.

Ia-se cumprir, em parte, a profecia de Gil Vicente no auto *Exortação à guerra*: — a infanta D. Beatriz estava para partir a caminho de Sabóia, desposada do duque reinante.

Já baloiçava no Tejo uma luzida armada que nos portos do Mediterrâneo, mais uma vez, iria mostrar o esplendor e poder do rei de Portugal, do Senhor do Comércio e da Navegação, de tôdas as costas e de todos os mares.

O povo, nos altos da cidade, apontava os navios que levariam a noiva a Sabóia.

Nos paços da Ribeira ia uma extraordinária azáfama.

As damas, as cuvilheiras, os pagens e os escudeiros, não paravam, tratando do enxoval da Infanta, que comportava tudo quanto de mais precioso e artístico havia em tecidos, em jóias e em móveis.

A 4 de Agosto de 1521, véspera da partida, às quatro horas da tarde, saíu vistoso cortejo do paço.

Era o rei, a rainha, com a infanta e os outros filhos, seguidos por tôda a côrte acompanhando D. Beatriz a despedir-se da rainha viuva de D. João II

Declinava a tarde domingueira.

O ar estava parado e nêle havia um aroma vago. O céu era admiravelmente azul.

Na Sé fizeram as orações pedindo a Deus que desse feliz viagem à infanta, que sempre a protegesse, nesse ducado distante, donde jamais voltaria.

Depois pelas ruas principais, repletas de povo, que aclamava, que gozava aquêlê brilhante espectáculo, foram ao paço de D. Leonor, onde estiveram e a infanta se despediu com muitas lágrimas, voltando o cortejo pela Ribeira, com o mesmo luzimento, passeando pela cidade a magnificência da côrte.

Desceram no paço.

Numa grande sala armada de rica tapeçaria de oiro e muito bem alcatifada, com dossel, cadeiras e almofadas de brocado, se começou grande serão, em que o rei dançou com a infanta e a rainha com a infanta D. Isabel, futura imperatriz da Alemanha e rainha de Espanha, e o príncipe D. João e o infante D. Luís com as damas que escolheram.

Foi êste serão, o derradeiro esplendor da côrte manuelina.

Ao outro dia, de Nossa Senhora das Neves, segunda-feira, embarcou com grande estado a infanta-duquesa.

Iam com ela o rei, a rainha, e seus irmãos, tôda a côrte, embaixadores do Duque de Sabóia, bem como a numerosa comitiva de D. Beatriz.

A frente do cortejo marchava o conde mordomo-mor d'el-rei e o mordomo-mor da rainha, graves no seu cargo, magníficos nas vestes, e todos os porteiros, mestres-sala, reis de armas, arautos, passavantes e outros officiais.

E a música com charamelas, sacabuxas, trombetas e tambores e muitos outros instrumentos e menestréis.

Por uma varanda vieram ter a um cais que estava dentro de água, todo coberto de rica tapeçaria e alcatifado.

Embarcaram todos num grande batel, da pôpa à proa toldado de brocado, e com ricas bandeiras e estandartes de damasco carmesim e branco, pintados de oiro.

Seguia-se uma quantidade enorme de outros batéis luxuosamente ataviados, com os marinheiros ricamente vestidos, batéis da côrte e de particulares e de tôdas as naus, galés e galeões que se abrigavam no pôrto.

Barcos com músicas navegavam por entre os navios embandeirados, a abarrotar de gente, nesse dia sereno de Agôsto, rodeando a nau da infanta, aclamando-a.

Em terra, admirando o espectáculo grandioso, do cais da Ribeira, das praias, das janelas da casaria, dos altos da cidade, a multidão comprimia-se, extasiada ante as magnificências daquela côrte, daquêlê rei, de grandes braços, sempre rodeado de músicos.

E fora das muralhas, ao longo das praias de Santos a Belém, ainda se via gente, a pé e a cavallo, com os olhos fixos nessa armada de opulências.

Entre tantos corações só um sangrava — o da infanta, ralado já de saúdades.

Nessa noite, a bordo, com a infanta que partia, ficou sua irmã D. Isabel, os infantes, o Conde de Vila Nova, os embaixadores e a comitiva que ia a Sabóia.

Tôda a noite gente em batéis, vinha com músicas navegar em volta da nau e durante o dia traziam charamelas e tambores, enquanto troava a artilharia.

Na terça-feira foram o rei e a rainha visitar a infanta. A bordo fez-se um serão, onde dançaram, como diz o cronista, «Todolos galantes e foi uma gentil festa por ser feita no mar.»

A meia-noite voltaram para terra. O rio estava cheio de batéis ataviados, as naus embandeiradas em festa salvavam estrondosamente por essa calma noite de Agôsto.

Iam findar os esplendores manuelinos.

Alguns meses depois, a 4 de Dezembro de 1521, D. Manuel adoeceu.

Grassava na cidade uma epidemia, que começava por madorra e em breve conduzia muitos à morte.

El-Rei agonizava.

Calaram-se as músicas.

Adormeceram os sacabuxas, as charamelas, as trombetas.

¿Que se passaria pelo cérebro delirante daquele feliz da Terra, nessas horas de suprema angústia?

A Índia?!... Caravelas, músicas, impérios, cortejos orientais?!...

Em dia de Santa Luzia os prelados e religiosos salmeavam a agonia e o rei, com voz mortíça, murmurava os salmos, que sabia de cor.

A tarde caía baça e triste.

Na câmara mal alastravam-se os borrões de sombra, que a luz das velas bentas punha em movimento, e os sinos, cá fora, por tôda a cidade, chamavam ainda às preces pela vida do rei.

As nove horas morria.

Gelou-se o riso na bôca dos galantes, deixaram de sair os cortejos orientais, luxuosos, fantásticos.

Um novo rei aparecia.

Uma nova fisionomia ia dar à cidade.

Lisboa, a princesa encantada do Oceano, a rainha do mundo, recolhida e saudável, relembra o passado..

PÉROLA DO ROCIO, LIMITADA

Casa especializada em

CHÁ, CAFÉ,

BOLACHAS,

BOMBONS

E CHOCOLATES

—

Envio de encomendas para

todo o país e estrangeiro

—

TELEFONE 20744

R O C I O , 1 0 5

Arquivo Geral da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivos Portugueses

POR D. FERNANDO PAES DE ALMEIDA E SILVA

(Continuado do n.º 18, págs. 108)

Como acabamos de ver, pelos documentos atrás transcritos, em 1498, achava-se a Câmara instalada perto da Sé, mas no mesmo local se encontrava ainda em 1503, como se vê pelo seguinte assento, extraído de um dos Livros do Tombo da Cidade:

«Tem a Cidade uma travessa junto da porta de ferro, a qual antigamente foi serventia pública, fica parte dela por debaixo do cartório da Camara.....»

Assim, em 1523, decerto por causa da peste, fazia a Câmara de Lisboa as suas reuniões no sítio chamado «Santa Bárbara», como se vê por uma Carta Régia, escrita e enviada de Almeirim, que desta forma principia:

«Veradores, Procuradores, e Procuradores dos Mesteres, Nos El-Rei vos enviamos muito saudar. Vimos as cartas que nos escrevestes sobre a Camara que fazeis a Santa Barbara, duas vezes na Semana, como vo-la escrevemos, porque em dois dias que vos hi ajuntais proveres a todo o que cumpre ao bom Regimento da Cidade.....».

Logo em 1527 passaram as reuniões a fazer-se no Vale de S. Bento, como se afirma na seguinte passagem, que copiamos, de uma Postura dessa data:

«Aos três dias do mês de Setembro de mil quinhentos e vinte sete anos no vale de São Bento, onde se hora faz Camara da Vereação desta Cidade de Lisboa, sendo presentes.....».

Mas em 1531, talvez ainda ou novamente, por causa do mesmo mal da peste, já as reuniões eram noutra local.

Desta vez faziam-se no sítio chamado o «Paraíso», conforme se afirma numa Carta Régia desta data, que assim nos esclarece:

«Vereadores e Procuradores da Cidade de Lisboa, Eu El-Rey vos envio muito saudar. Vi a Carta que me escrevestes feita em Nossa Senhora do Paraíso, de vinte e quatro de Maio, e tenho vos muito em serviço o cuidado que tendes de vir à Câmara, e de visitar a Cidade.....».

Neste mesmo ano foi ordenado, por Carta Régia, à Câmara que escolhesse lugar conveniente, fora da Cidade, onde se podessem reunir. Não sabemos, no entanto, se esta determinação se cumpriu, e, a ter-se cumprido, qual o local escolhido, mas no capítulo décimo oitavo da «Crónica de El-Rei Dom Sebastião», por Dom Manuel de Menezes, achamos a informação de que em 1557, novamente, se encontrava a Câmara perto da Sé, mas, ou devido ao mau estado do edifício ou suas diminutas dimensões, ou, ainda, pelo péssimo estado sanitário da Cidade, em 1569, pediu o Senado ao Rei para se poder reunir e instalar numa quinta, fora da Cidade.

Anuiu o Rei a êste pedido respondendo nos seguintes termos:

«Vereador, Procuradores da Cidade de Lisboa, e Procuradores dos Mesteres della, Eu El-Rey vos envio muito saudar, vi vossa Carta, de vinte e dois dêste Mes e as razoens que nella dais pera nam Ser necessario rezedirdes na Cidade pera efeito das Cousas que per vossa ordem se fazem, e postó que nam basta dizerdes que asy se fes sempre porque os tempos e successo das couzas mudam muitas vezes o asento dellas, e o modo de que se devem fazer toda via, vendo Eu quanto instais nisto, e que devo confiar de vos que estando fora da Cidade, não deixareis de inteiramente e prover no governo della como se atualmente ahi rezedireis de continuo, Hey por bem que o negocio ordinario da Camara se fasa em alguma quinta, como mo pedis, com tal declaraçam que vois aveis de ajuntar nella cada dia Sendo necessario ser todos os dias pera mais amiude, e melhor poderdes acudir a tudo, a qual quinta nam será da Cidade mais longe que meya legoa e tereis tambem obrigaçam de hir a Cidade todas as vezes que comprir, e creio, escrita na Batalha a vinte e oito de Agosto, Era de mil e quinhentos e sesenta e nove e eu Miguel de Moura a fiz escrever — Rey.»

Qual a quinta escolhida não o sabemos, mas por uma escritura feita, pelo Escrivão da Câmara, em 1570, relativa à renda dos barcos, tomamos conhecimento que, nesta data, se achava a Casa da Vereação junto de Santa Apolónia. Assim principia essa escritura:

«Em nome de Deus Amen..... por tempo de três anos virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e setenta anos, aos quatorze dias do mez de Fevereiro do dito ano, na Casa da Vereação desta Cidade de Lisboa, que se ora faz junto de Santa Apolonia, nas casas de Estevão Mendes.....».

O tempo que a Câmara aqui se achou instalada não podemos precisar mas só encontramos referência a novo local num documento de 1580 que nestes termos nos informa:

«Aos vinte dias do mês de Junho de mil quinhentos e oitenta anos na Igreja dos Reis Magos, situada no Campo de Alvalade Grande, termo da Cidade de Lisboa, estando na dita Igreja presente Manuel Teles Barreto, Vereadores e os mais ausentes, por estarem doentes, e Luis Lourenço em lugar do Conservador que para êste Auto serviu por Provisão dos Senhores Governadores, cujo treslado ao diante

irá junto, e Bastião de Lucena, Procurador da Cidade, e Gaspar Rodrigues, e Luis Franco, e António Nobre, e Francisco Rodrigues, Procuradores dos Mestres.....».

Apesar de todos os «Saltos» a que temos assistido nesta movimentada mudança de logares onde se instalou a Câmara, não podemos deixar de notar, também, as repetidas vezes que ela se aproximou da Sé, parecendo que esta exercia sobre ela uma tal influência de que difficilmente se libertava, pois, lendo o tomo primeiro da «História de Portugal Restaurado», encontramos a seguinte passagem pela qual concluímos que, em 1640, novamente se encontravam perto uma da outra, a Sé e a Câmara:

«..... saiu da Sé e no terreiro, que lhe fica adiante, achou Dom Pedro de Menezes, Conde de Castanheda, Presidente da Camara, com todo o Senado, porque havendo serrado as portas do Tribunal onde estava, o persuadiram seus filhos a que as abrissem.»

Ali se achava a Câmara ainda em 1647, conforme nos indica uma certidão passada no tempo de D. João V e referente a tal data, da qual transcrevemos a passagem que nos ilucidou:

«..... Que no tempo da feliz aclamação do Senhor Rei Dom João Quarto em aquêle em que foi aclamado, temendo-se alguma revolução, se mandaram meter na Sé todos os livros e papeis do Cartorio do Senado, com má arrecadação, e pela não haver boa, se perderam alguns livros e papeis.....».

Em face da documentação compulsada parece não ter havido mais qualquer mudança a registar na localização da casa da Câmara até ao ano de 1717, pois só com a data de 15 de Janeiro d'êste ano nos aparece um Alvará Régio em que D. João V mandava que houvesse em Lisboa dois Senados.

Da mesma forma que nesta data o Papa Clemente IX dividiu a cidade, sob o ponto de vista religioso, em duas dioceses, também o Rei a dividiu, administrativamente, em Senado Oriental e Senado Ocidental.

Qual a situação das casas onde se instalaram?

O Senado Oriental permaneceu na instalação do antigo Senado único, edificada antes de D. Manuel mas por êle mandada reparar, como atrás deixamos dito; quanto ao Senado Ocidental, instalou-se na casa onde os Vinte e Quatro realizavam as suas conferências, junto do Hospital de Todos os Santos. Ali funcionou de 18 de Janeiro de 1717 a 5 de Março do mesmo ano. Nesta data foi transferido para umas casas, alugadas a António José de Miranda Henriques, pegadas ao Palácio da Inquisição, em frente do chafariz do Rossio.

Estudando a administração da Cidade no tempo de D. João V, e, consequentemente, a documentação que a ela respeita, encontrámos um Decreto d'êsse Rei em que ordenava ao Senado de Lisboa Oriental que comprasse as casas a que já nos referimos, alugadas a António José de Miranda Henriques, para nelas se alojar o Tribunal.

Depois de trocada vária correspondência, que apenas tratava das condições em que a compra se devia fazer, foi, finalmente, determinado pelo Rei, por sua Resolução de 13 de Julho de 1720, que o dito negócio se fizesse para, nessas instalações, alojar o Senado Ocidental.

A nenhuma alteração se procedeu até 1741. Neste ano, ainda o mesmo Rei, com o seu Alvará de 31 de Agôsto, terminou com tal divisão, que durara perto de 25 anos. Este Alvará mandava que, unindo-se os dois Senados formassem, unicamente, o «Senado da Câmara de Lisboa», devendo instalar-se nas casas em que se tinha achado até então apenas o extinto Senado Ocidental.

Ou por muito se desenvolverem os diferentes serviços da Câmara, ou, ainda, por a reunião dos dois Senados não se poder fazer condignamente nas referidas casas do Rossio, teve a Câmara de se alojar também numas casas da rua da Inquisição.

Isto se deduz de uma consulta dirigida em 1754, a D. José em que o Senado pedia meios para pagar ao mestre das obras das casas do Rossio e das que se servia na citada rua da Inquisição.

Com o terremoto de 1755 ficaram estas casas de tal forma danificadas que o Senado viu-se na necessidade de mandar construir uma barraca de madeira no meio do Campo de Santa Ana e campo do Curral para nela estabelecer os seus serviços.

Ali se conservaram êles temporariamente, sujeitos a todos os perigos e contingências, apesar de, por Aviso Régio de 10 de Junho de 1756, D. José ter ordenado que, visto o Arquivo do Senado estar nessa barraca de madeira, no Campo do Curral, o Desembargador Manuel de Campos e Sousa e o Capitão Eugénio dos Santos de Carvalho alugassem as casas pertencentes aos herdeiros de Dom Luiz de Almada, situadas no Rossio, entre a rua das Portas de Santo Antão e a Travessa da Barroca para, no quarto alto delas, se estabelecer o Senado da Câmara, e nas outras salas os demais serviços.

Nada se fez neste sentido e em 16 de Outubro do mesmo ano ainda o Arquivo e a própria Câmara funcionavam na dita barraca de madeira, como se vê pela documentação estudada.

Pela análise do Decreto de 5 de Maio de 1758 conclue-se ter D. José determinado que as conferências do Senado fôsem nas citadas casas, então de D. Antão de Almada, em frente do convento de S. Domingos, e daqui se mudou a Câmara no ano de 1766 para as casas de Dom João de Almada, que ficavam em frente da igreja da Madalena, onde permaneceu até 1770.

Nesta data passaram as reuniões do Senado a realizar-se na Boa Vista, como nos indica um «assento» de que copiamos o seguinte:

«..... José Gomes da Costa, Porteiro da Contadoria Geral do Senado, morador dentro do mêsmo Palácio em que o dito Tribunal faz as suas conferências no sítio da Boa Vista.....».

Restaurado e adaptado o Palácio do Rossio, de forma a, condignamente, nêle se instalar o Senado da Câmara, para ali se fez a mudança em fins de 1773. Foi o Palácio inaugurado com grande pompa para o que se realizou uma festa a que assistiram, entre outras individualidades, o Marquês de Pombal, Cardiais, Ministros e Secretários de Estado e a principal nobreza da Côrte.

A primeira reunião da Câmara fez-se em 2 de Janeiro de 1774. Tudo levava a crer que, definitivamente, ali ficasse instalado o Senado da Câmara, mas, pelo assento do Senado que passamos a transcrever, se conclue que logo nesse ano de 1774 houve nova transferência. Nestes termos nos elucida o dito assento:

«..... quando o Tribunal fez mudança, que foi no ano de 1774, para o Terreiro de Paço,».

Como se vê, desta vez foi o Terreiro do Paço o local escolhido. Ainda em 1775 ali permanecia êsse Tribunal. Este edifício ocupava o quarteirão compreendido entre a rua do Ouro e o largo do Pelourinho achando-se o Depósito Público onde se encontra o actual edifício dos Paços do Concelho. Esta obra de adaptação foi mandada realizar pelo Senado. Iniciada em 1770 só em 1774 ficou concluída.

Para êsse edifício se fez então a referida mudança importando a obra em 121:099\$271 réis. O seu estilo architectónico, sólido, a que podemos chamar «pom-

C O S T A

ESTORIL

D O S O L

A MAIS ELEGANTE PRAIA DO PAÍS

A 24 quilóm. de Lisboa. Excelente estrada marginal. Rápido serviço de combóios eléctricos.

Todos os desportos :**Estoril — Palacio — Hotel :****Hotel Parque :****Hotel Itália (Monte Estoril) :****Estoril — Termas :**

Golf (18 buracos), Tenis, Natação, Hipismo, Esgrima, tiro, etc.

Moderno, elegante — magnífica situação

Todo o conforto — Anexo às Termas

Excelente cozinha — Preços moderados

Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico.

Aberto todo o ano.

Tratamento do reumatismo, gôta, doenças das senhoras e da circulação. Linfatismo e escrofulose. Obesidade.

Magníficas esplanadas sobre o mar.

Serviço de Bar.

Tamariz :

PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA — SALA DE ARMAS — ESCOLA DE EQUITACÃO

SALA DE TIRO — PARQUE INFANTIL

Casino :

Aberto todo o ano.

Cinema — Concertos — «Dancing».

Restaurante — Bars

Jogos autorizados pelo Governo.

Para informações detalhadas dirigir-se à Soc. Propaganda da Costa do Sol — Estoril

A MARINHA MERCANTE AO SERVIÇO DO IMPÉRIO

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS A

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

mandou construir para o serviço das Colónias cêrca de vinte mil toneladas assim descriminadas :

Serviço regular
de carga e pas-
sageiros para a:África Ocidental
África Oriental
Nova York

Pedir informações à C. N. N.

Quanza , da linha rápida da Africa Oriental	6.500 Ton.
S. Tomé , navio-motor da linha da Africa Ocidental	9.100 >
Inharrime , vapor do serviço de cabotagem de Moçambique	1.665 >
Tagus , navio-motor do serviço de cabotagem Pôrto-Lisboa	1.600 >
A C. N. N. dispõe ainda para os serviços de carga e passageiros, das seguintes unidades :	
Niassa , da linha rápida da Africa Oriental	9.000 >
Angola , da linha rápida da Africa Oriental	8.300 >
Cubango , de serviço de carga da Africa Ocidental	8.300 >
Lourenço Marques , linha rápida da Africa Ocidental	6.400 >
Cabo Verde , do serviço de carga da Africa Ocidental	6.200 >
Congo , de reserva em Lisboa	5.000 >
Luambo , do serviço costeiro de Moçambique	1.385 >
Chinde , do serviço costeiro de Moçambique	1.382 >
Save , do serviço costeiro de Moçambique	763 >
Ambriz , costeiro	860 >

Sede: **R. do Comércio, 85-LISBOA**/Sucursal: **R. do Infante D. Henrique, 75, 2.º-PORTO**

papelaria
CARLOS

R. do Ouro, 36
Tel. 20244 LISBOA

Casa especializada
em livros para es-
crituração comercial

Variadíssimo
sortido de arti-
gos para
escritório

**Preços de ho-
nesta e leal
concorrência**

OCIDENTE REVISTA
PORTUGUESA

Director e Editor: **ALVARO PINTO**

R. do Salitre, 155, 1.º Lisboa-Portugal

Assinatura: Ano com direito aos números especiais

Portugal. 115\$00
Colónias portuguesas. 125\$00
Brasil. 120\$000
Estrangeiro, £ 1-8-0 ou 7 dolares

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

Capital
22.000.000\$00

S. A. R. L.

Fundo de Reserva
50.000.000\$00

SEDE:

95, RUA DO COMÉRCIO, 119
LISBOA

FILIAIS — Porto, Coimbra, Faro e Covilhã

AGÊNCIAS — Abrantes, Estoril, Gouveia, S. João da Madeira, Santarém, Torres Novas, Mangualde, Torres Vedras, Tortozendo e Figueiró dos Vinhos

Dependências urbanas — Alcântara, Almirante Reis, Conde Barão e Poço do Bispo

Efectua todas as operações bancárias

Carlos Farinha

*Lãs penteadas e
desperdícios de lã*

**30, Rua dos Sa-
pateiros • Lisboa**

MERCÚRIO, L.^{DA}

TRATA DE:

Compra, venda e administração de
propriedades.
Publicidade, representações e turis-
mo.
Todos os assuntos de interesse geral.

Avenida da Liberdade, n.º 158-A
Telegramas: ALTUA — LISBOA
Telefone: P. B. X 2 7501

Idalina Silva

MODISTA
DE VESTIDOS E CHAPÉUS

RUA GARRETT, 17-3.º-DT.º

TELEFONE: 29070

RESTAURANTE CERVEJARIA

Leão d'Ouro

Rua 1.º de Dezembro, 88 a 99

Telefone n.º 26195

LISBOA

PRODUTOS DE BELEZA **LUCASY**

RUA DO CARMO, 43-1.º
TELEFONE 21568

Creme Aveludado Indiano é um produto inigualável a qualquer outro apresentado no mercado, já pelos seus efeitos conhecidos, recomendamos a todas as n/ clientes e às Senhoras em especial que quiserem conservar a beleza e frescura da sua pele a aplicar. O Creme Aveludado Indiano é rico nas suas propriedades, tirando todas as impurezas, manchas, rugas, erupções cutâneas por mais rebeldes que sejam, aos nossos prezados clientes garantimos as suas inigualáveis qualidades, sujeitando qualquer amostra à experiência, devolvendo a importância do produto se não for a exactidão do que aqui afirmamos. Há no nosso depósito de Perfumaria todos os artigos de Beleza que guarnecem a toilette das Senhoras de bom gosto e elegância.

LUCASY

é o Perfume da moda, que se impõe pelo seu finíssimo aroma e suavidade desde 20 centavos o grama / Água de Colónia LACASY 43, é excelente desde 20\$00 o litro

Dão-se lindos e variados brindes aos nossos clientes em compras superiores a 10\$00 / Chamamos a atenção de V. Ex.ªs para a exposição dos nossos artigos na Loja da América, R. do Ouro, 206

BANHOS DE S. PAULO

AGUA MINERAL DO ARSENAL DE LISBOA
A mais mineralizada e mais sulfidricada de todas as águas analizadas

Água fria, hipersalina, sulfidricada, cloretada, mista (sobretudo sódica), sulfatada cálcica e magnésiana, levemente bicarbonatada mista (sobretudo cálcica). Além disso é muito brometada, iodetada, ligeiramente fluoretada, silicatada, litínica, férrea, etc. É uma água de composição química muito complexa, notável pela grande variedade dos seus elementos e bacteriológicamente pura.-(Ch. Lepierre)

Empregada na cura do reumatismo, gôta, nevralgias, asma, bronquites, (faringites), rinites, doenças das senhoras, da pele e sífilis.

«Massagens» médica, geral e debaixo de água.
Novas instalações: Duche escochês. Duches sub-aquáticos. Massagens debaixo de água. Banhos Carbo-gazosos. Inalações Pulverizações. Irrigações nasais.

AMIGOS DE LISBOA

Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas

Preço de venda para os sócios Preço de venda para o público

Noite de Evocação do Café Martinho (*esgotado*)
Noite de Evocação do Leão de Ouro 5\$00 7\$50

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia de S. Vicente.
Edição vulgar 5\$00 6\$00
Edição especial 12\$00 20\$00

Urbanização de Lisboa 2\$00 3\$00

LUIZ MOITA

Ermida de Santo Amaro 6\$00 7\$00

EDUARDO NEVES

Ruínas do Carmo (*esgotado*)
Igreja da Penha de França (*esgotado*)
A Faculdade de Medicina 4\$00 5\$00

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Igreja da Conceição Velha 2\$00 3\$00
A Igreja e o Convento da Graça 5\$00 7\$50

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDÓNIO MIGUEL)

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão 4\$00 5\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha 8\$00 10\$00
O Campo de Santa Clara 4\$00 5\$00
Bagatelas do tempo vário 8\$00 10\$00

Arq. ANTONIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus 4\$00 5\$00

LUIZ CHAVES

Lisboa no Folclore 4\$00 5\$00

RUY DE ANDRADE

Alfredo de Andrade e alguns problemas de edilicia citadina 4\$00 5\$00

Olisipo. De 1, 2 a 14 e 16 a 19. Cada número 2\$50 7\$50

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett 4\$00 5\$00

ALFREDO DA CUNHA

«Olisipo» Berço do Periodismo Português 4\$00 5\$00

Edições consignadas

Preço de venda para os sócios Preço de venda para o público

LUIZ PASTOR DE MACEDO
A Baixa Pombalina 6\$00 7\$50
A Rua das Canastras 6\$50 8\$00

Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário) 4\$00 6\$00

Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé 6\$50 7\$50
Tempos que Passaram 10\$80 12\$00

MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Calçada da Ajuda.
Edição vulgar 6\$50 7\$50
Edição especial 13\$50 15\$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 9 e 11 a 15, cada 7\$00 8\$00

JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES

Lisboa — da sua vida e da sua beleza 3\$60 4\$00

J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos 4\$00 5\$00

FRANCISCO CANCIO

Aspectos de Lisboa no século XIX. 108\$00 120\$00
Lisboa de outros Séculos — à Sombra dos Paços Reais 54\$00 60\$00
Lisboa de outro século «Cem anos de Pitoresco» 63\$00 70\$00

ALBERTO MEYRELLES

Lisboa Ocidental 8\$00 10\$00

CONDE DE ALMADA

Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.
Edição vulgar 10\$80 12\$00
Edição especial 18\$00 20\$00

ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa 7\$50 8\$50

ARQUITECTO PAULINO MONTEZ

A Estética de Lisboa 18\$00 20\$00
Lisboa-Alcântara / Alvito 13\$50 15\$00

CORONEL MIGUEL GARCIA

Pátria e Independência 3\$00 3\$50
Fundação da Nacionalidade 3\$60 4\$00

JOÃO PINTO DE CARVALHO (TINOP)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada 7\$00 8\$50

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

Propriedades de S.ª Cruz de Coimbra em Lisboa no século xu 4\$50 5\$00

JOSÉ CASSIANO NEVES

Jardins e Palácio dos Marquês da Fronteira 18\$00 20\$00

E tôdas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa

balino» foi usado na maior parte dos edificios da Baixa depois do terremoto de 1755. Para Garrett, neste estilo notava-se a «ausência de todo o gôsto» embora nele se faça sentir a influência jesuítica.

Pelos Avisos Régios de 5 e 8 de Agôsto de 1780 nova mudança se impôs a esta instituição que vimos acompanhando desde 1364.

Desta vez foi para a Casa da Índia, donde novamente saiu, mas com carácter provisório, para as casas que, na Praça do Rossio, occupava o Cardial da Cunha, conforme o determinado no Aviso Régio de 7 de Junho de 1786.

Para não fugir ao destino que parecia traçado, no sentido das mudanças permanentes, passados nove anos desta última transferência, nova deslocação lhe foi imposta por um Aviso Régio de D. Maria I, de 28 de Novembro de 1795, indicando para nova instalação as casas que a Rainha havia occupado ao começo da actual rua do Ouro, junto ao Terreiro do Paço, construídas depois do terremoto de 1755, pelo architecto Eugénio dos Santos de Carvalho.

Época de certa estabilidade se seguiu, pois, até Novembro de 1863, ali permaneceu a Câmara, mas, como a sina tinha de se cumprir, na noite de 19 para 20 de Novembro do citado ano, um violento incêndio destruiu este edificio, pouco mais se salvando do seu recheio do que o Cartório do Senado, instalado nas quatro lojas de abóbada que ficavam para o lado da rua do Arsenal, onde era a instalação do arquivo.

Como estas salas não ficaram muito danificadas, no dia seguinte ao da catástrofe e nos que se seguiram, nelas se reuniu a Câmara para tomar as providências necessárias que tal situação requeria.

Nesta conjuntura foi a Câmara alvo das maiores atenções.

Aceitando a oferta feita pelo Governador Civil, Marquês de Sabugosa, do edificio onde tinha estado o convento chamado o «Hospício da Terra Santa», dos frades da Ordem de S. Francisco, situado junto ao Governo Civil, na Travessa da Parreirinha, para ali se transferiu a Secretaria, Contabilidade e Tesouraria do Município.

Para conhecimento público, de tal mudança, mandou a Vereação publicar o seguinte anúncio:

«Anuncio

A Camara Municipal de Lisboa faz publico, que em consequencia do desastroso incendio acontecido em a noite de 19 para 20 do corrente, que devorou os paços do concelho, se acha interinamente celebrando as suas Sessões no edificio do Governo Civil, e no mesmo local estão estabelecidas, a secretaria, contadoria e tesouraria da Municipalidade, e isto pela generosa oferta que lhe foi feita pelo Ex.^{mo} Governador Civil deste distrito. Declara-se igualmente que a repartição da policia municipal se acha interinamente, estabelecida na casa que serviu de ver-o-pêso, no sitio da Ribeira Velha. Camara 23 de Novembro de 1863. o Escrivão da Camara.

(a) Nuno de Sá Pamplona.»

Resumia-se a nova e provisória instalação da Câmara a uma sala, onde se reuniram todos os serviços e onde difficilmente se podia trabalhar. Em face disso officiou o Presidente da Câmara ao Ministro da Fazenda, expondo-lhe os inconvenientes da instalação em tais condições e pedindo licença para se alojarem as repartições municipais no edificio denominado «Das Sete Casas».

Por Portaria de 28 de Novembro de 1863 foi dada a pedida autorização, com carácter provisório, comunicando, oficialmente, a Câmara ao público a sua instalação nessas casas pelo seguinte anúncio:

«Anuncio

A Camara Municipal de Lisboa faz publico que desde o dia 21 do corrente

em diante passa a funcionar no edificio denominado das Sete Casas, no sitio da Ribeira Velha.

Camara 17 de Dezembro de 1863

O Escrivão da Camara

(a) Nuno de Sá Pamplona.»

Este edificio foi mandado fazer pelo Senado da Câmara de Lisboa, como se vê pelo Decreto de 1 de Fevereiro de 1778 em que era ordenado ao Senado da Câmara o mandasse concertar.

Nestas casas funcionava a Câmara, sentindo os conseqüentes efeitos da precária instalação em que se encontrava, e, ao mesmo tempo, a necessidade que havia de, como primeiro município do País, ter alojamento condigno com a sua categoria e vida.

Procurando remediar êste mal e dar realização à justa idéia, apresentada em sessão de 26 de Novembro de 1866, da construção de uns Paços do Concelho, foi nesta mesma sessão encarregado o architecto da Câmara, Domingos Parente da Silva de elaborar o projecto do edificio. Em pouco mais de vinte dias foi êste trabalho executado e entregue juntamente com uma Memória descritiva. Para premiar o esforço e boa vontade dêste funcionário, em sessão de 10 de Junho de 1867, foi-lhe attribuída uma gratificação de 500\$000 réis.

Depois dos estudos complementares do projecto e da precisa aprovação Municipal, dada em Sessão de 24 de Janeiro de 1867, à qual se seguiu a do Govêrno, em 27 de Março do mesmo ano, em 6 de Maio seguinte se annunciou a arrematação, em hasta pública, para o fornecimento da cantaria necessária à construção, ficando o autor do projecto encarregado da direcção da obra, iniciada no dia 29 de Outubro de 1866, antes, portanto, da aprovação do projecto do architecto municipal.

A nomeação de Domingos Parente da Silva, e início da construção dos Paços do Concelho, obra sobremaneira importante para a Cidade, traz-nos à memória alguns outros nomes de architectos que a Lisboa, nas obras da Câmara, e da Cidade, prestaram o melhor do seu saber e concurso, achando, por isso, interessante apontar aqui as notas que encontramos e lhes dizem respeito, sem contudo desejarmos referir-nos a todos, detalhadamente, ou de todos dar a sua bibliografia, o que estaria fora do âmbito dêste trabalho. Apenas indicaremos a título de curiosidade, os documentos que encontramos, entre a documentação consultada, e a quem desejar fazer um completo estudo da matéria, indicaremos, para tal, o «Dicionário dos Architectos» da autoria de Sousa Viterbo.

Abandonando, por momentos, o presseguimento da obra dos Paços do Concelho, a que adiante nos referimos, com o nome de Mateus de Sousa vamos iniciar as notas a que aludimos.

Para isso transcrevemos uma Consulta, enviada pelo Senado ao Príncipe D. Pedro, em 1678, na qual se apontam os serviços já prestados pelo citado Mateus de Sousa e, ainda, as vantagens que, com tal nomeação, adviriam para a Câmara. Além da dita Consulta copiamos, igualmente, na íntegra, o despacho que ela teve e se encontra escrito à margem da mesma.

«Senhor. Neste Senado ouve sempre architecto sellariado para fazer as plantas das obras da Cidade, o qual officio se não proveo de annos a esta parte por se entender não havia necessidade delle. Agora que este Senado tem tantas Obras necessita cada dia de se fazerem plantas, que pagas cada hua de per si farão despeza consideravel no fim do anno; E estas se não fazem muitas vezes com a brevidade necessaria por não haver official a que se mande senão a que se encomende como pessoa particular.

De Matheus de Souza tem este Senado boa satisfação assim pelas plantas que tem feito, como pela promptidão, com que acode aos fogos, em que manda trabalhar com grande acerto.

Parece a este Senado que com a pouca despeza de se lhe darem vinte mil réis cada anno, que he a metade do ordenado, que se lhe dava antigamente ao Architecto da Cidade se pode prover este officio em Matheus de Souza, para que o Senado tenha, a quem possa mandar fazer as plantas das suas obras, impondo-lhe novamente a obrigação de assistir aos fogos; E de ter uma chave de hua das tres casas dos instrumentos para se acudir aos incendios, que Vossa Alteza foy servido mandar fazer; E para que todas as obras, que se fizerem de novo se fação por hua so planta, para que fiquem com mais fermosura. Vossa Alteza mandara o que for mais seu serviço. Lisboa 23 de Mayo de 1678.

(a) *Dom Diogo de Faro.*

Seguem-se outras assinaturas ilegíveis dos vereadores da Câmara.
O citado despacho é escrito nos seguintes termos:

«Como parece. Lisboa 26 de Mayo de 678.»

Legalisa-o o sinal do Príncipe Dom Pedro semelhante a vários P.P. entrelaçados.

Interessante se torna este documento, pelo cuidado e carinho que revela, por parte da Câmara, nas obras da Cidade, mas, também, de valioso elemento o classificamos para quem estudar a orientação administrativa do Município e a evolução dos ordenados dos seus funcionários, nessa época.

De um outro architecto temos conhecimento, por um Aviso de D. João V enviado ao Senado, no qual se vê também que, por determinação régia, esteve a Câmara durante algum tempo sem nomear alguém para tal cargo.

Ou por que houvesse necessidade de fazer o provimento do lugar ou por instâncias do Senado, com data de 16 de Dezembro de 1749, foi expedido o citado Aviso, que assim nos elucida:

«Il.^{mo} e Ex.^{mo} Snor. Por haver cessado o motivo por que S. Magde. mandou suspender o provimento da occupação de Architetto da Cidade, que vagou por morte de Custodio Vieira; he o mesmo Senhor servido, que o Senado da Camara nomee para ella sugeito inteligente, e capaz de a servir como convem. Deus guarde a V.^o Ex.^a Paço a 16 de Dezembro de 1749.

(a) *Pedro da Motta e Silva.*

Um outro documento igualmente curioso e que nos indica o nome de mais um architecto e a sua acção, é o Decreto de D. José I, nomeando architecto do Reino a João Frederico Ludovice, com data de 14 de Setembro de 1750 e nos seguintes termos expedido:

«Tendo consideração à grande capacidade, intelligencia e prestimo com que servio de Architteto a El-Rey meu Senhor, e Pay pelo tempo de quarenta, e três annos João Frederico Ludovici, debuxando plantas, profis, e ornatos; e fazendo modellos para as principaes obras que o mesmo Senhor mandou fazer, assim neste Reyno, como fora delle, não so com aprovação, e louvor dos maiores Artifices da Europa mas com tal acerto, e esplendor, que executadas mostrão bem a magnificencia, e grandeza de quem as mandou fabricar; e instruindo as que se fizerão nestes Reynos com tal direcção, e actividade aos operários, que a sua doctrina se deve o grande adiantamento, com que nelles se achão presentemente as Artes, e a continuar o mesmo exercicio no meu serviço, que confio delle comprirá muito a minha real satisfação; E porque a muitos Architetos Civis, em que não concorrerão as mesmas circumstancias, nem servirão tanto, nem com tanto prestimo

como o dito João Frederico Ludovici, se tem dado Patentes de postos Militares, sem que houvessem servido militarmente, e ser de minha real intenção honrar, e adiantar os homens que se distinguem relevantemente nos empregos do meu real serviço: Hey por bem fazer-lhe merce de o nomear Architeto Mór destes Reynos, com Patente, e Soldo de Brigadeiro de Infantaria, que haverá na primeira plana da Corte; e que todos os mais Architetos Civis lhe sejam subordinados, obedeção, e guardem suas ordens no que tocar a meu serviço; com declaração, que falecendo o ditto João Frederico Ludovici, se extinguirá o ditto cargo de Architeto Mór, sem que haja de servir de exemplo a outra alguma pessoa. O Senado da Camara desta Cidade o tenha assim entendido, e pela parte que lhe toca o faça executar, Lisboa quatorze de Setembro de mil sette centos, e cincoenta,

(Sinal do Rei = J R.)

Além do valor elucidativo que tem êste documento, por nos fornecer indicação de mais um architecto a quem a Cidade muito deve, mais curioso e de alto valor o tornam os ensinamentos que nos presta sôbre a recompensa, por vezes dada a estes artistas, equiparando-os, em vencimento, ao exército e dando-lhes ainda, às vezes, patentes militares, muito embora nunca servissem militarmente.

No caso particular a que êste documento se refere somos levados à conclusão de que João Frederico Ludovice foi um verdadeiro artista, conhecedor absoluto do seu officio e trabalhador incansável, pelo que mereceu a boa graça dos Reis e ainda a excepção feita e exposta no documento que atrás deixamos transcrito.

Pela Consulta e despacho escrito à margem que passamos a copiar, tomamos conhecimento de que, em 1751, já o capitão Eugénio dos Santos de Carvalho, Architecto da Câmara, a quem a Cidade muito deve pela relevante actividade dispendida em beneficio dela, prestava serviço ao município.

Nestes termos se lhe referem êssos documentos:

«Senhor. Pela remissão de vinte, e seis de Agosto do anno presente, he V. Mad.^{de} Servido, que vendo-se no Senado da Camara, o requerimento de Eugenio dos Santos de Carvalho Architeto da cidade, se lhe Consulte o que parecer: e Sendo visto em Meza o ditto requerimento.

Parece ao Senado, que a respeito delle, se deve practicar o despacho incluzo, de treze de Novembro de mil e sette centos sincoenta e hum, que o Suplicante alcançou, Prezidindo no mesmo tempo, o Barão Conde, e com a execução do proprio despacho, fica o Suplicante bem differido, e melhorado com os novos emolumentos, que Seus antecessores nam perceberão. Lisboa vinte e dous de Setembro de mil sette centos sincoenta e tres. Marquez de Alegrete Presidente, Gaspar Ferreyra Aranha, Manuel Martins Ferreira, Manuel de Moura Serqueira, Carlos Pery de Linde, Francisco Galvam da Fonseca, João de Sousa Caria, Antonio Pereira de Viveyros, Miguel Rodrigues, Antonio Francisco Alpoim, Joze da Costa: Esta Consulta se reformou, por avizo do Secretario do Estado Diogo de Mendonça Corte Real de treze de Novembro do presente anno, sem embargo de nam serem passados os sees mezes. Lisboa catorze de Novembro de mil sette centos e sincoenta e trez.

- (a) Marquez de Alegrete
- (a) Manuel de Moura Serqueira

.....
.....»

(Despacho)

«Como parece, tendo o seu devido effeito o despacho de treze de Novembro, com a efectiva assistencia do Suplicante as vestorias de que fas menção. Bellem 24 de Novembro de 1753.

(Sinal do Rei = J R.)

Com a seguinte transcrição, em que se indica o nome de quem substituiu Eugénio dos Santos, por falecimento dêste, no cargo de architecto da Câmara, terminamos as breves notas que vimos dando sobre alguns architectos que muito interessam para a história da urbanização da Cidade.

É o referido documento um decreto de D. José I em que nomeia architecto das Obras do Senado da Câmara Mateus Vicente e nestes termos foi redigido:

«Hey por bem nomear Matheus Vicente par Architeto das Obras do Senado da Camara, de que se achava encarregado o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, fallecido. O mesmo Sennado da Camara o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessarios. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda ao primeiro de Setembro de mil setecentos e sessenta.

(Sinal do Rei = J R.)»

Se valiosa foi a obra realizada por estes indivíduos, de não menor valor foi a acção de Domingos Parente da Silva, projectando e dirigindo a obra dos Paços do Concelho, onde, actualmente, se encontra instalada a Câmara Municipal.

Para acompanhar a construção dêste edificio vamos servir-nos do livro onde eram escrituradas as verbas dispendidas com essa obra, por acharmos ser êle o elemento mais elucidativo sobre a matéria.

Dêle são as transcrições dos lançamentos que, seguidamente, fazemos, servindo-nos somente daqueles que mais interessam para a análise e estudo da evolução desta obra.

Iniciados os trabalhos em 29 de Outubro de 1866, como atrás deixamos dito, informação esta colhida em fonte diferente, em 10 de Novembro se fez, no citado livro, o lançamento da verba destinada ao pagamento da mão de obra, materiais para o tapume de madeira e demolição das paredes do edificio que ardeu em 1863.

A demolição em face da mesma escrita, terminou em 22 de Maio de 1867, começando a reconstrução no dia 15 de Maio, com a abertura da trincheira, colocação de estacas e mais trabalhos para os alicerces tendo-se feito o lançamento da verba destinada a este trabalho em 1 de Junho do mesmo ano de 1867.

Na já citada sessão de 10 de Junho de 1867 foi atribuída ao architecto Domingos Parente da Silva, além da gratificação de 500\$000 reis, pelo trabalho dispendido na elaboração do projecto, mais 20\$000 reis mensais, por dirigir a construção, achando-se, no livro de que nos vimos servindo, os seguintes lançamentos:

«11 Junho 1867 — Idem (Pago) ao Archyteto da Camara, Domingos Parente da Silva, gratificação pela planta e alçados do Novo Edificio dos Paços do Concelho na Praça do Pelourinho, conforme a ordem numero 2124

..... 500\$000 réis»

e, quanto às gratificações mensais, lançamentos vários, em que o primeiro se encontra com data de 6 de Julho de 1867 e o último de 3 de Setembro de 1869.

Na elaboração do projecto foi o dito architecto auxiliado por Pedro Augusto Serrano, conforme se vê pelo seguinte lançamento:

«11 de Fevereiro de 1867 — A Pedro Augusto Serrano, pelo trabalho que prestou ao Archyteto do Municipio Domingos Parente da Silva, no projecto dos Paços do Concelho — 45\$000 réis».

Qual a natureza dêste auxílio a que se faz referência? Desconhecêmo-la. Inscrita em 3 de Dezembro do mesmo ano encontramos uma verba destinada ao pagamento de uma caixa de prata. Qual o fim de tal aquisição? Decerto para

nos alioerces ser colocada com algum documento ou auto de inauguração das obras e nestes termos se encontra discriminada essa importância:

«Idem (Pago) a Isidoro da Silva Cardozo, importe de uma caixa liza de prata pesando 307 gramas a 33\$463 réis — 27\$004 réis; feitiço 12\$000 39\$004 réis».

Mais ou menos lentamente foi prosseguindo a construção do edificio, cumprindo-se sempre integralmente o projecto, até que, em 1869, em virtude das negociações em curso para a transferência do Banco de Portugal para outro edificio, pois, conforme o projecto, neste ficaria também instalado, estando já construídas tôdas as abóbadas do pavimento térreo e primeiro andar e grande parte do Arquivo da Câmara, a Comissão fiscalizadora e administrativa da obra encarregou o architecto Domingos Parente da Silva de fazer certas modificações de harmonia com a dita transferência.

Das obras já realizadas até à introdução destas alterações vamos transcrever alguns dos lançamentos que sôbre o assunto nos esclarecem.

Começaremos por aquele que nos revela o cuidado que mereceu à Câmara a defesa contra o perigo de incêndios, nestes termos redigido:

«6 Julho 1867 — Idem (Pago) ao Thesoureiro do Concelho, importancia que satisfez ao Official pagador do Ministério das Obras Publicas, sendo 12\$734 réis pela obra do encanamento, e 10\$000 réis por uma boca de incendio, e despeza com a colocação 400 réis — 23\$134 réis.»

Quanto às obras do Arquivo, que parece ter sido a parte mais cuidada da construção até 1869, encontramos vários lançamentos de que passamos a transcrever o primeiro, feito em 15 de Fevereiro de 1868:

«Idem (Pago) ao Mestre Geral das Obras, importe da folha de jornaes e mais despesas na semana finda em 12 do corrente com a collocação de pilares na casa do Archyvo, demolição no antigo edificio e mais trabalhos para a edificação.»

Mão de obra	249\$652	
Materiais	154\$138	
		403\$790 réis»

Idênticos lançamentos se seguem até ao último, feito em 29 do mesmo mês e ano, concluindo-se dêle que nesta data, terminou esta parte do edificio.

Em virtude da transferência do Banco de Portugal e das alterações introduzidas no projecto, foram desmanchadas tôdas as abóbadas das diferentes salas já construídas, exceptuando as do Arquivo, em que, por economia, se não mecheu, e, também, por estarem a servir de abrigo a uma grande quantidade de madeira de casquinha, adquirida pela Câmara para a mesma obra.

Controlam-se bem estas alterações pelo citado livro da escrita que, com as seguintes passagens, nos vai esclarecendo:

«21 Março 1868 — Idem (Pago) ao Mestre Geral das Obras, importancia da folha de jornaes e materiaes na semana finda em 18 do corrente com a factura da frente principal, construção da casa do Archyvo, da casa das novas licenças, demolição de paredes e abobedas do antigo edificio e mais trabalho para a edificação.»

Mão de obra (construção)	299\$812	
Materiais (idem)	21\$167	
Mão de obra (demolição)	85\$590	
		406\$569 réis

Outros lançamentos semelhantes e referentes aos mesmos trabalhos se encontram com data de 4, 11, 18 e 25 de Abril do mesmo ano.

Uma vez reconstruído este andar térreo, continuou a obra a sua ascensão, até que, em 1875, se instalou a Câmara já neste edificio, embora, ainda, por concluir, pois, pela escrituração de verbas, encontra-se a que respeita à obra do frontão e mais trabalhos e necessária aquisição de materiais para elles em datas posteriores.

As datas em que se acham discriminadas as verbas para o frontão decorrem desde 2 de Dezembro de 1876 até 31 de Maio de 1879. Nesta última data encontra-se o seguinte lançamento:

«Jornaes, execução do frontão 16\$300 réis.»

A discriminação das verbas dispendidas com este trabalho, durante o período em cima apontado, refere-se à compra de barro para a modelagem da obra; à modelagem; à compra de pedra para a execução; etc.

Este livro de que nos servimos e forneceu os elementos que deixamos transcritos, tem, finalmente, várias quantias inscritas, mas sem a discriminação daquilo a se destinaram, nada mais nos indicando quanto à construção do que a data e quantias.

Como já atrás dissemos, em 25 de Fevereiro de 1875 se principiou a mudança do Arquivo para o novo edificio, a qual terminou no dia 3 de Julho e com ela se iniciou a transferência definitiva da Câmara, das Sete Casas da Ribeira Velha para os actuaes Paços do Concelho.

No dia 20 de Junho do mesmo ano ficou instalada a Mesa da Vereação no Arquivo, onde se fez a primeira sessão, no dia 26 do mês seguinte.

Com a construção deste edificio que originou algumas divergências entre architectos e vereadores, uma nova fase principia, de verdadeira estabilidade, no que respeita a instalações.

A decoração do edificio foi, cuidadosamente, estudada e, criteriosamente, escolhida, tendo-se, para tal, chamado os melhores artistas da época. A par dessa decoração não esqueceu também o Senado da Câmara de atender às obras de arte que deviam constituir o seu recheio e ornamentar as suas salas.

Por isso passamos a referir-nos a este capítulo da história do edificio, enumerando apenas os nomes dos artistas e obras realizadas, principiando pelo que se refere à sua pintura mural.

A cúpula que ilumina a escadaria nobre foi pintada por Pereira Júnior, conhecido por «*Pereira Cão*», seguindo-se a esta uns motivos em figura, executados pelo grande artista Columbano.

A pintura das galerias deve-se ao pintor francês Pedro Bordes.

Vários tetos do andar nobre foram pintados pelos melhores artistas e alguns em que conjuntamente colaboraram.

O teto de uma sala que se encontra situada lateralmente ao gabinete da Presidência, foi decorado por Columbano em colaboração com a sua discípula Emília dos Santos Braga. As flôres que nela se encontram foram executadas por Pereira Júnior; o do salão nobre foi pintado pelo artista José Rodrigues, auxiliado pelo decorador Procópio, sendo da autoria de Nunes Júnior os medalhões do frizo e as figuras decorativas que com elles alternam. Por baixo destes medalhões há mais oito, representando varões ilustres da nossa História, pintados pelo grande Mestre Malhóa, a quem devemos verdadeiras maravilhas saídas do seu incomparável pincel.

Neste mesmo salão encontram-se uns fogões, executados segundo o projecto do architecto da Câmara José Luís Monteiro, verdadeiras obras de arte. As figuras que lhes servem de ornamento foram executadas pelo escultor Moreira Rato.

Nas diferentes salas do andar nobre foram colocados vários quadros, verdadeiras preciosidades, não só pela sua autoria como também pelo seu valor artístico e perfeição técnica.

Como longa seria a discriminação de todos êsses quadros, unicamente indicaremos os nomes dos autores e das obras ou indicação do assunto, quando não denominadas pelo autor.

Principiamos pelos retratos.

A Columbano se devem os de Miguel Bombarda e Simão José da Luz Soriano; a Ferreira Chaves os de José Estevam de Magalhães e Mousinho da Silveira; a José Rodrigues os de Alexandre Herculano e Manuel Fernandes Tomaz; ao pintor Salgado o de Cândido dos Reis; à discipula do mestre Columbano, Emília dos Santos Braga os de Malhõa, Visconde de Valmôr e Rosa Araújo.

De Miguel Angelo Lupi são os dois quadros seguintes: «*O Marquês de Pombal promovendo a reedificação da Cidade de Lisboa depois do Terremoto de 1755*» e um esboço desta obra.

Em género diferente, apontamos, seguidamente, mais algumas obras primas executadas por mestres da pintura nacional.

Principiamos esta relação pelo célebre e tão conhecido quadro do grande Mestre Malhõa, denominado «*Fado*». Dêste trabalho encontram-se dispersos pelo país os estudos feitos pelo artista e que, a-pesar-de simples detalhes da obra final, são perfeitíssimos, constituindo em si próprios verdadeiras maravilhas da arte do desenho.

Dêste mesmo autor é um esboço do quadro «*Partida de Vasco de Gama para a Índia*».

Sobre o mesmo assunto mais dois esboços apontamos, da autoria de Ernesto Condeixa e do pintor portuense Lima.

Um quadro de Salgado representando a votação pela República, onde se vêem, representadas em primeiro plano, as figuras de vulto que participaram nesse movimento.

Dois obras de Domingos Sequeira, denominadas «*Génio da Pátria*» e «*A Cidade de Lisboa defendendo os seus filhos do hipotótamo*» êste último alusivo a uma invasão francesa a que o pintor assistiu, enfileiram com as obras de arte já apontadas.

A esta lista, já bem numerosa, temos de acrescentar mais exemplares, não com o fim de querer demonstrar a riqueza desta, pois a citação de alguns dos quadros já apontados seria prova suficiente do seu valor, mas, sim, para que ela possa ficar o mais completa possível.

Para tal, apontamos o quadro «*Esfinge*» de Carlos Bonvalet, discípulo de Salgado; «*Dinorah*», do discípulo de Columbano, Martinho da Fonseca; «*Avó*», de João Augusto Ribeiro; um quadro de José Ribeiro Júnior, representando um burro numa oficina de ferrador, com um lindo efeito de luz; «*Dom Sebastião e o seu educador jesuíta Gonçalo da Câmara*», de Luciano Freire; duas obras do Visconde de Menezes representando uma, costumes portugueses da época, e, a outra, denominada «*Salvador Rosa entre os bandidos da Calábria*», possivelmente, feito em Itália; um quadro representando a antiga residência do Marechal de Saldanha, feito por Armando Lucena, discípulo de Carlos Reis.

Na escultura são igualmente valiosos os exemplares adquiridos pela Câmara, entre os quais se destacam: um painel que se encontra na parede do primeiro patamar da escada nobre, comemorativo da implantação da República nos Paços do Concelho, no dia 5 de Outubro de 1910, executado pelo escultor Simões de Almeida, sobrinho.

Dêste mesmo autor é um busto, em mármore, denominado o «*Riso*».

Da autoria do mestre escultor Teixeira Lopes é o busto que representa o primeiro Presidente da Câmara, depois da implantação do regimen republicano,

Anselmo Braamcamp Freire, e de Manuel Maria Bordalo Pinheiro é o busto do Barão de Vila Nova de Fozcôa, executado em 1876.

Mais recentemente outras aquisições se fizeram, não só em pinturas como, também, em esculturas.

Das telas adquiridas neste período (a partir de 1923) vamos dizer os nomes, pelos quais se ficará a saber o assunto que focam: «Lisboa Antiga — Jerónimos»; «Lisboa Antiga — S. Martinho»; «Rossio — Lisboa»; «Lisboa ao sol poente»; «Jardim da Tutoria»; «No Tejo»; «Arredores de Lisboa»; «Vale Formoso»; «A sopa dos pobres»; «Trecho de Jardim»; «Gente do mar»; «Fim de tarde»; «O Quebrar da Vaga»; «Buena Dicha»; «La Servante»; «Dinah»; «Contra-luz» e «Casa Antiga». Adquiridos com o fim particular de serem expostos no Museu Municipal foram: o «Arraial numa rua de Lisboa» e «Rapariga dos diospiros».

No dia 25 de Outubro de 1937 mais dois bustos foram inaugurados, os quais se encontram no salão nobre do edificio. Um, da autoria do escultor Maximiano Alves representando o Chefe do Estado, General Óscar de Fragoço Carmona, e, o outro, representando o Presidente do Conselho e Ministro das Finanças, Doutor António de Oliveira Salazar.

Como se vê, e não é demais a repetição, muito numerosa, em exemplares, e, sobremaneira, rica é esta coleção de obras de arte que constitui o recheio artístico dos Paços do Concelho.

Tendo-nos prendido com a decoração e ornamentos que dizem respeito ao interior do edificio, olhando, agora, para o exterior, ali encontramos o pelourinho que, como os municípios, e a par dêles, também tem a sua história, da qual passamos a dar umas ligeiras notas.

Para alguns investigadores, deriva a palavra pelourinho de «pila» ou «*piloritium*».

A origem dêstes monumentos deve, decerto, atribuir-se ou às estátuas de Marsyas, com a mão levantada, que os municípios tinham o direito de levantar no foro ou praça pública, ou, ainda, à coluna Maenia, dos romanos.

Deram primeiro aos pelourinhos o nome de «picota», consistindo esta numa coluna de pedra com uma gaiola na parte superior, onde eram metidos os condenados e expostos aos sarcasmos do público, dando para isso várias voltas à referida gaiola. Desta cerimónia derivou, certamente, a dos condenados à força darem três voltas a êsse instrumento de suplicio, onde iam cumprir a pena de morte.

Em Portugal, os pelourinhos são, freqüentemente, encontrados em frente das casas das Câmaras, como adiante demonstraremos, ao contrário das forças que se encontravam e eram armadas fora das povoações.

Mas o que representam, para nós, os pelourinhos?

Como que marcos indicando a evolução e história dos concelhos, e, também, a sua jurisdição e a autonomia municipal.

Além da sua função simbólica, serviam para neles serem açoutados e expostos, como atrás foi dito, os criminosos, mas nunca para ali serem mortos, pois a isso se procedia na força. Os criminosos eram encerrados na dita gaiola, e, quando a pena era de açoites, prendiam-nos à coluna, sofrendo então êsse flagelo.

Pela análise das posturas de 1304, de Viseu e Pôrto, tirámos a conclusão de que picota e pelourinho são a mesma coisa e, quando isso não bastasse, firmarmos-nos-íamos na opinião do historiador Alexandre Herculano, que, sobre a matéria, nos diz ser a denominação de picota o «nome mais vulgar dos pelourinhos».

Sobre as penas de açoites, que se executavam nos pelourinhos, transcrevemos esta passagem do «Livro das Fortalezas» de Duarte de Armas, que sobre isso nos informa:

«Açoutes e exposição eram apenas executadas no pelourinho; fazia-se a exposição na gaiola, nos pelourinhos que a tinham».

Exemplo comprovativo desta definição foi a execução da pena de açoites, no pelourinho, na filha de Abraham Zacuto, realizada no tempo de D. Pedro I.

Quando a pena a executar era capital, cumpria-se na fôrça, situada fora da povoação, enquanto que o pelourinho se encontrava no melhor lugar desta, local quasi sempre escolhido para nêle se alojar a Câmara.

Segundo Pereira de Sousa, a fôrça, instrumento antipático, onde se executavam os supplicios e a pena de morte, era uma *«obra de pao, que consta de dous ou tres esteios fixos na terra com huma, ou mais traves transversaes, e pregadas nos altos delles aonde se pendurão em cordas os condemnados ao ultimo supplicio»*.

Quando de outros elementos não dispusessemos, bastava-nos esta clara descrição da forma e fim de tal instrumento, para que nos apparecesse o pelourinho limpo da ignominia que alguns lhe attribuem, desvirtuando o seu fim e função.

Presentemente, são os pelourinhos considerados monumentos históricos, mas, em tempos idos, foram como que padrões de autonomia dos concelhos, onde se encontravam simbolizando a jurisdição municipal.

Esta jurisdição era como que uma resistência das liberdades municipais ao poder real e aos senhores, quasi feudais.

O pelourinho era, em conclusão, símbolo de jurisdição, principal e mais apeteccido privilégio na Idade Média.

Só os concelhos tinham direito a pelourinho?

Também os donatários, bispos e cabidos, mosteiros, nos seus senhorios os podiam ter, como prova e instrumento da jurisdição que possuíam.

De todos há exemplos em Portugal: o dos Duques de Barcelos; os dos Bispos do Pôrto e Coimbra; o da família dos Cunhas, em Lourosa; o dos Pereiras, em Aguas Belas, etc.

Quais as partes de que se compunham estes monumentos, quando completos?

Formavam-no quatro partes: prateforma, com seus degraus, onde se exibiam os condenados; base; coluna (com base, fuste e capitel) e remate ou peça decorativa, derivada, em parte, das primitivas gaiolas, onde eram expostos os réus.

Uma vez apontadas as partes que os constituem, vamos agora dizer alguma coisa sobre a evolução que neles se deu.

Nas Côrtes de Coimbra, em 1472, requereram-se as reformas dos forais, dado os erros de interpretação que havia no que respeitava, principalmente, à cobrança de portagens e costumagens. Repetiu-se este pedido nas Côrtes de Évora, em 1481, por causa dos abusos consentidos pelas ordens, igrejas, cidades, etc. na cobrança de portagens e ainda pelos exagêros dos alcaides no exercício das suas funções.

D. Manuel reformou os forais.

Os pelourinhos que já estavam danificados pelo tempo foram substituídos; aqueles concelhos que de D. Manuel tiveram o seu primeiro foral, construíram o símbolo da jurisdição que passaram a ter.

Uns e outros apresentam nova característica, de carácter manuelino, de certo, por atenção ao reformador dos forais.

No período da nossa expansão marítima, foi o pelourinho vincar nessas terras longínquas a jurisdição dos concelhos ali fundados e, ao mesmo tempo, serviu de emblema, e, então, poste da justiça soberana do Rei, onde, como por exemplo, na Índia, tão necessária se tornava.

Em 1468, D. Manuel, ainda Duque de Viseu, mandou fazer *«praça, camara, paço dos tabelliães, & picota no seu campo»*.

Quanto ao pelourinho de Ormuz, Gaspar Correia a êle se refere da seguinte forma:

O Governador Afonso de Albuquerque *«mandou no bazar da Cidade fazer uma picota sobre um masto, com muitos degraus derrador, e no masto postas argolas e ganchos para enforçar, e hum ceço preso por cadeia, pera cortar mãos*

e cabeças: o que sendo acabado, o Governador, de noite, com poucos homens e foy vêr, e chegando a elle pôs os joelhos no primeyro degráo, e com o barrete na mão disse: «Deus te salue pera senpre, e acrecente em verdade, vara da real justiça d'El-Rey nosso senhor, per Deus querida e amada pera punição dos máos, e conseruação e guarda dos bons, que pouco podem!».

Analisando em conjunto estes monumentos, vemos que muito variada e cheia de beleza e, por vezes, de fantasia, foi a sua construção, embora respeitando-se sempre, quanto possível, o número de peças de que se devia compor.

Desde os românticos do tipo de Bragança; góticos, como o de Sintra; manuelinos, como o de Arcos de Valdevez, aos de seiscentos de que o de Azeitão é exemplo, aos de setecentos, como o da Figueira da Foz, e mais modernos, como o de Lisboa, em todos se mantém a mesma linha architectónica.

Uns de gaiola ou guarita no cimo (Pinhel, Barcelos, etc.); outros de pinha (Sintra); arca (Fundão); de fantasia e interêsse etnográfico (Lousã); de esteio cilíndrico ou prismático; de torcedura simples ou de troncos múltiplos; aberto como o de Lisboa; fechando como o de Vila do Conde; coluna lisa ou estriada; de estrias direitas ou enroladas; de rude brasão medieval, como o de Penela, e de tantas outras formas, bem demonstrativos são do que acabamos de afirmar.

Digna de análise é também a decoração dêstes monumentos.

A heráldica também nêles tem a sua representação e, em alguns, aparecem as datas, indicando a construção ou o restauro.

Todos estes elementos de que nos temos occupado são outros tantos elementos de que dispomos para o estudo da tendência e evolução architectural e decorativa dos povos através dos séculos.

Estes monumentos eram construídos a expensas do concelho, donatário, sé ou mosteiro, conforme se elevavam para representar a jurisdição municipal, senhorial ou monacal, e diante das suas sédes eram colocados.

Como curiosidade vamos indicar algumas características de certos pelourinhos.

O de Soajo tem no fuste, muito tôsco de granito, uma cara, grosseiramente, gravada e no alto uma laje de forma triangular. Talvez que êste conjunto represente um privilégio concedido por D. Diniz, passando assim o fuste a representar a lança; a pedra triangular, o pão de três cantos e a cara, talvez o fidalgo ou poderoso senhor ameaçado.

No da Lousã, presentemente, reduzido ao fuste, era a sua coluna lisa rematada por três cabeças, uma delas barbada, que o povo dizia serem os três Felipes que reinaram em Portugal.

O de Vila Franca de Lapaças (Bragadinhas), é rude e primitivo, com o fuste cilíndrico, de granito, encimado por uma pinha piriforme e assente numa mó de moínho, onde encaixa. Outros pelourinhos há, ligados à tradição, como os de Murça, Bragança e Tôrre de D. Chama, que são outros tantos exemplares curiosos. Quanto à colocação do pelourinho em frente da Casa da Câmara, como atrás dissemos, muitas são as referências que sôbre isso nos elucidam e que tornam esta opinião indubitável. Algumas aqui passamos a transcrever para completo esclarecimento do assunto.

Vilhena Barbosa, ao falar em Alter do Chão, diz: *«a sua praça nobre é aquella em que estão os paços do Concelho, e o pelourinho».*

Ainda o mesmo autor, ao referir-se a Elvas, quando fala da praça principal desta Cidade, onde se encontra a Sé, diz que nela *«está a casa da Câmara com a sua Torre de relogio, e com uma boa sala de sessões, decorada com vários painéis da Cylillo Valkmar Machado. Nesta praça vê-se o antigo pelourinho, formado de uma só peça de marmore, todo cheio de esculturas no gôsto gothico».* Sôbre Tôrres Vedras igualmente nos diz êle que o edificio *«Camara na praça do Pelhurinho, nada tem de notável».*

O Dr. José Leite de Vasconcelos, ao referir-se ao pelourinho de Terena diz-nos:

«a casa da Camara serve de hospital. De frente, no meio da praça, ergue-se um pelourinho, com fuste de xisto, mas com base e capitel de marmore, que.....».

Inúmeras seriam as citações que se podiam fazer, sôbre tantos outros concelhos, e, por isso, muito bem se encontra o de Lisboa em frente do edificio da sua Câmara.

O que acabamos de dizer referindo-nos aos concelhos, de igual forma se passava em terras dos donatários (erguendo-se os pelourinhos em frente dos paços dos donatários); nos coutos ou honras, como, por exemplo, no Castro de Noure, couto do Arcebispo de Braga, etc.); nas comendas (por exemplo na Ega, perto de Condeixa, que pertenceu à Ordem de Cristo); os bispos na sua Sé e coutos, etc.

Até aqui temo-nos referido à construção e conservação dêstes símbolos de jurisdição e, até certo ponto, autoridade, mas passamos agora a analisar a fase oposta ou seja a da destruição e abadono dos mesmos, o que com tristeza fazemos por a falta de respeito, gôsto e amor que revelam os vandalismos praticados de que vamos dar alguns exemplos bem frizantes.

Para lamentar é que, em grande parte dos casos, essa destruição se tenha realizado por iniciativa de Câmaras Municipais, que, para tal, se serviam dos argumentos mais variados mas, ao mesmo tempo, mais desnorteados e de nenhum valor justificativo de tal crime.

Todos estes *Senhores* bem classificados ficam com o que Xavier da Cunha diz a respeito dos que, em 1881, mandaram destruir os pelourinhos de Tancos e Atalaia. Nestes têrmos os define:

«Assim o decretou um alvar synhedrio de boçaes mas infatuados labregos, que por desgraça do respectivo municipio empunhavam em certo triênio as varas da vereação».

A desapareição dêstes monumentos em alguns concelhos, foi devida à acção do tempo ou a vândalos municípios e podemos agrupar os motivos evocados por estes em três categorias:

- 1.ª por política mesquinha;
- 2.ª alegando beneficio público e
- 3.ª por negligência, maldade ou erosão do tempo.

Vamos dar alguns exemplos e a data em que desapareceram alguns dêstes símbolos das regalias municipais.

Enquadrados na 1.ª categoria em que agrupamos os motivos estão: o de Estarreja por êsse monumento ser de *«sinistra memória»*; o de Sintra, por *«decência e asseio público»*, destruído em 1852 ou 1854; o do Fundão, demolido em 1881 ou 1882, por ser *«símbolo de infâmia e despotismo»*, etc.

À 2.ª categoria pertence o exemplo que nos deu a Câmara de Alijó, em 1817 ou 1872, com a demolição ordenada por se desejarem fazer obras no pavimento da praça onde se encontrava êsse monumento; o de Viana, em 1839, *«para dar lugar ao chafariz do Mercúrio, em sua vez»*; Alhandra, *«demolido por dificultar o trânsito»*; Alcontim, desejando material para o seu cais, demoliu o seu pelourinho para ser *«empregado nas obras do cais da vila»*; etc.

Pertencem à 3.ª categoria o de Moncorvo, *«que o desleixo deixou desmoronar, nada existindo do mesmo»*; o de Castro Laboreiro, demolido em 1860 pelo pároco e utilizando o fuste na chaminé da habitação de um professor, que êle andava a construir para sua residência; o da Póvoa de Varzim, apeado por dificultar o trânsito, em 1854, indo o fuste servir de trave em casa do então Presidente da Câmara; o de Sintra, demolido à marreta e a tiro de pólvora, em 1852 ou 1854, por um ferrador, aproveitando as pedras na construção de uma casa que andava a fazer na Praça Velha dessa vila; etc.

Como comentário a estes vandalismos que acabamos de apontar, limitar-

-nos-emos a transcrever das «Epanaphoras», de D. Francisco Manuel de Melo, a seguinte passagem:

«...diferença que fazem os annos, os interesses, & os costumes dos homens...»!

Tal era a política de abandono, para não dizermos de extermínio, usada pelos municípios, quanto aos pelourinhos, que, em 1933, com o Decreto-Lei 23.122, de 11 de Outubro, o Governo, numa louvável e justa defesa desses monumentos, determinou, com o artigo terceiro desse Decreto-Lei, o seguinte:

«Os pelourinhos ficam na posse das municipalidades, que são responsáveis pela guarda e conservação dos que estiverem na sede do respectivo concelho. A guarda e conservação dos que não se encontram nestas condições competirá à junta de freguesia respectiva.»

E, quanto à colocação dos mesmos, o que se encontra expresso no artigo quarto:

«Os pelourinhos que existam fora dos seus primitivos locais serão, quanto possível, neles reintegrados, por conta das respectivas municipalidades.»

Assim se inicia uma nova época para a vida dos pelourinhos, louvável, como dissemos, sob todos os pontos de vista. A ela não podem ficar indiferentes todos os portugueses que, com o maior respeito e carinho pelos monumentos espalhados por todo o território português, todos mais ou menos intimamente ligados à História de Portugal, viam o desbarato a que os tinham lançado aqueles de quem dependiam.

Desses portugueses se deve o Governo considerar, justamente, credor da maior gratidão.

Antes de nos referirmos ao que sobre este assunto diz, particularmente, respeito a Lisboa, não queremos deixar de apontar este monumento como inspirador e motivo de cantigas populares em toda a parte onde existe.

Disso vamos dar dois exemplos que, pela sua simplicidade e sabor popular, bem interessantes se nos mostram.

De Soajo é a seguinte quadra popular:

*«Esta gente de Soajo
Dá de beber a quem passa;
Tem a fonte na estrada,
E o pelourinho na praça.»*

De Arcos de Valdevez são estas outras em que o motivo principal é o pelourinho:

*«Pelourinho da Valeta,
Vai-te deitar a dormir;
Não sejas alcoviteiro
Das criadas de servir.»*

*«Pelourinho da Valeta,
Vai-te deitar a afogar;
Não sejas alcoviteiro
De quem lá vai passear.»*

A referência que encontramos às criadas de servir na primeira quadra sobre o pelourinho da Valeta tem, como a segunda, a sua explicação que é a seguinte: Valeta é o local onde se encontrava o pelourinho de Valdevez e junto d'ele se reuniam as criadas de servir para, em grupo, irem em dia certo, a Vez, lavar a roupa. Dia de festa seria esse para elas e enquanto se reunia o grupo junto desse

monumento, pela «recomendação» que a êle é feita nas duas quadras, temos de concluir que o grupo não seria apenas constituído por mulheres mas, decerto, algum ou alguns namorados as guardariam nessa peregrinação.

Parece também poder deduzir-se que o local era muito visitado pelos namorados, certamente pela sua beleza.

Baseados nos elementos a que atrás fazemos referência, quanto à instalação da Câmara de Lisboa e, portanto, às quasi constantes mudanças a que se viu forçada, e, ainda, à localização, de uma maneira geral, dos pelourinhos, não podemos afirmar que, nesta cidade, o pelourinho se encontrasse sempre em frente à casa do Senado Municipal.

A notícia mais antiga que conhecemos sobre a praça onde se achou êsse monumento, indica-nos um local situado onde hoje é a rua da Prata, entre as actuais ruas dos Capelistas e a de S. Julião.

Esta praça, decerto, anterior a 1552, era conhecida por «Praça do Pelourinho Velho», para assim a distinguirem de outra que havia do «Pelourinho Novo», contígua ao Tejo, onde existiram as «Tercenas navais» de El-Rei D. Fernando, depois praça da Ribeira e mercado principal de Lisboa.

Quanto ao pelourinho «Velho» não encontramos qualquer referência, mas sobre o da Ribeira ou «Novo» já assim não aconteceu, conforme se vê por uma Carta Régia de D. Manuel, de que adiante transcrevemos a passagem que nos esclareceu.

Havia em frente do portão da entrada do Paço Real de Santos-o-Velho, uma coluna de pedra. Pediu-a o Senado de Lisboa a D. Manuel para dela fazer pelourinho.

Por a citada Carta Régia de 30 de Julho de 1510 satisfiz o Rei êsse pedido nos seguintes termos:

«...E quanto à coluna que estaa a porta das casas de Santos, com suas vasas (decerto pedestal) que nos pedes pera a picota q mandaes fazer na Ribeira, praz-nos volla mandar dar e fazer della mercee p.^a a dita picota; e com esta vos mandamos carta p.^a stevam vaaz q volla mande dar».

Lendo o «Auto das Fadas» de Gil Vicente temos por êles mais uma indicação da existência dêste pelourinho, com os seguintes versos:

«.....
Ó picota da Ribeira,
Que estrearam meus avós,
Te rogamos audi nos.»

Da existência de um outro pelourinho nos dá conhecimento o mesmo escritor nos seguintes versos do seu «Auto da Barca do Inferno»:

«.....
Cabeça de grulha
Perna de cigarra
Pelourinho da Pampulha
Rabo de forno de têlha.»

Era êste pelourinho, como se vê, no sítio da Pampulha, mas não sabemos se do mesmo tempo ou anterior ao da Ribeira.

As duas praças a que nos referimos, do «Pelourinho Velho» e «Pelourinho Novo», ficaram destruídas com o terremoto de 1755. Com o novo plano de urbanização a que, depois dêste cataclismo, se procedeu, não voltaram a ser restauradas. A praça onde, actualmente, se encontra o pelourinho da cidade, chamada «do Município», foi delineada por Eugénio dos Santos de Carvalho, bem como o risco dos edifícios que a cercam. Esta praça também tem a sua história

Neste local, até ao reinado de D. João V, existiu um pequeno largo triangular chamado «da Tanoaria», para onde davam os Paços da Ribeira, que aí faziam um ângulo. Nesse canto abria-se um arco pelo qual se passava para o «pátio da Capela», ligado também com o Terreiro do Paço por um outro arco aberto, aproximadamente, onde hoje é a entrada da rua do Arsenal.

Em virtude de umas obras mandadas realizar por D. João V, nos Paços da Ribeira, desapareceu o «largo da Tanoaria». Depois fizeram-se no local onde existiu esse largo muitas obras respectivamente em 1751, 1753 e 1754 quando se andava a fazer a «calçada de S. Francisco», que o terremoto de 1755 destruiu por completo.

Depois dêsse abalo sísmico, com o novo plano de urbanização a que se procedeu, projectou o architecto Eugénio dos Santos a praça que, actualmente, se encontra em frente à Câmara Municipal, como já dissemos.

É esta a história da citada praça no meio da qual se ergue o pelourinho, monumento bem architectado e artístico, feito de pedra inteiriça, apesar de, por efeito de trabalho, as três astes que formam o fuste serem separadas e separadas se elevarem da base ao capitel.

Por um decreto de D. Maria II mandaram-se-lhe tirar os distintivos de cada falso que nele se encontravam, os quais desconhecemos e até estranhámos que em boa verdade ali existissem.

A Câmara Municipal mandou cercar este monumento por um jardim e resguardá-lo, colocando-lhe à volta um artístico gradeamento de ferro. Depois de nos referirmos à Câmara, sua decoração interior e ornamento externo — ou seja o seu pelourinho, falta imperdoável seria não nos referirmos ao braço da Cidade e às diferentes transformações porque passou até ao que actualmente usa.

Antes de abordarmos propriamente este assunto, vamos fazer algumas considerações, de carácter geral, sobre a Simbologia, ciência criada e iniciada em França por Emile Male.

Aos que, superficialmente, pensarem na simbólica gráfica nacional, parecerá que ela está esgotada de mais elementos emblemáticos e característicos da estirpe, povo ou nação; de regiões ou até de épocas históricas; de crenças ou sentimentos; de famílias nobres, feitos históricos, etc., mas, analisando bem tal problema, têm de chegar à conclusão de que só se conhecem parcelarmente a acha lusitana, a palmeira fenícia, a côrça branca de Sertório, as siglas dos pedreiros, os escudos dos guerreiros nobres, os padrões dos azulejos, os ex-libris dos bibliófilos, e, recentemente, as marcas de comércio.

Como tudo isto seria elemento de estudo, desde a protosemiologia egípcia e caldaica até às marcas registadas da indústria moderna, e constituiria um interessante capítulo da Simbologia portuguesa!?

A Simbologia deve ser dividida em heráldica e moderna.

A primeira devem pertencer as armas do reino ou dos donatários, encontradas em terras realengas ou de particulares, quando constituídas em concelho; as velhas divisas a que deram forma de escudo de armas os municípios anteriores ao blasonamento medieval, os quais só nos fins do século XIII se subordinaram à ciência dos braços.

Alguns municípios perderam a noção ou o conhecimento de uma divisa ou selo que lhes dissesse respeito, e, por esse motivo, adoptaram um escudo em que figuraram ou simbolizaram qualquer acto notável praticado no concelho, como, por exemplo, a resistência heróica de um castelo ou da passagem de uma ponte, etc. A simbologia municipalista moderna tem-se desenvolvido consideravelmente, para o que muito tem contribuído o Estado em colaboração com os incansáveis, estudiosos e competentes membros da notável Associação dos Arqueólogos Portugueses.

• Criterioso tem sido o estudo e perfeita a elaboração dos escudos de armas

dos vários municípios que a esta Associação se têm dirigido recebendo os pareceres emanados dela a aprovação do Governo, que em seguida os torna oficiais com a sua publicação no *Diário do Governo*.

De harmonia com esta orientação assim procedeu a Câmara Municipal de Lisboa na constituição das suas armas.

Antes de as descrevermos vamos apresentar um resumo da sua evolução, para o que nos servimos da transcrição de duas propostas apresentadas em sessão pelos Vereadores que abordaram tal assunto.

Em sessão extraordinária, de 27 de Setembro de 1920, sob a Presidência de Agostinho Inácio da Conceição Estrêla, depois de se tratar do Expediente, entrou-se na «*Ordem da Noite*». Sobre esta parte da sessão assim se encontra redigida a respectiva acta:

«Ordem da noite

É lida na mēsa a seguinte proposta do sr. Eduardo Moreira:

«Existe no Arquivo Municipal de Lisboa, como fecho de uma série enorme de arbitrariedades heráldicas, um documento de servilismo ao poder central e à dinastia, qual é o alvará régio do braço da cidade, passado em 31 de Março de 1897. Dois géneros de erros se notam nēsse documento, os mesmos notados aliás em tōda a série de selos e armas de Lisboa, desde o selo coevo de Afonso III e a pedra de Arroios coevo de D. Diniz; duma parte a instabilidade devida à ignorância dos artistas, de outra parte a imposição régia e a subserviência das vereações. Avultam, como provas destas asserções, a diversidade de navios representados, desde a nau romana até ao navio do século de seis centos, e o escudo esquartelado por el-rei D. Manuel I, que num dos quartéis colocou o seu emblema pessoal e noutro as armas do reino.

Ora o Município de Lisboa não pode receber ordens para a modificação ou conservação das suas armas, que tem por direito próprio e também por espírito municipalista digno de respeitar-se como as colónias gregas do Oriente respeitavam e mantinham o fogo sagrado proveniente do Templo Natal, não deve aceitar as modificações do arbítrio, mas só aquelas que a História sanciona e a Fama aconselha, como seja o colar da Torre Espada que o Governo da República para Lisboa propôs, o Conselho da respectiva Ordem concedeu e o Chefe do Estado lhe conferiu.

É pois oportuníssimo o momento para que o Município, que a República libertou da tutela administrativa e da depressão moral que progredia desde D. Manuel I, use de mais um direito e por meio da sua Câmara estabeleça de motu próprio o seu braço.

Se devesse ser aceite o principio de adaptação dos emblemas heráldicos à respectiva época, deveremos escolher um couraçado moderno para avultar no centro do escudo lisbonense, o que seria, além de tudo, uma ridícula subversão de tōda a arte da Armaria. Procure-se, pois, a mais antiga forma de navio que a história da cidade comporte e coloque-se-lhe à prôa não dois corvos, mas o CORVO DA CIDADE, segundo Duarte Galvão e conforme a provável origem do emblema e da lenda derivada do CORBUS, a arma de guerra romana. Quanto ao escudo dê-se-lhe a forma circular que a alguém lembrara o broquel árabe, mas de facto tem muito menor carácter realengo, e em volta se lhe aplique, como lema, não a frase banal e subserviente de «mui nobre e leal», que quasi tōdas as armas municipais da península ostentam, mas um titulo glorioso que o Mestre de Aviz lhe deu em hora de justiça e de gentil affecto.

A corôa mural, lembrança aliás recente mas feliz, mantém-se. Ainda sobre o navio brazonado, utilizando o mito de «Ulisses», seria êle a pentecontore grega estilizada, mas perdia-se o emblema mítico tambem muito original, do corvo. Com

este liga-se contudo perfeitamente a elegante birreme romana, que aliás nos recorda o Município.

Posto isto

Proponho: — Que as armas da cidade de Lisboa sejam: Em campo de prata uma birreme romana, de preto, sobre mar de prata e azul, tendo á prôa um corvo, encimando o escudo circular, a coroa mural e em volta a legenda: — Sobre todas excelente e maior. Rodeando o escudo, o colar da Torre Espada.

Como complemento desta proposta, devo referir-me á bandeira da cidade, que passou também por fases diversísimas e que tem contudo o mais venerando padrão no pano preto e branco que ornou os mastros dos navios que foram á conquista de Ceuta.

Anda já propagada essa bandeira antiga e tem agora o Município muitas, a que os olhos lisboenses se vão habituando, em varias festividades, a contemplar de novo. É assim que

Proponho mais: — Que o estandarte municipal seja de sêda branca e preta, gironada, com o escudo oficial da cidade bordado ao centro tendo em volta a divisa, o colar e a corôa mural, e a bandeira municipal seja de filel gironado das mesmas côres, com iguaes emblemas, podendo os particulares usar esta bandeira sem o escudo e seus acessórios».

Em seguida leu-se o seguinte parecer da Comissão especialmente nomeada para apreciar a referida proposta:

«A Comissão nomeada pelo Senado em Sessão de 1 de Setembro de 1920 para apreciar a proposta do sr. vereador Eduardo Moreira, sobre a modificação do brazão da cidade, é de parecer:

Que o sr. Eduardo Moreira merece o mais fervoroso elogio dêste Senado pelo trabalho interessante de investigação e estudo histórico que representa;

Que após o dia 5 de Outubro proximo futuro se inicie nos documentos municipais a gravura do novo brazão;

Que o campo côr de rubi onde assenta a legenda do novo brazão seja substituído pela côr verde esmeralda;

Que a Comissão Executiva mande confeccionar um novo estandarte da cidade em harmonia com as alterações propostas».

Pelo ex.^o sr. Presidente é submetido o parecer supra-transcrito á discussão.

O sr. Rodrigues Simões declara aprovar o parecer, tecendo os mais rasgados elogios ao sr. Eduardo Moreira pelo seu trabalho. Termina declarando entender que o numero primeiro do parecer devia ser votado de um modo significativo.

O ex.^o sr. Presidente põe a primeira parte do parecer á votação, sendo aprovado por aclamação.

É em seguida submetida á votação a parte restante do parecer, sendo unanimemente aprovada».

Com a cópia desta proposta, aprovada em Setembro de 1920, ficamos conhecendo as armas da cidade que se estabeleceram como oficiais e assim se conservaram até 1927.

Na sessão de 30 de Junho dêste ano, sob a Presidência de José Vicente de Freitas, o vereador Quirino da Fonseca, distinto Oficial da nossa Armada, e erudito arqueólogo naval, apresentou, entre outras, a seguinte proposta, que depois de aprovada definitivamente fixou a constituição das armas do município lisbonense.

Nestes termos foi apresentada a referida proposta e preliminar explicação das transformações que, através dos séculos, têm sofrido estas armas:

«...Sr. Presidente: a primeira das propostas que vou apresentar refere-se a um assunto que a muitas pessoas parecerá, talvez, pueril.

Trata-se do brazão da cidade.

Recordam-se V. Ex.^{as}, certamente, que até 1921 o brazão da cidade de Lisboa se manteve segundo uma certas características, que podem considerar-se terem sido fundamentais e imutáveis durante muitos séculos.

Essas características eram constituídas por um navio, em geral com 2 corvos, um á proa e outro á popa, um lema e uma coroa mural, — sendo êste ultimo distintivo peculiar a todas as povoações cercadas de muralhas.

O navio tem-se apresentado com variantes numerosas, desde a epoca de D. Afonso III.

Num documento de 1265 encontra-se já um navio, no selo do concelho da cidade de Lisboa.

Depois desta epoca, em varios documentos, continua a aparecer uma embarcação, com um só mastro, com uma vela de pendão e os dois corvos.

Existe ainda êste padrão no chafariz do Andaluz.

Numerosos documentos, que tive a satisfação de coleccionar e de fotografar, apresentam como distintivo da cidade um navio, que anda ligado a uma tradição Afonsina, pelo facto de terem sido recolhidos, e transportados para a cidade de Lisboa, os ossos do martir S. Vicente, sacerdote cristão. Todos sabem que o Cristianismo, naqueles tempos, animou os homens a grandes empreendimentos e á conquista de terras occupadas pelos serracenos, e que vieram a constituir a séde da nossa nacionalidade.

Nós, apesar da evolução que experimentarem as sociedades humanas, devemos guardar e relembrar as tradições da patria. No reinado de D. Manuel, quando o nome português se espalhava pelo mundo civilizado, assombrando-o com a audacia das suas navegações, no distintivo da cidade de Lisboa figurou a embarcação mais importante dessa epoca — o galeão.

É ele que figura esculpido no frontão dos Paços do Concelho, e noutros documentos.

D. Manuel dirigiu, em 1505, aos vereadores da cidade uma carta onde numa bela iluminura se vê aquele galeão com o distintivo de Lisboa.

Esse distintivo fundado na tradição afonsina, manteve-se atravez dos tempos, embora variando os tipos da embarcação.

No chafariz de Entre Campos por exemplo, está uma fragata do século XVIII.

Indiscutível é que todos êsses navios são bem portugueses, com características especiais da nossa construção naval.

Ora, em 1921, uma Vereação entendeu que devia fazer tábua rasa dessa tradição que não incomodava ninguém, e introduziu no emblema da cidade de Lisboa, um navio de remota antiguidade, — uma galera romana, segundo diziam.

Trata-se dum barco um tanto de fantasia, e o emblema da cidade no seu conjunto passou a ter o aspecto de um rótulo comercial, em substituição dum outro distintivo tradicional, que era acompanhado de um lema concedido á cidade por D. João I, por ocasião dos preparativos da expedição para a conquista de Ceuta.

Efectivamente, D. João I, tendo sido muito ajudado pela cidade de Lisboa na expedição a Ceuta, deu á cidade o lema de «Mui Nobre e Leal Cidade de Lisboa».

A êste lema foi preferido um outro: «Sobre Todas Excelente e Maioral», quatro palavras onde se compreendem dois pleonasmos.

De tudo isto, o que é estranhável é que uma corporação da qual evidentemente faziam parte pessoas sabedoras e inteligentes, aceitasse esta infeliz modificação.

A êsse tempo a Associação dos Archeologos achou estranhavel esta mudança e reuniu algumas vezes para se occupar do assunto.

Nessas reuniões eu tomei parte activa, porque efectivamente tratava-se de discutir uma questão em que figurava um elemento náutico, sendo essas reuniões presididas por um verdadeiro sabio, que é o dr. Leite de Vasconcelos, fazendo eu

depois uma conferencia na mesma Associação, na qual, com a sanção desta colectividade, eu me insurgi contra a proposta da modificação do distintivo da cidade.

Todavia, passou o emblema da cidade a incluir um barco hipotetico dos romanos; e se foi motivo dessa escolha o facto de sermos um povo latino, então poderíamos até preferir a arca de Noé, ou uma embarcação fenicia, pondo de parte um barco português que era o simbolo das nossas gloriosas navegações.

Eu quero significar a V. Ex.^{sa} que não se trata de um capricho, mas sim de repôr no seu lugar uma cousa que anda desarrumada, e até tenho dado uma grande prova de tolerancia conservando-me alheado deste assunto durante um ano.

Peço licença a V. Ex.^{sa} para ler um preliminar da exposição que constituiu a minha conferencia pública, que sobre este assunto fiz em 1921.

(Leu).

Eu propunha, simplesmente, que se mantivesse o distintivo que durante alguns séculos foi o emblema da Cidade, com a característica do galeão manuelino, representativo duma época de grande esplendor marítimo.

É claro, a este emblema ha apenas a acrescentar o colar da Ordem da Torre e Espada em substituição dos ramos de carvalho.

A minha proposta é redigida nos seguintes termos:

«Considerando que o antigo brazão ou distintivo da cidade de Lisboa, foi alterado em 1921 sem criterio admissivel sob o ponto de vista histórico ou tradicional;

«Considerando que esses distintivos devem ser padrões inalteraveis, simbolizando os individuos e as corporações a que pertencem;

«Considerando que, em seu tempo, a Associação dos Archeólogos se manifestou contrariamente a essa alteração;

«Considerando que embora o elemento nautico que mais remotamente figurou nesse distintivo, em conformidade com a tradição Afonsina, fosse uma barca de navegação costeira, tal como se vê no selo do Concelho de Lisboa, do ano de 1255 ou na lápide da rua de Andaluz, do ano de 1336, compreende-se que posteriormente e em especial desde a época aurea das conquistas e descobrimentos portugueses, nesse distintivo tenha figurado um galeão da mesma época como está

(Continua)

SEJA PREVIDENTE!

Para campo e praia previna-se com

Leite condensado açucarado Moça (Nestlé)

PRODUTO DE CONFIANÇA, ECONÓMICO E PRÁTICO, QUE
SUBSTITUI COM VANTAGEM O LEITE FRESCO VULGAR



Velhas Casas de Lisboa

I

A Casa onde nasceu o Beato João de Brito

PELO DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

(Continuado do n.º 18, págs. 115)

ittem que a pesoa que no dito prazo e aforamento sobceder ou seja por nomeação ou seja por outro qualquer tittullo que seja do dia que nele sobceder a trez meses primeiros seguintes estando no Reino e estando fóra do Reino em tempo conveniente o fara a saber a ele ademenis-/ (fls. 10) A elle ademenistrador e a elles Sobseores a reconhecer senhorio para saberem de quem hamde arrecadar seu foro e por cada uma das cousas aqui declaradas que elle foreiro e pessoas futuras não cumpram em parte ou en todo por dar ao dito aforamento e fiquara a propriedade devoluta ao senhorio para a aforarem a quem lhe pareser sem que elle foreiro e pessoas futuras se posam chamar lesados nem esbulhados nem pedir que lhe seja restetuida sua posse e desta maneira lhe dava este Pedro do Rego em seu nome e da dita Dona Mariana Preira sua molher por bem aforados os ditos Pardieiros e propriidades atras declaradas e seus chaus nas ditas três vidas e prometeu e se obrigou de emde de o seu tempo lhe ter e manter e fa- (fls. 10, v.) e manter e fazer bem este aforamento e as ditas propriedades o util senhorio dellas e lhes livrar e defender de todas as pesoas que lhe nellas e na possecção dellas alguma duvida demanda e embargo que não perca elle ademenistrador e seus susesores no dito morgado de darem ajuda por autores e defensores athe todo ser findo e acabado por tal que elles foreiros e pesoas futuras conforme este contracto logrem e pesuão os ditos bens assim aforados mança e pasifiquamente sem contradicções de pesoa Alguma esperão assim cumprir e obrigão os bens de seu morgado avidos e por aver e que para iso obrigarão e por elle Andre Lopes franquo foi dito que elle toma e aseita os ditos bêis de aforamento nas ditas tres vidas e se obriga em seu nome e nas duas vidas futuras e logo com efeito fazer as ditas bemfeito- (fls. 11) Fazer as ditas benfeitorias de que os chãos dos ditos pardecieiros e casas velhas forem capases de casas de pedra e cal as millhor feitas e sobradadas e mais fortes que for possivel de modo que sempre o dito morgado e admenistradores delle recebam utelidade deste aforamento o que se obriga com-

prir no tempo atras declarado de tres annos primeiros seguintes e a pagar o dito foro de cada hum ano durante as vidas deste contracto e todas as mais clausulas condisões e obrigações deste contracto sem falta alguma e fazendo o contrario pagara toda a perda e dano e menoscabo que o dito morgado e seus ademenistradores por isso fiserem e receberem a quoa obrigação dise que faria em seu nome e de seus subsesores pera o que obrigou todos seus beins avidos e por aver (fls. 11, v.) avidos e por aver e outro geral responder pello conteudo neste Instrumento perante os juizes e Correguedores do Sivel desta cidade e correguedores da Corte perante qualquer dos sobreditos Juizes aonde e perante quem se demandar que virem e este Instrumento por presentado e se pedir o cumprimento delle pera o que renunsião Juizes de seu foro e de seus domesilios e todos outros privilegios e liberdades posto que incorporados em direito estejam e... e espesiais e todas outras ezesiveis de feito e de direito que por si alegar possa que de nada quer gosar salvo todo o cumprir e manter pelo modo que dito e em testemunho de verdade assim o (fls. 12) De verdade assim outorgam e fizeram ser feito este contracto e o em elle conteudo que se hobrigam cumprir e manter por todos seus bens avidos e por aver que para isso obrigarão e o aseitarão e eu taboliam o aseito em nome das pessoas ausentes a que tocar como pessoa publica este estipulante e aceitante testemunhas presentes foram Vicente da..., Cavaleiro fidalgo da casa del Rey nosso senhor e morador em Vale de Pereiro na quinta que foi de Sebastião Alveres aí junto da dita quinta e Pedro Gonçalves criado de Fernão Pereira e morador em sua casa e eu dou fé que conheço aos ditos fernão pereira e D. Joana de Andrade e ella asinou e eu Bertholameu gomes tabalião descrevi (fls. 12, v.) Tabalião descrevi e declaro que posto que atraz diga que estava presente o dito Pedro do Rego Pereira nan foi presente mas outorgava elle e a dita D. Mariana sua molher neste contracto por termo que se fara e andara incorporado neste Instrumento e nos treslados que da nota se manarem textemunhas os sobreditos e eu Bertholameu Gomes o escrevy. ¶ E despois desto ao primeiro dia do mes de Outubro do dito ano em Calvana, termo da Cidade de Lisboa na quinta do dito Pedro do Rego Pereira estando ella ahi presente Donna Mariana Pereira sua molher por mim tabalião perante as testemunhas ao diente escritas lhe foi lido o contracto atras escrito e lido de verbo ad verbum e por elles ambos bem entendido por elles (fls. 13) Por elles anbos marido e molher foi dito que elles aceitaram o dito contracto e o conteudo nelle e se obrigam cumprir tudo conteudo nelle a elle Andre Lopes assim e da maneira que em elle contem e se sometem a todas clausullas condisões penas e obrigações dos aforamentos e renunsiões no dito contracto conteudo e declarados e per o asim cumprir e obrigaram todos seus beins avidos e por aver e em expesial as próprias propriedades e beins do morgado por tal que não derroge a gual obrigacan nem pelo contrario e em testemunho de verdade assim o outorgaram e fizeram ser feito este Instrumento que elles aseitaram e eu tabulião o aseito em nome dos Ausentes a que tocarem como pesoa pu (fls. 13, v.) Como pesoa publica estipulante e aseitante testemunhas que presente foram Manoel pires natural de sam Salvador de trames termo de Barcelos e Salvador gonsalves natural da freguesia Joanes e morador na quinta de Thomé Alveres ahi junto e eu conheço aos outorgantes e foi testemunha mais Andre Lopes creado do dito André Lopes e morador em sua casa e ella outorgante asinou e eu Bertholameu Gomes tabalião o escrevi e declararam elles outorgantes que elles han dos ditos Beins perdoado a posse a elle André Lopes franquo e se constetuem posohidos em seu nome por clausula de constituto testemunhas os sobreditos dito o escrevy treslado de alvará (fls. 14) De alvará de que atraz se faz menção ¶ [A margem: Petiçan] Diz Pero do Rego Pereira e Dona Mariana Pereira sua molher que antre as propriedades que posuem do morgado que Instetuhio o Doutor João do Reguo seu visayô san humas casinhas junto ao muro das portas de Santo Andre humas dellas Pardieiros de taipa velha

e outras muito velhas e pequeninas e por êsse respeito lhe nam rendem quasi nada e han mister muito dinheiro pera de novo se reedificarem o que elles suplicantes de presente não podem fazer e porque *Fernão pereira de noronha morador nesta cidade lhe quere* aforar os ditos pardieiros e casinhas em tres vidas por presso de sinco mil reis de foro cada ano o que é em manifesto prejuizo do dito morgado (fls. 14, v.) Do dito morgado e o Instituidor do dito morgado não de lugar na Instituição que d'elle fez ao possuidor poder aforar as propriedades d'elle em mais que em huma vida e só nela não hachará pesoa que lhas queira aforar por serem pequenas em ruim parte pede a vossa Magestade lhe faça merse soprir e dar licença a poderem fazer aforamento ao dito Fernão Pereira nas duas vidas mais vistas as causas que alega lhe receberá merce. ¶ Informasam pelo Provedor das Cappellas desta Cidade em Lisboa a vinte e hum de Junho de mil quinhentos [aliás seiscentos] (fls. 15) De mil e quinhentos [aliás seiscentos] e dous Jorge de Cabedo Amaral [À margem: Provisão] ¶ Eu El Rey faço saber aos que este Alvará virem que avendo respeito ao que na petição escrita na outra meia folha desta folha virem digo desta folha dizem pedro do Reguo Pereira e donna mariana Pereira sua molher e vista a Informasam que se ouve aserqua do que na dita petição requerem pello Provedor das Cappellas desta cidade de Lisboa *Hey por bem de lhes dar licença que posam aforar a fernão pereira de noronha morador nesta cidade nomeado na dita petição em duas vidas mais alem da em que o dito Pedro do Rego a pode fazer pela Instituisam do morgado* que ordenou o doutor João do Rego seu bisabo de que he elle o ademenistrador as ca-/ (fls. 15, v.) Ademenistrador as casas e pardieiros de quem a dita patisam tratem que estam vinculados entre outros beins ao dito morgado *para que ao todo facão pella dita maneira o dito oforamento em tres vidas somente* e isto pello foro de sinco mil reis cada anno que o dito fernão pereira lhes da pellas ditas propriadades como na dita petição declara sem embargo das prohibições e clausulas da dita Instituisam de qualquer desposição de direito comum em contrario por constar pella dita Informação não terem as ditas propriadades no estado em que estavam nenhuma defruisam proveitosa nem reparo se não fazendose de novo por serem todas muito velhas piquenas e estarem caidas que o dito Pedro do Reguo (fls. 16) Pedro do Rego e sua molher não podião de presente faser e não avia quem lhes quisesse aforar em huma só vida e ser en notorio proveito do dito morgado este aforamento por as ditas propriadades se não virem acabar de perder que estavam sugueitas en a escretura que dellas se fizer se trasladara este Alvara com a ditta petição e assim sera trasladado o dito Aforamento na dita Instituciam para en todo o tempo se ver e saber que se fes por minha licença e o que por vertude della acreceo mais de renda ao dito morgado e mando a todas as Justicas offeciais e pessoas a quem o conhecimento disto pertencer, que cumprão enteiramente este Alvara como nelle se contem, e quero que valha e tenha forssa e vigor posto que seu efeito d'elle (fls 16, v.) Posto que seu efeito d'elle aja de durar mais que hum anno sem embargo da ordenasam do livro segundo tittullo vinte que o contrario dispoem Pedro de Seixas o fes em Lisboa a vinte dois de Julho de mil seiscentos e dois = Ruy = Alvara de Pedro do Rego pereira e de Donna Mariana Pereira sua molher sobre o Aforamento em duas vidas mais alem da que no dito Alvara se declara das casas e pardieiros de que nelle se trata pera que vosa maguestade lhes da licença na maneira que assim se contem vista a Informacam que se ... e o que dellas consta em dito Alvara se refere por aver por despacho da mesa // Melchior do Amaral (fls. 17) Melchior do Amaral // Damião de Aguiar // Pague Corenta reis. Gaspar Maldonado // Gaspar barbosa pagou nada // E tresladado o Consertei // eu Bertholameu Guomes Pinheiro tabaliam publico por el Rey noso Senhor nesta cidade de Lisboa e seus termos que este instrumento em meu livro de notas tomei e d'elle o fis tresladar e com o proprio consertei e aqui asinei de meu publico sinal pagou deste e notta dez mil e sento e ointenta rs. Petição para a pose = Diz Andre Lopes franquo mora-

dor nesta cidade que elle comprou as propriedades conteudas na escretura que apresenta de que quer aver posse assim do Aforamento que lhe fêz Pedro do Rego Pereira de huas casas pede a vosa merce lhe man- (fls. 17, v.) Pede a vosa merce lhe mande dar posse e fazer Auto della nas casas que as despejem porque as quer de novo consertar e aos foreiros que apresentem quitação dos foros cahidos se estiverem e recebera Justiça e merce ¶ passe mandado como pede // Leitão //

Autto de Posse

Anno do nasimento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e tres Annos em Lisboa aos trese dias do mes de Dezembro do dito ano eu escrivão por vertude de despacho asima do Coreguedor do Sivil desta cidade de Lisboa o Doutor Martim Leitão fui junto à porta de Santo Andre da Banda de dentro as tres moradas de casas declaradas na escretura de Aforamento atraz que são todas sobradadas e em humas dellas mora Gaspar Nunes sapateiro e em outras João de Sequei- (fls. 18) E em outras João de Sequeira feitor do Duque que tem hum quintal por detraz e em outras Marquos Francisqu taverneiro e en todas as ditas moradas de casas com seu quintal por detraz eu escrivão entrei com João de Britto Procurador do Suplicante Andre Lopes Franquo assim nos Altos como nos Baixos, e o dito João de Britto perante mim escrivão e as testemunhas abaixo asinadas fechou e abriu as portas e janellas das ditas casas pondo as maus pellas paredes e tomando con suas maus pedra paus e telha das ditas casas e todas apegou, com seus pes e o quintal e tomou Ramos de Arvores e fes todas as mais seremonias e solenidades acostumadas e com isto dise face elle se avia por metido e investido na posse da Propriedade das ditas Casas em nome do ditto (fls. 18, v.) em nome do ditto Andre Lopes franquo seu constituinte e loguo dahi fomos perdetras das ditas casas ao Adro da Igreja de Santo Andre a outras tres moradas de casas juntas em humas dellas mora Gaspar Rodrigues marinheiro da Carreira da India e em outras João Dias e nas outras Antonio Tavares e ocupadas as ditas tres moradas de casas que sam muito velhas eu escrivão com o dito João de Brito procurador do ditto Suplicante Andre Lopes franquo entramos assim nos Altos como nos baixos fechando o ditto João de Britto as portas e janelas dellas e fazendo todas as demais seremonias e solenidades acostumadas e com isso se ouve por metido e emvestido na posse das ditas casas em nome do dito seu constituinte conforme a escretura do aforamento (fls. 19) Escretura do aforamento eu escrivão lhe ouve por dada a dita posse de todas as ditas asima declaradas da propriedade dellas na forma da escretura e por vertude do Despacho do Corregador Martim leytão Real e Atual e pasifiquamente sem aver quem a dita pose contradisese em cousa alguma somente Ighes Afonso molher que dise ser do dito Gaspar Nunes dise que o dito seu marido estava de pose das ditas casas em que elle morava por escretura de aforamento que dellas lhe tinha feito o Senhorio Pedro do Rego e que assim o mostraria seu marido e logo mostrou a escretura a mim escrivão e eu lhe dise que se elle tinha embargos a despejar as casas que os fosse alegar perante o Correguedor e da dita posse que assim dey ao Supli- (19, v.) Assim dei ao Suplicante por seu procurador fazer este Auto que por elle asinou comigo escrivam com Antonio dias criado de mim escrivão e João dias alugador de humas das casas e Anna da Costa molher de Marquos francisqu; e Catherina Bras alugadora das casas forão tambem testemunhas Migel Rodrigues = Miguel Rodrigues = João de Brito = Antonio dias = E eu Luis Correia de Almeida Tabalião publico de nottas por el Rey nosso Senhor nesta cidade de Lisboa e seu termo que he dos proprios a que me raporto trasladei e passei em publica forma a pedimento de Manoel da Silva morador nesta cidade a quem tornei a entregar os proprios que me apresentou e aqui asinou de como os recebo e as consertei como tabalião abaixo asinado sobrescrevi e asiney de meu publico sinal em Lisboa seis de Maio de mil e seiscentos e sim (fls. 20)

De mil seiscentos e sincoenta e tres annos // lugar de sinal publico = pagou desta tres mil e seiscentos reis = consertado por mim, tabolião = Luis Correia de Almeida. Consertado = Luis de Coitto = Manoel da Silva Collaço = e não se contem mais em a dita escretura a qual em todo e por todo me reporto e nos ditos autos a folhas noventa e sinco esta outra escretura de emprazamento que he do tior seguinte.

Escretura de Emprazamento.

Em nome de Deus Amen saibão quantos este Instrumento de renovação virem que no ano do nasimento de noso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e corenta e tres em vinte e sinco dias do mes de Agosto, na cidade de Lisboa por detras da Igreja de São Jorge nas casas do Marichal onde vive o doutor Duarte Alves (fls. 20, v.) Alves de Abreu estando este ahi presente de huma parte e da outra Jorge do Rego Pereira em seu nome e no de sua molher Donna Barbora pereira que se obriga dar a outorga a esta escretura por termo que se fara ao diente por andar junto della e seus treslados e morador nesta cidade a nosa Senhora do paraíso em casa de João Pereira seu cunhado logo por ellas partes foi dito a mim tabalião perante as testemunhas ao diente nomeadas que, manonel franquo morador que foi nesta cidade, filho de Andre Lopes franquo era devedor por sentensa do Desembargador Bento de Baena Sanches em quontia de quatrocentos e sesenta mil reis pello quoyal fora executado e nomeara a penhora no ano (fls. 21) A penhora no Anno de seis centos e trinta e sinco as casas que tinha nesta cidade ao postigo de Sam Andre e que estando a executam suspensa se abelitara depois pera ella elle Doutor Alves de Abreu em nome de Donna Maria Machado sua molher que fora casada com o dito Bento de Baena Sanches e fiquara em pose e cabesa de casal e por sentenças e cartas de sua Maguestade lhe pertensia cobrar as dividas que ha ho Casal de mão pella quoyal Resão as Casas se puseram em pregam e por não aver comprador nos vinte dias da ley pedira elle dito Doutor Duarte Alves de Abreu licença ao Correguedor Luiz Craueiro que hera Juiz da executam pera lançar nellas e lancara e lhe (fls. 21, v.) E lancara e lhe forão arematadas e então por elle Jorge do Rego fazer huma petição ao mesmo Correguedor em que declarava que as ditas casas eram foreiras em vida ao Morgado de que elle he adeministrador por morte de Pedro do Rego pereira seu pay em quontia de sinco mil reis cada anno e com a dita petição offerecera huma certidão de Domingos Dias do Coutto escrivam dos Aggravos nesta Corte da qual constava que o dito Andre Lopes franquo as nomea no dito Manoel franquo seu filho como foreira ao dito Morgado e outsim constava que nas partilhas que se fizerão entre o dito Manoel franquo e dona Isabel de Siabra sua molher foram as ditas casas dadas ao dito Manoel franquo por praso em vidas foreiro ao dito morgado e com estes documentos pedira elle (fls. 22) Pedira elle Jorge do Rego que o dito Doutor Duarte Alves ou qualquer outra pessoa que lancasse nas casas fosse notificuado e se lhe declarase que heram foreiras em vidas a elle Jorge do Rego na dita Contia para se lhe pagar laudemio e os foros vencidos e por vencer a qual petição fora fora notificuada ao ditto Doutor Duarte Alves de Abreu que tendo arematado as casas fizera notificar a elle Jorge do Rego pereira se as queria tanto perto tanto e que por elle as não querer lhe pagara de laudemio a corentena do preso e depositara no deposito da cidade em mão de Heronimo Vadre o restante do preso depois dos quatrocentos e sesenta mil reis de sua divida pera elle Jorge o Rego se pagar

(Continua)



BERLIM

A

ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

Horas		Estações	Ondas Curtas	
12,45	Noticiário	DZE	24,73 »	12.130 kc/s
13 às 14	«Hora Portuguesa»	DXE	24,73 m.	12.130 kc/s
19,45	Noticiário	{ DXR	25,51 »	11.760 kc/s
		{ DJC	49,83 »	6.020 kc/s
21,30	Tema do dia e No-	{ DJQ	19,63 »	15.280 kc/s
	ticiário	{ DZE	24,73 »	12.130 kc/s
22,30	Noticiário e comen-	{ DJQ	19,63 »	15.280 kc/s
	tário militar	{ DXU 15	19,71 »	15.220 kc/s
		{ DJQ	19,63 »	15.280 kc/s
		{ DXZ	31,35 »	9.570 kc/s
23,30	Noticiário	{ DZE	24,73 »	12.130 kc/s
		{ DZE	29,16 »	10.290 kc/s
		{ DXU 15	19,71 »	15.220 kc/s
0,45	Noticiário	DXM	41,27 »	7.270 kc/s

Casa Africana

Rua Augusta, 161 / Telef. 24264-65 PBX • R. Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 PBX
LISBOA PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens, Decorador, Estofaão, Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS ARTIGOS

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

ESTABELECIMENTO DE SELOS



Comparamos aos mais altos preços. Raridades, peças isoladas, ricas colecções, vendemos aos mais baixos preços. Os selos de Mondalco, Lda., são garantidos na perfeição dos seus exemplares.

Pequenos lucros para maiores vendas

O nosso estabelecimento de filatelia, o mais moderno e o melhor do País, no centro de Lisboa, Rua Nova do Almada, 51, Telefone 27222, oferece aos filatelistas o mais completo sortido de selos de todas as nacionalidades.

Aproveitem já a oportunidade e dirijam-se a

MONDALCO, L.^{DA}

Rua Nova do Almada, 51 — Telef. 27222

Sede e Escritório: — Rua do Ouro, 165, 1.º — Telefone 29840